

53

MAIO 2019 – AGOSTO 2019

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

revista.sep.org.br

CONSELHO EDITORIAL

ALAN FREEMAN UNIVERSITY OF GREENWICH
ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
ARTURO HUERTA UNAM
CESARE GIUSEPPE GALVAN UFPB
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)
MAURÍCIO DE SOUZA SABADINI (UFES) PRESIDENTE
JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS (UFF) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Bruno Martarello De Conti UNICAMP
Ellen Lucy Tristão UFVJM
Gustavo Moura de Cavalcanti Mello UFES
João Policarpo Rodrigues Lima UFPE
José Rubens Damas Garlipp ANGE
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo UNB
Marina Machado de Magalhães Gouvêa UNILA
Marisa Silva Amaral UFU
Roberto Meurer ANPEC

COMITÊ EDITORIAL

Victor Leonardo de Araújo UFF
Hugo F. Corrêa UFF
Tiago Camarinha Lopes UFG
Daniel P. Sampaio UFES
Henrique P. Braga UFES
Adriano L. Almeida Teixeira UFES

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – NK&F Arquitetos Associados 2019
nkfarquitectura@nkfarquitectura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

6 **Apresentação**

ARTIGOS

10 **Imperialismo, dependência, burguesia e democracia no novo-desenvolvimentismo**

Vitor Schincariol e José Paulo Guedes

28 **Subimperialismo brasileiro? Subimperialismo sul-africano? O retrospecto do comércio externo automotivo contra a hipótese de Ruy Mauro Marini**

Rodrigo Luiz Medeiros da Silva

54 **Renovar la teoría de la dependencia sin teoría del capitalismo dependiente: notas críticas a la propuesta de Claudio Katz**

Jaime Osorio

73 **Actualización o veneración de la teoría de la dependencia**

Claudio Katz

92 ***Padrão de reprodução do capital* como parte de uma proposta teórico-metodológica marxista: construção de uma categoria de mediação analítica**

José Raimundo Barreto Trindade, Gilberto de Souza Marques e Wendell da Costa Magalhães

117 **Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência**

Eduardo Sá Barreto

147

RESENHAS

Che Guevara e o debate econômico em Cuba
De Luiz Bernardo Pericás

Edson Mendes Nunes Júnior

APRESENTAÇÃO

Sob a persistente conjuntura de crise econômica que parece não ter fim, e de ataques sucessivos aos direitos do povo trabalhador, a Sociedade Brasileira de Economia Política realizou na cidade de Vitória (ES), entre os dias 4 e 7 de junho de 2019, o XXIV Encontro Nacional de Economia Política, sob o tema “O Brasil nas disputas geopolíticas e econômicas mundiais”. Como de praxe, na Apresentação da edição subsequente, publicamos o documento aprovado na Assembleia Geral da Sociedade, realizada no dia 6 de junho:

Carta de Vitória

No momento em que a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) realiza o seu XXIV ENEP, os/as trabalhadores/as brasileiros/as se organizam para enfrentar um conjunto de ataques a seus direitos e à democracia orquestrados pelo governo Bolsonaro. A agenda neoliberal ganha novos contornos e sobe a um patamar no qual a supressão de direitos se torna insuportável: depois da EC 95/2016 do teto dos gastos e da reforma trabalhista de 2017, agora a classe trabalhadora enfrenta uma proposta de reforma previdenciária que, entre tantas maldades, pretende prolongar o tempo de contribuição, reduzir os valores dos benefícios e, no limite, inviabilizar o regime de repartição, substituindo-o pela capitalização individual. Ao mesmo tempo, a educação enfrenta novos cortes orçamentários que inviabilizarão a universidade pública tal como a conhecemos: gratuita, de qualidade e que passa por um importante processo de inclusão social. Simultaneamente, o presidente Bolsonaro e o Ministro da Educação lançam-se em uma cruzada difamatória con-

tra os/as professores/as, estudantes e técnicos/as administrativos/as, que revela seu total desconhecimento sobre a realidade da universidade pública brasileira. Além disso, valem-se de métodos análogos aos utilizados pelo fascismo para coibir a liberdade de pensamento, de debate e de expressão nas instituições de ensino do país. Como se não bastasse esse conjunto de políticas que visa desmontar o pacto social embutido na Constituição de 1988, o governo ainda se esforça em conduzir uma política de segurança que, ao fim, resultará no extermínio da população pobre – e principalmente preta – por meio da ampliação do porte de armas e do chamado pacote anticrime, evidenciando-se absoluta permissividade com as milícias e outros crimes praticados por poderosos grupos empresariais.

No âmbito geopolítico, tema deste XXIV ENEP, o cenário também é pouco promissor. Na política externa, o governo se alinha automática e submissamente aos interesses estadunidenses, ignorando um olhar latino-americano que, até recentemente, norteava nossas relações exteriores. Numa exaltação ao anti-cientificismo, que perpassa não só o Itamaraty mas também diversas outras áreas estratégicas como direitos humanos, educação, reforma agrária e meio ambiente, impõe-se uma série de retrocessos. Na área ambiental, por exemplo, desmantelam-se os parques avanços obtidos nos últimos anos: na política de liberalização de agrotóxicos, na revisão das áreas de reserva e preservação, na leniência com o desmatamento, na demarcação de terras indígenas e quilombolas, e na criminalização dos movimentos sociais que atuam na luta pela terra.

Neste contexto, nem as estatísticas oficiais se salvam: o Censo Demográfico de 2020, por exemplo, corre risco de descontinuidade em várias de suas temáticas, sob pena de perda de informações cruciais para o conhecimento da realidade socioeconômica que subsidia os diagnósticos e a formulação das políticas públicas no Brasil.

Nessas circunstâncias, uma saída conciliatória está absolutamente fora de questão. A luta de classes se acirra e as contradições do modelo econômico se exacerbam de tal modo que a saída, para a classe trabalhadora, passa necessariamente pela resistência nas ruas.

A SEP, com longa tradição na construção de uma abordagem crítica ao capitalismo e ao neoliberalismo, contribui indiscutivelmente para a formulação dos diagnósticos que suportam e inspiram alternativas para a construção de um modelo econômico e social mais generoso. No entanto, a conjuntura requer um enfrentamento para o qual as contribuições teóricas já não são, por si sós, suficientes. A construção da greve geral do dia 14 de junho é a tarefa primordial deste momento. Professores/as e estudantes devem se unir ao conjunto da classe trabalhadora de forma firme, ativa e decisiva contra este governo de retrocessos históricos, recuperando as velhas insígnias que tem inspirado os movimentos sociais: em defesa da educação, contra a reforma da previdência, nenhum direito a menos!

Sociedade Brasileira de Economia Política

Vitória/ES, 06 de junho de 2019

Como se sabe, a Revista da SEP não possui por praxe publicar dossiês temáticos – prática comum em diversos outros periódicos científicos –, mas calhou de recebermos grande fluxo de artigos com temas correlatos nos últimos meses. O resultado materializa-se neste número 53, com uma unidade temática atípica, embora encerrando também visões e abordagens heterogêneas. Como se verá, os grandes problemas abordados são desenvolvimentismo, neoliberalismo e dependência – tendo particularmente grande peso o debate em torno da teoria marxista da dependência.

A seção de artigos é aberta com o texto “Imperialismo, dependência, burguesia e democracia no novo-desenvolvimentismo”, de Vitor Schincariol e José Paulo Guedes. Neste artigo, os autores debatem (e criticam) a abordagem novo desenvolvimentista de Luiz Carlos Bresser-Pereira à luz das categorias de imperialismo, dependência, burguesia e democracia. Na sequência, no artigo “Subimperialismo Brasileiro? Subimperialismo Sul-Africano? O retrospecto do comércio externo automotivo contra a hipótese de Ruy Mauro Marini”, Rodrigo Luiz Medeiros da Silva dialoga com a obra de Marini, apontando elementos dos setores automotivos brasileiro e sul-africano que se chocariam com a perspectiva de Marini.

Os dois artigos seguintes também têm a obra de Marini e a teoria marxista da dependência como objeto, mas agora na forma de um debate. Em

“Renovar la teoría de la dependencia sin teoría del capitalismo dependiente: notas críticas a la propuesta de Claudio Katz”, o cientista social mexicano Jaime Osorio dá continuidade a uma polêmica inaugurada há alguns meses com o economista argentino Claudio Katz, posicionando-se contrariamente ao que seria uma proposta de renovar a teoria da dependência a partir do abandono das categorias superexploração do trabalho e intercâmbio desigual. Como sempre buscamos fazer em casos como esse, o Comitê Editorial da revista ofereceu a Katz espaço para uma réplica, que pode ser lida em “Actualización o veneración de la teoría de la dependencia”, quarto artigo da presente edição.

No quinto artigo, continua em debate a teoria marxista da dependência, agora com o artigo “Padrão de reprodução do capital como parte de uma proposta teórico-metodológica marxista: construção de uma categoria de mediação analítica”, de José Raimundo Barreto Trindade, Gilberto da Silva Marques e Wendell da Costa Magalhães, no qual se busca trabalhar a categoria padrão de reprodução do capital (categoria esta que fora especialmente desenvolvida precisamente por Jaime Osorio em uma série de trabalhos).

A seção de artigos é finalizada com o trabalho que mais se distancia desta temática, embora se insira no mesmo campo de debate e chegue mesmo a abordá-lo. Trata-se do artigo de Eduardo

Sá Barreto, intitulado “Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência”, que busca discutir os limites do desenvolvimentismo, sobretudo na quadra histórica atual.

Finalmente, na seção de resenhas, publicamos as considerações de Edson Mendes Nunes Junior a respeito do livro “Che Guevara e o debate econômico em Cuba”.

Este número marca ainda a última edição sob responsabilidade deste Comitê Editorial, que, desde agosto de 2016, tem sido ocupado por Viçtor Leonardo de Araújo, Hugo F. Corrêa e Tiago Camarinha Lopes. Registramos aqui nossos agradecimentos às diferentes diretorias da instituição que nos confiaram este grande – e, apesar de tudo, prazeroso – trabalho e esperamos ter conseguido estimular o debate e o pensamento crítico. A partir do próximo número, a edição fica a cargo de Henrique Braga, Daniel Sampaio e Adriano Teixeira.

A presente edição da Revista da SEP contou com o apoio financeiro da Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da UFES, como subproduto do XXIV Encontro Nacional de Economia Política.

VITOR SCHINCARIOL
JOSÉ PAULO GUEDES

IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA, BURGUESIA E DEMOCRACIA NO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Recebido em 10/2018
Aprovado em 12/2018

IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA, BURGUESIA E DEMOCRACIA NO NOVO- DESENVOLVIMENTISMO

Resumo

O trabalho pretende: (1) analisar os conceitos de imperialismo, dependência, burguesia e democracia na teoria do novo-desenvolvimentismo, tomando a obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira como representativa desta escola teórica; (2) à luz disto, criticar a abordagem novo-desenvolvimentista.

Palavras-chave: imperialismo; dependência; desenvolvimento econômico; novo-desenvolvimentismo.

Abstract

This work intends to (1) analyze the categories of imperialism and dependency in the new-developmentalism theory, taking the work of Luiz Carlos Bresser-Pereira as the most representative of this theoretical approach; (2) in light of that, the work intends to criticize the new-developmental approach.

Keywords: imperialism; dependency; economic development; new developmentalism.

Classificação JEL: F54, F63, N16, O10

VITOR SCHINCARIOL

Universidade Federal do ABC
– Bacharelado em Ciências
Econômicas (BCE)

JOSÉ PAULO GUEDES

Universidade Federal do ABC
– Bacharelado em Relações
Internacionais (BRI)

I. Introdução

A teoria do chamado novo-desenvolvimentismo na obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira segue um caminho categorial e lógico que apreende e articula os conceitos de imperialismo, dependência e desenvolvimento. Seu conceito de imperialismo assume que as potências industriais buscam impedir a industrialização periférica; sua noção de dependência reconhece que há exploração de países por países no plano internacional, mas contempla também a possibilidade de que essa dependência possa ser contrariada por uma burguesia nacional que atue de modo progressista. Assim, o que Bresser-Pereira chama de novo-desenvolvimentismo é a *possibilidade* de um desenvolvimento econômico de tipo nacional, mediante uma crítica à hegemonia dos centros econômicos. Nesta crítica é central a noção de *convencimento e persuasão* das elites do país, pois se supõe que é possível engendrar um processo viável de desenvolvimento baseado em capitais nacionais e particularmente na produção industrial. Este texto busca analisar como este autor conecta logicamente as categorias de imperialismo, dependência, burguesia e democracia, de modo a propor um novo pacto novo-desenvolvimentista, e como situa seu novo paradigma à luz das abordagens teóricas com as quais dialoga, definindo-o também como “nacional-dependente”. Seguem-se depois desta análise algumas críticas aos pressupostos do paradigma

“nacional-dependente” ou “novo-desenvolvimentista”, o qual foi desenvolvido principalmente por Bresser-Pereira.

O restante deste artigo divide-se nas seguintes seções, além desta introdução: imperialismo e dependência no nacional-desenvolvimentismo; a proposta do novo-desenvolvimentismo; críticas à abordagem do novo-desenvolvimentismo; conclusão; referências.

2. Imperialismo e dependência no nacional-desenvolvimentismo

A origem do termo “imperialismo” tal como modernamente entendido remonta à segunda metade do século XIX, momento no qual se dava, justamente, uma nova expansão colonialista europeia, agora definida como “imperialista”. A obra *Imperialism: a study* (1902), escrita pelo teórico inglês John Hobson (1858-1940), é o texto pioneiro sobre o imperialismo. Hobson foi influenciado pelo intelectual reformista britânico John Ruskin (1819-1900) e pelo socialismo fabiano².

¹ Hobsbawm afirma que o conceito de colonialismo “constituiu o ponto de partida para outras análises mais amplas, pois não há dúvida de que o termo imperialismo se incorporou ao vocabulário político e periodístico durante a década de 1980 no curso dos debates que se desenvolveram sobre a conquista colonial. Ademais, foi então quando adquiriu, enquanto conceito, a dimensão econômica que não perdeu desde então” (HOBSBAWM, 2009 [1987], p.69). Arrighi, por sua vez, afirma que “o conceito de ‘imperialismo’ foi introduzido no início do século XX com o objetivo de tratar, na teoria e na prática, do inesperado desenvolvimento da economia mundial capitalista” (ARRIGHI, 1996 [1993], p.376).

Ademais, foi um teórico pacifista e reformista, tendo militado no Partido Trabalhista inglês (CLARKE, BACKHOUSE & CAIN, 2008, p. 5977).

O imperialismo teorizado por Hobson via na exportação de capital a resposta que os países ricos encontravam para resolver o problema da crise de subconsumo que seria inerente ao capitalismo (MILIOS & SOTIROPOULOS, 2009, p. 10). Assim, o imperialismo exercido pelos países desenvolvidos pretendia encontrar emprego para o excesso de capital, buscando obter lucros e juros nos países subdesenvolvidos através das empresas multinacionais e dos empréstimos financeiros. Para Hobson, porém, o imperialismo não seria uma consequência estrutural do capitalismo, podendo ser evitado por políticas de tributação que tornassem o mercado doméstico mais atrativo aos capitalistas dos países imperialistas, diminuindo-se a propensão média a poupar da economia e tornando-a mais atrativa. Um mercado doméstico em maior expansão, aliado a uma crítica aberta e persistente dos efeitos negativos que as políticas imperialistas eventualmente trouxessem ao próprio país imperialista, poderiam eliminar o imperialismo e abrir o caminho para um capitalismo centrado na produção doméstica e no pacifismo.

Schumpeter foi um dos autores que criticou a definição marxista de imperialismo numa linha hobsoniana, ao defini-lo como um conjunto de “agressive attitudes on the part of the states” (SCHUMPETER, 1966 [1951], p.3). Este autor optou por tratar o problema do imperialismo de

forma mais pragmática, semelhantemente à de Hobson, no sentido de desvincular a expansão do capitalismo necessariamente à necessidade de uma política imperialista. Para Schumpeter, a história sempre mostrou experiências imperialistas, não por uma “necessidade intrínseca” deste ou daquele sistema, mas sim porque o “comportamento agressivo dos estados e classes” sempre existiu (1966 [1951], p.5). Recentemente, a abordagem pós-marxista da chamada teoria do sistema-mundo tem adotado um procedimento teórico semelhante, pois busca desvincular o capitalismo do pós-guerra (1945) de uma tendência *inerente* voltada à anexação e ao conflito militar³.

O pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro também adotou a vertente “hobsoniana” de imperialismo, mais coerente com sua defesa de um desenvolvimento de tipo capitalista para um país periférico. Neste campo teórico, o imperialismo refere-se de forma abrangente às políticas das nações industrializadas contrárias de alguma forma ao processo de industrialização dos países periféricos ou a sua autonomia econômica. O imperialismo seria a principal forma de oposição a um processo de desenvolvimento. Neste campo,

² O socialismo fabiano foi um movimento político-social britânico, nascido no fim do século XIX, que propunha a elevação da classe operária para torná-la apta a assumir o controle dos meios de produção. Em sua ação rejeitava as ideias utópicas. Não consistia em um movimento revolucionário, mas tinha como escopo a progressão, em um sentido socialista, das instituições já existentes.

³ Para um resumo da posição da teoria do sistema-mundo, ver Arrighi (1996 [1993]); para uma crítica deste tipo de abordagem na obra de Harvey, ver Moryoe Yeros (2012); para um balanço da literatura marxista recente, ver Milios e Sotiropoulos (2009).

não se buscou, portanto, discutir se o capitalismo seria *inerentemente* imperialista ou não, mas sim os efeitos concretos das políticas imperialistas quando estas fossem exercidas.

Neste sentido, o imperialismo deveria ser combatido em função da *viabilidade* de um capitalismo com bases nacionais. Assim, um país agrário-exportador poderia escapar à partilha do mundo pelas nações imperialistas e desenvolver políticas industrializantes através da aplicação de políticas corretas e autônomas. Se o objetivo das políticas nacional-desenvolvimentistas era o desenvolvimento capitalista, não caberia adotar a visão leninista da inevitabilidade da agressão e do confronto imperialista. O imperialismo podia ser enfrentado com políticas conscientes e deste choque resultar num aumento da autonomia nacional sem necessariamente haver um conflito militar.

Os nacionalistas e desenvolvimentistas assumiram a *viabilidade* de um desenvolvimento de tipo capitalista no Brasil com base na união dos empresários industriais (que se supõe formarem uma fração de suas classes dominantes) com trabalhadores, intelectuais e técnicos da administração pública. Esta união entre os trabalhadores urbanos e (pelo menos) parte da burguesia industrial poderia construir as bases para o enfrentamento dos interesses estrangeiros que seriam opostos à autonomia nacional e à industrialização local, bem como para a exploração do mercado doméstico e dos recursos naturais do

país por estas burguesias locais, em proveito da maioria. O nacional-desenvolvimentismo passou a ser uma corrente abrangente de pensamento originada de um processo objetivo, qual seja, a industrialização do Brasil e a posterior crise do colonialismo europeu, fenômenos que aparentemente eliminavam a ideia de inevitabilidade da conquista imperialista tal qual aparecia na obra de Lênin.

Neste contexto é que a produção de uma literatura especificamente nacional-desenvolvimentista no Brasil emergiu paralelamente à adoção de políticas nacionalistas, a partir da ascensão de Vargas em 1930 (NASCIMENTO, 2002), particularmente na equipe de técnicos montada por Vargas em 1951⁴, e nas obras dos membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁵ e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina)

⁴ Nas palavras de Brandi, “logo após a posse do governo, Getúlio decidiu criar um órgão de assessoramento e planejamento econômico, diretamente ligado à Secretaria da Presidência. A chefia da Assessoria Econômica foi entregue a Rômulo de Almeida, a convite do próprio Vargas, e sua equipe integrada por técnicos de posições nacionalistas, entre os quais Jesus Soares Pereira, João Neiva de Figueiredo, Ignácio Rangel, Cleanto de Paiva Leite e Tomás Pompeu Acíoli Borges” (BRANDI, 2010).

⁵ Foi motivo de clivagem interna ao grupo do ISEB o debate sobre o papel do capital estrangeiro para uma estratégia de desenvolvimento, tendo sido a posição simpática de Hélio Jaguaribe contestada por outros membros do grupo, de perfil mais nacionalista. Tais debates levaram mesmo a uma crise no Instituto, inaugurando-se uma segunda fase deste, durante a qual ganharam posições Alberto Guerreira Ramos, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto. Nesta segunda fase do ISEB, “repercutindo o ambiente de radicalização social, o Instituto matizou o protagonismo da burguesia industrial na aliança nacionalista e destacou o tema das reformas de base” (MARTINS, 2006, p.683). Estes mesclaram explicitamente “nacional-desenvolvimentismo” e categorias do marxismo, sem que os autores se identificassem necessariamente com o marxismo, com exceção de Werneck Sodré.

(BARBOSA, 1996). Bresser-Pereira, o maior expoente do que se define hoje como o novo-desenvolvimentismo, reconhece explicitamente a influência do ISEB e da CEPAL em sua obra (ver particularmente BRESSER-PEREIRA, 2005). Esta influência não é explícita na maioria das outras obras que seguem a escola novo-desenvolvimentista⁶. Segundo Bresser-Pereira, tanto os grupos da CEPAL como do ISEB “filiavam-se à teoria do imperialismo”, ou seja, “a teoria que explica o subdesenvolvimento principalmente como o resultado da ação imperialista das grandes potências, que busca manter os países da periferia exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas” (2005, p. 205).

Em sua recente obra *A Construção Política do Brasil* (2014), que aqui utilizamos como uma das bases para o estudo do novo-desenvolvimentismo, Bresser-Pereira contrapõe “formas do imperialismo” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.112) ao abordar a categoria em dois níveis de análise, que corresponderiam a distintas fases históricas: imperialismo “explícito” e “implícito”⁷. O imperialismo “explícito” referir-se-ia (i) à época colonial (séculos XVI-XVIII) e (ii) ao imperialismo do século XIX, com ocupação territorial, anexação e domínio de fato de uma nação por outra. O imperialismo “implícito” relacionar-se-ia à etapa mais recente do imperialismo, surgida depois de 1945, que o autor define como de “hegemonia ideológica” e “submissão financeira”. Assim, o primeiro conceito ou “forma do

imperialismo”, “explícito”, refere-se às etapas mercantil-colonial e industrial do imperialismo; o segundo, à etapa do “imperialismo hegemônico” (*ibidem*, p.43). Enquanto o imperialismo comercial e/ou industrial deu-se pela “troca desigual” e abertura de mercados, o “imperialismo hegemônico” dá-se mediante a *persuasão* (o termo é do próprio autor) das “elites” dos países “em desenvolvimento” para abrirem seus mercados e endividarem-se no exterior (*ibidem*, p.112). Deste modo:

[Os países imperialistas] perderam a legitimidade para a dominação política direta, mas

⁶ Para um resumo de análises novo-desenvolvimentistas, ver Sicsú *et alii* (2005) e Sicsú e Vidotto (2008).

⁷ De fato, o uso do conceito de imperialismo entre o ISEB não é homogêneo. Toledo afirma que se o ISEB “concorda basicamente no tocante à identificação das forças que constituem o polo que favorece o desenvolvimento nacional, o mesmo não se pode dizer acerca daqueles setores que compõem o polo *antagonista*” (TOLEDO 1977, p.122). E continua: “Para Vieira Pinto, R. Corbisier e N.W. Sodré, as forças que se agrupavam em torno daqueles setores que obstaculizam o projeto nacional-desenvolvimentista têm no imperialismo o seu principal agente. G. Ramos e C. Mendes falam em centros dominantes ou metropolitanos como ‘forças opostas’ ao desenvolvimento, mas nunca chegam a conotá-los com o conceito de imperialismo. Para H. Jaguaribe, o imperialismo jamais é privilegiado pela análise, uma vez que não é entendido a rigor e, em princípio, como força antagonista” (*idem ibidem*). Neste ínterim, Hélio Jaguaribe chegara a definir o imperialismo de uma forma totalmente oposta àquela do sentido marxista, como sendo um estágio geral que resulta do desenvolvimento do nacionalismo de *qualquer* país, desprezando o imperialismo como um evento histórico singular referente a um grupo de nações, e situando-o no plano das categorias universalizantes típicas da teoria da modernização ou da teoria neoclássica. Quando as nações asiáticas, africanas etc. atingissem tal estágio, tornar-se-iam imperialistas também. Aqui Jaguaribe justifica o imperialismo europeu e o descaracteriza como fenômeno do homem branco (ver JAGUARIBE, 2005 [1958], pp.29-30). Assim, o conceito de imperialismo do novo-desenvolvimentismo parece identificar-se com aquele de uso corrente nos textos dos outros autores do ISEB (que, com exceção de Werneck Sodré, não eram marxistas), mantendo-se assim uma indireta filiação à abordagem hobsoniana.

continuaram a explorar os países em desenvolvimento por intermédio de suas empresas multinacionais e do seu sistema financeiro, graças à sua hegemonia ideológica facilitada pela dependência das elites locais (*idem ibidem*).

Como se sabe, depois dos golpes militares sucedidos ao longo dos anos 1960 e 1970 na América Latina surgiria uma reconsideração crítica das ideias nacional-desenvolvimentistas. Neste ínterim, Bresser-Pereira adotou parcialmente as conclusões da Teoria da Dependência, todavia não endossando totalmente nem as versões de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, nem a de Ruy Mauro Marini e outros autores da chamada esquerda revolucionária. Quanto ao que Bresser-Pereira define como “versão associada da teoria da dependência”, ligada a Cardoso e Faletto, afirma: “tinha razão em [criticar os regimes desenvolvimentistas porque eram autoritários e excludentes], mas equivocou-se ao jogar fora a ideia de nação juntamente com o autoritarismo e o caráter excludente destes regimes, como se isso fosse necessário para alcançar a democracia e diminuir as desigualdades” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.194). Quanto a Marini e à versão revolucionária da dependência, que define como de “superexploração imperialista”, o autor afirma que “acentuava o caráter imperialista da relação centro-periferia. O problema com esta interpretação é de outra natureza: reside no seu caráter utópico, na ideia de que uma revolução socialista seria viável no Brasil” (*idem ibidem*).

A partir desta posição, Bresser-Pereira assume uma postura que define o nosso desenvolvimento como “nacional-dependente”. O trajeto percorrido pode ser assim resumido: o autor retém o conceito de imperialismo não-marxista acima mencionado; retém parte da interpretação “nacional-burguesa” dominante nos 1950, no que se refere a um “otimismo parcial” com relação à autonomia da burguesia nacional⁸; assume também, em sua interpretação “nacional-dependente”, haver “obstáculos ao desenvolvimento que representam os conselhos e pressões dos países ricos para que os países em desenvolvimento adotassem políticas que não atendiam aos seus interesses” (*ibidem* p. 196). De posse de tal noção de imperialismo e da hipótese da interpretação nacional-burguesa otimista quanto ao caráter da burguesia, Bresser-Pereira aceita, ainda que parcialmente, o diagnóstico da dependência. Com isto, “reconhece parcialmente o caráter dependente da burguesia industrial” (*ibidem*, p. 195).

Assim, a interpretação nacional-dependente de Bresser-Pereira diferencia-se da visão revolucionária da dependência por considerá-la “utópica”, e da versão “associada” por considerá-la ignorante do problema do imperialismo. Para Bresser-Pereira, a teoria da dependência associada não enfatizava a exploração internacional, mas apenas as relações de classe, sendo, assim, limitada.

⁸ Segundo Bresser-Pereira “uma interpretação que fazia a crítica do imperialismo enquanto era otimista em relação à autonomia da burguesia nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.195).

Com isto, afirma o autor, a interpretação nacional-dependente “manteve-se próxima da interpretação nacional-burguesa, porque reafirmou o problema do imperialismo, agora identificado com hegemonia ideológica, e porque relativizou [a] dependência, afirmando-a ambígua ou contraditória” (*idem ibidem*, p. 195). A validade ou viabilidade da hipótese nacional-dependente reside justamente no caráter “ambíguo” ou “contraditório” da burguesia.

Durante muito tempo não vi com clareza a distinção entre essa versão da interpretação da dependência e a alternativa nacional-dependente, que sempre fez mais sentido para mim na medida em que preserva a ideia de uma burguesia nacional, mas considera essa burguesia ambivalente e contraditória –ora associada à nação, ora subordinada às elites dos países ricos (*ibidem*, p. 198).

3. A proposta do novo-desenvolvimentismo

Apesar da dependência e do imperialismo, o novo-desenvolvimentismo supõe a possibilidade da atuação de uma parte da burguesia num sentido autônomo e nacional, buscando distanciar-se do pressuposto da luta de classes e deslocando o principal conflito social existente, tal como no ISEB, para os polos nação/antinação. Bresser-Pereira chega a afirmar em uma de suas obras que se tivesse que comparar as elites industriais e intelectuais brasileiras, “concluiria que as

primeiras estão mais identificadas com a Nação, porque seus interesses estão mais identificados com os interesses nacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p.274). Malgrado a dependência de fato, nesta teoria assume-se uma “democracia consolidada” no Brasil e uma burguesia que pode ser *convencida* a desempenhar um papel positivo e progressista. Por isso define-se o Brasil com o oxímoro de “sociedade nacional-dependente”. O conceito de imperialismo aqui aparece então como mais restrito do que o do próprio ISEB, porque se supõe uma brecha “desenvolvimentista” mesmo depois de uma dependência *consolidada*, e não no calor de uma disputa cujo resultado ainda estaria mais ou menos indefinido.

A hipótese de um novo-desenvolvimentismo na obra de Bresser-Pereira está assentada no pressuposto de uma burguesia que pode ser “convencida” da superioridade da democracia e do crescimento baseado na poupança interna. O principal argumento histórico de comprovação desta hipótese dado por Bresser-Pereira é o da redemocratização brasileira no fim da década de 1970, que teria ocorrido em parte devido à atuação da burguesia, “particularmente a industrial”, que, segundo ele, “começou a romper o Pacto Autoritário-Modernizante a que estava associada desde 1964 e gradualmente se aliou às forças populares” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.233). Note-se como o autor não nega à luta social seu papel na redemocratização, argumentando que “a transição democrática não foi o resultado da vitória

dos militares *sofiliners* sobre os *hardliners* nas Forças Armadas [...] mas um movimento ocorrido no seio da sociedade civil” (*idem ibidem*).

A partir do momento em que a classe dominante burguesa se deu conta de que a ameaça do comunismo desaparecera, e que, embora a democracia não fosse o regime político ideal para ela, a experiência histórica mostrava que não havia nela o risco da “ditadura da maioria” que os ideólogos liberais sempre alegavam, ela se convenceu de que era mais seguro e talvez lhe garantisse mais poder sacudir a tutela militar e se associar às forças democráticas (*idem ibidem*).

Assim, a análise novo-desenvolvimentista preocupa-se em pôr à margem a noção de luta de classes. Antes, interpreta-se a história do Brasil como marcada por “pactos”, e relativiza-se o conceito de exploração interna. No que se refere à história recente, atribui-se à própria burguesia o abandono de um regime ditatorial cuja gênese ela mesma apoiou anos antes, e cujo fim significou uma ampliação dos direitos sociais aos trabalhadores. A burguesia teria aceitado um “pacto” para pôr fim à ditadura militar no Brasil, em 1977 e nas “diretas-já”. Aqui o novo-desenvolvimentismo distancia-se de uma interpretação da redemocratização como: (1) o resultado de uma grave crise econômica, fruto dos erros das políticas oficiais, crise que os governos militares não puderam manejar; (2) modificação da postura dos Estados Unidos, com a nova (suposta) defesa

dos “direitos humanos” a partir de Jimmy Carter, que politicamente enfraqueceu também a ditadura; (3) intensificação da luta de classes.

A partir deste pressuposto sociológico (isto é, a burguesia pode ter um papel desenvolvimentista e pode ser separada em “rentista” e “industrial”), deriva-se a receita de um novo-desenvolvimentismo. Poder-se-ia obter o crescimento industrial a partir da poupança interna e de uma taxa de câmbio competitiva se as classes sociais chegassem a um novo entendimento, um novo “pacto”.

Do ponto de vista microeconômico, esta teoria preconiza um Estado planejador, limitando, porém, o planejamento estatal aos setores ditos não competitivos da economia e deixando o setor competitivo para a coordenação do mercado. Mesmo assim, o novo-desenvolvimentismo defende uma política industrial ativa. Ainda dessa perspectiva, a teoria vê com bons olhos uma política de distribuição de renda que se daria através da valorização do salário mínimo e de uma tributação progressiva (para evitar uma distribuição de renda através da apreciação da taxa de câmbio). Para países como o Brasil (de renda média), propõe no curto prazo a exportação de manufaturados (enquanto a mão de obra for barata), criticando, em decorrência disso, a política de crescimento com base na poupança externa, ou seja, criticando em última instância os déficits em conta-corrente que podem ocorrer por

sobrevalorização da moeda (doença holandesa) (BRESSER-PEREIRA, 2007 e 2016).

Já do ponto de vista macroeconômico, o novo-desenvolvimentismo assume tanto o desenvolvimento econômico como a estabilidade financeira como variáveis dependentes de preços macroeconômicos “corretos” (a taxa de lucro, a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de salários e a taxa de inflação). Deste modo, adota-se o discurso da responsabilidade fiscal, porém incluindo a noção de responsabilidade cambial⁹. Assim, por exemplo, níveis baixos da taxa de inflação (menor que dois dígitos) não devem ser a única meta a ser perseguida pela macroeconomia. Dessa forma, o novo-desenvolvimentismo faz parte do campo de pensamento que defende políticas de estímulo à demanda efetiva. Mas como enxerga na doença holandesa um dos principais entraves ao desenvolvimento, para além dos juros baixos e do déficit público, defende que haja ajustes fundamentais para colocar a taxa de câmbio no que chama de “equilíbrio industrial”, o que pode implicar uma redução temporária de todos os rendimentos, mas que garante que não haja déficits na conta corrente do balanço de pagamentos. Ainda sob essa perspectiva, defende que se promovam tarifas aduaneiras baixas, e que se tributem as exportações de *commodities* com o objetivo de neutralizar a doença holandesa (*idem ibidem*).

O suposto pacto a haver entre os diversos atores sociais pressupõe, dessa forma, um Estado ativo, uma concepção diferente, portanto, da forma de Estado neoliberal. Estas propostas, portanto, seriam razoáveis para embasar um novo projeto de desenvolvimento para o país. Além disso, deveria haver, no Brasil atual, condições democráticas para viabilizar, do ponto de vista econômico, este pacto entre as elites e o povo. Vale notar que, segundo a teoria em questão, estas condições já existiriam: “a consolidação da democracia comprovou-se pelo fato de que, em nenhum momento, a burguesia e os partidos da direita pensaram num golpe de Estado para enfrentar o problema criado pela eleição de um presidente de esquerda” [no caso, Lula, em 2003] (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 343).

Porém, a viabilidade deste pacto é incerta, não dependendo apenas das condições econômicas, mas sim de disposição política, que, segundo Bresser-Pereira, não teriam existido no Brasil nos

⁹ “Preços macroeconômicos certos não são aqueles preços definidos pelo mercado, mas os que fazem sentido econômica e politicamente: (a) a taxa de lucro deve ser satisfatória, ou seja, alta o bastante para motivar as empresas a investir; (b) a taxa de câmbio deve tornar as firmas competentes, competitivas; (c) o nível da taxa de juros deve ser o mais baixo possível; (d) a taxa de salário deve aumentar com a produtividade e ser condizente com uma taxa de lucro satisfatória; (e) a taxa de inflação deve ser baixa, inferior a dois dígitos. Por responsabilidade fiscal entende-se que o Estado deve manter suas contas equilibradas, só incorrendo em déficits públicos elevados quando o país enfrenta recessão; superada esta, o Estado deve buscar superávits para restabelecer um nível confortável de dívida pública; por responsabilidade cambial entende-se que o país não deve incorrer em déficits em conta-corrente a não ser excepcionalmente, quando houver garantia de que esses déficits não são causados por consumo, mas por investimento” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 251).

últimos anos. Não obstante, a despeito de não ter havido um novo pacto desenvolvimentista no Brasil atual, o novo-desenvolvimentismo de Bresser-Pereira tem uma visão bastante positiva do Brasil moderno. A análise de Bresser-Pereira, por conferir um espaço central à *contingência* que sempre existe quando se assume que o mundo pode ser movido pelas ideias, leva necessariamente a uma descrição otimista das condições institucionais brasileiras. O Brasil seria, é verdade, uma sociedade “nacional-dependente”, que sofre os efeitos da dominação imperialista (em seus próprios termos). É uma “nação incompleta” porque não realizou completamente seu “desenvolvimentismo” (*ibidem*, p. 399). Mas poderia, mediante a atuação da sociedade civil e eventualmente de sua burguesia, pensar-se como nação soberana (Bresser-Pereira vê aí um espaço de contingência a aproveitar-se, no qual o papel da difusão e da propaganda assumem centralidade – daí a plêiade de artigos e livros deste próprio autor).

O Brasil seria, ao mesmo tempo, uma nação “em busca de uma estratégia nacional-desenvolvimentista, porque, no quadro de uma democracia, os eleitores assim exigem” (*ibidem*, p. 400) e o país estaria também caminhando na defesa cada vez maior dos direitos sociais e na construção de um Estado de Bem-Estar, com uma “democracia participativa e solidária” (*ibidem*, p. 401). A política de cotas mostraria que a sociedade brasileira “estaria decidida a enfrentar o problema

da discriminação de negros e mestiços”. Além disto, o Brasil seria constituído por uma sociedade que luta pela proteção ao meio ambiente. Desta forma, como corolário, haveria no Brasil “uma democracia bem melhor do que seu nível de crescimento econômico deixaria prever” (*ibidem*, p. 303).

4. Críticas à abordagem do novo-desenvolvimentismo

Bresser-Pereira entende o imperialismo como uma contradição fundamental a impedir o desenvolvimento econômico brasileiro, e de sua abordagem deriva a necessidade de uma “frente ampla” que reunisse não apenas trabalhadores, mas todos os setores da sociedade que se beneficiariam com um processo de crescimento. De um ponto de vista da correlação de forças existentes no Brasil, não se poderia *a priori* imputar a esta abordagem falta de sentido histórico ou de senso de realidade política. Busca-se manter o núcleo da tradição cepalino-isebiana de pensar o processo de desenvolvimento a partir da condição dos países periféricos e, particularmente, da condição nacional, com a formulação de uma teoria econômica adequada a suas realidades, e não a partir de uma mera transposição automática de ideias econômicas que se originaram em outras realidades.

O novo-desenvolvimentismo busca, assim, uma atualização teórica à luz das mudanças recentes

da economia brasileira e mundial, denotando-se o sentido de comprometimento com uma abordagem teórico-metodológica não estática e realista, o que por si torna a macroeconomia novo-desenvolvimentista objeto de interesse. Este esforço de atualização teórica do novo-desenvolvimentismo tem, em si mesmo, portanto, produzido novos e importantes diagnósticos, com o refinamento de uma própria “macroeconomia do desenvolvimento”. Mas podemos esboçar várias críticas ao que consideramos serem os aspectos problemáticos da abordagem novo-desenvolvimentista, propensos a macular a viabilidade de um novo pacto suposto possível, quais seriam estas.

Uma dificuldade da abordagem novo-desenvolvimentista reside em sua interpretação da categoria de imperialismo. Se as relações Norte-Sul são “hegemônicas” na atualidade, porque defini-las *também* como imperialistas (“imperialismo de tipo hegemônico”)? A ênfase na característica supostamente preponderante de “hegemonia” do imperialismo depois da Segunda Guerra Mundial (1945) ignora que a história das relações Norte-Sul neste período não se caracterizou e não se caracteriza apenas por persuasão e convencimento, inclusive no caso do Brasil. As relações Norte-Sul nas guerras ocorridas durante estes mais de sessenta anos depois de 1945 foram também de conflitos armados, em que as potências se envolveram e se envolvem ainda direta ou indiretamente, incluindo os golpes militares

latino-americanos. Assim, a história recente do imperialismo não se refere apenas a seu aspecto “hegemônico”, categoria eufemística, mas sim ao uso da força direta, da espionagem, da sabotagem etc.. O uso da hegemonia e da persuasão são partes de uma relação mais abrangente, que não descarta o uso da força quando necessário ou quando factível politicamente. Se assim é, o imperialismo seria o imperialismo, e não necessitaria de apostos.

O uso impróprio da categoria de imperialismo conduz a um uso que seria também impróprio, em termos marxistas, do termo “alienação”. De fato, o novo-desenvolvimentismo atribui à “alienação das elites” e sua adoção do “neoliberalismo” os descaminhos tomados pela industrialização no Brasil. Supõe-se que as “elites” teriam assumido caminhos que, diante das opções que se lhes apresentaram, foram-lhes contraproducentes, na forma de endividamento externo e concessão do mercado interno ao “imperialismo”. As “elites” também poderiam ser “alienadas”, no sentido de não se darem conta de seus “reais” interesses. O uso do conceito de alienação quanto às elites mostra o uso pelo autor, novamente, das categorias marxistas sem a adoção do método marxista. Assim, nesta leitura, as elites não perseguem diariamente um caminho conscientemente dialético de sua dominação a balancear suas relações domésticas com os trabalhadores e suas relações internacionais. Elas eventualmente “erram”, por “alienarem-se”.

Para o novo-desenvolvimentismo, as “elites”, diante de todas as condições materiais para um *ajuste* ou *escolha consciente* de vários caminhos a seguir (ausentes para o proletariado), não teriam elegido os *caminhos que melhor correspondiam a seus interesses* em cada momento da história. Não teriam se ajustado racionalmente a uma *divisão internacional do trabalho* em mutação constante, nas condições de uma dependência, agora aprofundada no neoliberalismo. Em última instância, foram enganadas, alienaram-se, devido à política de convencimento e persuasão das potências imperialistas. Sem estas, as elites teriam sabido o que era melhor para elas mesmas.

Mas, poder-se-ia perguntar: poderiam as elites, com seu controle dos meios de produção, seu comportamento pecuniário e acesso a todo o conhecimento existente, “alienarem-se”, num sentido similar àqueles que são explorados no processo de produção, a ponto de atuarem contra seus próprios interesses de classe? Tornar-se importador, varejista ou rentista não denotaria um ajuste racional às circunstâncias dadas (neoliberalismo e abandono de um projeto nacional) da mesma forma que se tornar produtor industrial quando outras opções alocativas não se apresentaram no momento de temporária desorganização da divisão internacional do trabalho (aproximadamente 1930-1960)?

Nesta interpretação, segundo o uso do conceito de imperialismo como um processo de persuasão,

as elites periféricas atuariam contrariamente a seus próprios interesses. Assim, o conceito de alienação parece distante do comportamento efetivo real do objeto que busca descrever. As elites brasileiras, porém, não parecem atualmente menos consolidadas em seu exercício de dominação. O que teria ocorrido, em nossa interpretação, é uma alteração na alocação de seus investimentos da produção para outras atividades. Nesta óptica, a *saída real que o sistema tomou* durante o neoliberalismo teria correspondido, de fato, à saída mais racional possível a tais elites. Fossem a elas vedadas as estratégias de sobrevivência como as opções do comércio de importação, do mercado imobiliário, do agronegócio, da financeirização, e mesmo das atividades ilegais, certamente os investimentos na produção e na manufatura não teriam sido deslocados em sua carteira de inversões.

Outro problema conceitual refere-se à suposta separação entre uma “burguesia industrial” de outras frações da burguesia, ou uma atuação “industrial” com relação aos outros setores da economia. Esta separação parece não resistir a uma análise da estrutura de propriedade do capital atualmente existente entre os principais grupos atuantes no país. Uma suposta separação entre uma área de atuação que estaria à disposição de uma burguesia interna face aos grupos internacionais também parece frágil, tamanho o grau de dependência ao qual chegou a economia

brasileira¹⁰. Uma atuação “anti-imperialista”, com impactos na atuação do capital internacional aqui, prejudicaria todo o conjunto da atividade econômica, tornando-se desinteressante como plataforma política para os grupos nacionais. Isto torna o uso das várias acepções de burguesia limitado, bem como a construção de um pacto, dado que qualquer construção política anti-imperialista afetaria grande parte dos interesses econômicos locais, dado o entrelaçamento entre capital local e global.

A partir disto, chega-se à desvinculação existente entre a infraestrutura econômica e a superestrutura política na abordagem novo-desenvolvimentista. O novo-desenvolvimentismo constrói um diagnóstico pessimista da situação econômica, mas julga serem promissoras as condições da democracia brasileira. Não haveria uma correlação entre a deterioração do Brasil em termos de sua capacidade industrial e suas condições políticas e sociais. O Brasil seria uma “nação incompleta” e “dependente”, mas apresentaria uma democracia consolidada e uma sociedade civil “decidida a vencer” o racismo, a inflação e a concentração de renda (uma “sociedade civil viva e atuante [que] garante uma democracia consolidada” (BRESSLER-PEREIRA, 2014, p. 399). Neste ponto, ao se separar as condições da desindustrialização continuada e da reprimarização do comércio exterior e a consolidação dos principais aspectos do neoliberalismo na economia, das condições políticas e sociais mais gerais que

se considera ainda passíveis de forjar um pacto anti-imperialista, o novo-desenvolvimentismo, em nosso julgamento, flexibiliza demasiadamente a independência entre a superestrutura política e a infraestrutura econômica.

De fato, se há alguma determinação do nível superestrutural pelo infraestrutural (sem exclusão da influência das ideias ou de sua eventual autonomia relativa), esta teria implicações para os pressupostos adotados com relação aos conceitos de imperialismo e dependência. Poder-se-ia enumerar a seguinte série de eventos cuja maturação e posterior cristalização implicariam uma reconsideração da cartilha de prescrições novo-desenvolvimentistas: a consolidada hegemonia das ideias neoliberais e a aceitação da posição subalterna do país pelas camadas médias, pelas

¹⁰ Na lista dos vinte e dois maiores grupos atuantes no Brasil, em termos de vendas líquidas no mercado brasileiro, segundo a *Revista Exame Maiores&Melhores* de 2013, estavam, por ramo de atuação, as seguintes empresas e seu setores: Bradesco (financeiro); Vale (Mineração); JF Investimentos (bens de consumo e financeiro); Odebrecht (química, petroquímica, construção, financeiro); Santander (financeiro); Itaúsa (financeiro e construção); Ultrapar (varejo, química e serviços); Ultrapar (varejo e química); Pão de Açúcar (varejo e atacado); FIAT (autoindústria e financeiro); Gerdau (metalurgia); Telefônica (Telecomunicações); Votorantim (metalurgia, construção e financeiro); Ambev (bens de consumo); Carrefour (comércio); BRF (bens de consumo); Telemar (comunicações); Cosan (química, petroquímica, produção agropecuária, varejo); Cargill (bens de consumo); Marfrig, Walmart (não informados); Camargo Correa (serviços, construção, energia, bens de consumo, transporte, bens de capital); HSBC (financeiro). O mesmo padrão repete-se com o restante dos 200 maiores grupos listados pela *Revista Exame*. Como se pode notar, além de não haver uma separação clara entre os setores de atuação dos principais grupos atuantes no país, impossibilitando *ex ante* qualquer diferenciação entre supostas “frações da burguesia”, dos vinte e dois maiores grupos em 2013, nove eram estrangeiros e sete eram financeiros ou mesclavam atividades financeiras com outras não financeiras.

elites políticas e do aparato burocrático-administrativo, bem como pelas forças armadas no Brasil; a organização das igrejas neopentecostais e do tráfico de drogas em forma de influentes poderes políticos institucionalizados totalmente desvinculados e refratários à construção de um projeto nacional¹¹; a cristalização de um novo tipo de estrutura de personalidade autoritária na sociedade, cujas raízes merecem ser melhor estudadas¹²; a clivagem racial no seio da sociedade brasileira¹³. Como a análise permanece demasiadamente restrita aos cânones acadêmicos, ainda estão pendentes de reelaboração, no nível teórico, estes fatos perturbadores dos pressupostos assumidos.

Portanto, argumentamos que se o novo-desenvolvimentismo diz perseguir uma abordagem teórica inovadora, o que efetivamente consegue de um ponto de vista estrito da análise econômica, o conjunto de proposições dela derivado não parece ser aderente às alterações ocorridas no quadro social do Brasil contemporâneo. Em nossa visão, a nova (e complexa) configuração social no Brasil resiste ao uso das categorias tradicionais com as quais trabalha o novo-desenvolvimentismo.

O moderado crescimento recente da economia brasileira e sua baixa qualidade em termos de criação de valor industrial engendraram modificações no seio das classes sociais no Brasil, de cima a baixo, com consequências para o padrão de comportamento social, político, eleitoral, e de

organização do próprio Estado. À baixa qualidade do mercado de trabalho e do ensino do país – dada a queda da participação da indústria no PIB e a própria condição rebaixada de inserção do país na divisão internacional do trabalho¹⁴ – correspondeu o reforço do agronegócio, das finanças, do comércio de importação e mesmo a difusão das atividades ilegais (tráfico de drogas, armas, mercadorias etc.). No aspecto cultural (parte da chamada superestrutura econômica, nos termos marxistas clássicos), isto correspondeu, no “circuito superior”, a uma atuação individualista, rentista e autoritária dos proprietários do capital e setores médios, e no “inferior”,

¹¹ Por exemplo, na lista dos vinte e seis canais abertos de TV analógicos do estado de São Paulo, há pelo menos quatorze canais (53% do total) que transmitem total ou parcialmente conteúdo religioso. São eles: SBT; TV Record; Rede Gazeta; Rede Bandeirantes; Rede 21; Rede Vida; TV Novo Tempo; TV Canção Nova; RBI TV; CNT; Ideal TV; TV Sul Bahia; Rede Gospel; Rede Século XXI.

¹² Anderson defende haver uma “nova direita” no Brasil hoje, como tendo nascido no bojo de um processo de crescimento que trouxe benefícios materiais, mas “pouca solidariedade” entre os grupos sociais (ANDERSON, 2016). Explicando o que parece ser o surgimento ou cristalização de uma “nova direita” autoritária no Brasil, Anderson observou: “recrutada de uma geração mais nova de ativistas de classe média, uma nova direita – frequentemente orgulhosa de definir-se assim – fala menos de divindade, raramente de família, e reinterpreta a liberdade”.

¹³ Isto pode ser visto, por exemplo, na disparidade entre os índices de violência para indivíduos negros e não negros (bem como, é claro, no nível da representação política, da propriedade do capital etc.). Segundo o *Mapa da Violência no Brasil 2015*, em 2012, do total de 37.444 homicídios ocorridos no Brasil, 72% eram de pessoas da cor negra (INSTITUTO SANGARI, 2015, p.80).

¹⁴ Dentre os 65 países avaliados pelo PISA (*Programme for International Student Assessment*), divulgado pela OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento) em 2010, o Brasil situava-se na 52ª posição.

ao aumento da criminalidade¹⁵ e crescimento das igrejas neopentecostais – agora articulados – como sujeitos econômicos e políticos, chegando ao Congresso Nacional e controlando um amplo aparato midiático.

Em outros termos, ao contrário do que afirma o novo-desenvolvimentismo, que busca criticar o processo de desindustrialização pelo qual passou o país, mas que argumenta, ao mesmo tempo, que este processo ocorreu paralelamente à manutenção de uma democracia que definia como “promissora”, argumentamos aqui que a deficiência teórica desta abordagem dá-se, em última instância, *por ignorar a correspondência entre as condições democráticas e os processos econômicos subjacentes*. No caso, numa economia subdesenvolvida tornada mais débil em termos produtivos e de comércio exterior, cujas classes dominantes rechaçaram um crescimento baseado no setor manufatureiro e no controle do mercado doméstico, parte dos trabalhadores tornou-se cada vez mais precarizada e alheia aos referenciais culturais que a permitiriam reconhecer-se como uma classe *em si*. Isto tornou difícil reunir as condições sociais que viabilizassem um pacto desenvolvimentista. Ou seja, a democracia no Brasil, na verdade, foi ficando cada vez *menos* “promissora” ao longo dos últimos anos¹⁶, porque mesmo o tipo de crescimento obtido foi ruim em termos de sua qualidade produtiva e de seus efeitos sociais tidos em termos mais abrangentes¹⁷. Isto quer dizer, em última instância, que a atual

posição do país na divisão internacional do trabalho, e sua correspondente configuração social, impedem que haja uma democracia “consolidada e viva” e dificultam a própria construção de uma frente ampla nacionalista necessária ao enfrentamento, sequer, de um imperialismo de tipo “hegemônico”.

5. Conclusão

A narrativa do novo-desenvolvimentismo na obra de Bresser-Pereira tem o mérito de não se enquadrar nos infrutíferos cânones ortodoxos da teoria econômica neoclássica. Não obstante, a potencialidade de tais recomendações barra

¹⁵ Segundo o documento *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)*, o Brasil tinha em 2014 a quarta maior população carcerária do mundo, com aproximadamente 622 mil indivíduos presos; do ponto das taxas por 100 mil habitantes, o Brasil ocupava a sexta posição. Entre 2003 e 2014, a população carcerária passou de 308 mil a 622 mil, crescimento de 2,01 vezes, ao passo que a população residente brasileira cresceu apenas 1,11 vezes no mesmo período, segundo os dados do IBGE.

¹⁶ Em 2014, do total de votos no segundo turno para as eleições presidenciais, a soma das abstenções, dos votos brancos e dos nulos chegou a 26% do número de aptos a votar. Este padrão tende a repetir-se. Conferir os resultados eleitorais em <<http://www.tse.jus.br/>>(consulta realizada em 27/06/2016).

¹⁷ Segundo o *Global Study on Homicide* (ONU, 2013, p.23), que usa fontes do Ministério da Justiça brasileiro, o Brasil, ainda que apresentando taxas internas bastante díspares entre seus estados e tendo reduzido suas taxas de homicídios ao longo da última década, tinha ainda em 2012 uma das sete maiores taxas de homicídios do mundo, ao lado de México e abaixo apenas de Venezuela, Colômbia, África do Sul, Guatemala e Honduras. Em 2012, no estado de São Paulo, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes era de 10,8 e no estado da Bahia era 41. Vale mencionar também que a produção de artefatos bélicos no Brasil, sendo uma das maiores em escala mundial, e uma das fontes mais óbvias de abastecimento doméstico de armas de fogo e munições, tem uma relação direta com o número de homicídios e o comércio ilegal de armas.

no que consideramos como pressupostos falhos da análise novo-desenvolvimentista, a saber: (1) o conceito de imperialismo aparece como limitado em termos históricos, e menos rigoroso do que parece demonstrar a história das relações Norte-Sul, o que leva a uma *subestimação* das dificuldades colocadas pelo imperialismo; (2) há outra subestimação do grau de dependência ao qual chegou a economia, com a presença estrutural do capital internacional em todas as esferas econômicas, o que dificulta a delimitação de um campo de atuação econômica exclusivo à burguesia doméstica; (3) ignora-se a impossibilidade prática da diferenciação entre uma chamada burguesia industrial e outra “rentista”, menosprezando eventuais diferenciações e contradições potencialmente mais férteis em termos políticos, entre (por exemplo) pequeno capital (nacional) e grande capital (internacionalizado e rentista), ou entre “negros pobres” e “brancos ricos” etc.; (4) ignora-se o conflito entre as condições econômicas reais e as condições político-institucionais, e mesmo culturais, no país. Por todas estas razões, subestimam-se os obstáculos e internos e externos para a aplicação de uma política desenvolvimentista.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros”. In: ABREU, Alzira Alves de et alii (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- ANDERSON, Perry. “Crisis in Brazil”. *London Review of Books*, vol. 38, n° 8, abril 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. “Imperialismo”. In: BOTTOMORE, Tom & OUTWHAITE, William (org.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996 [1993].
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. “Relembrando a formação da CEPAL”. *Revista SEADE*. São Paulo, 1996.
- BRANDI, Paulo. “Getúlio Dornelles Vargas”. In: ABREU, Alzira Alves de et alii (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005, pp. 201-232.
- _____. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____. *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- _____. “Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico”. *Revista de Economia Política*, vol. 36, n° 2 (143), pp. 237-265, 2016.
- CLARKE, Peter; BACKHOUSE, Roger E. & CAIN, P.J. “Hobson, John Atkinson (1858–1940)”. In: DURLAUF, Steven N. & BLUME, Lawrence E. (org.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Londres: Palgrave Macmillan, second edition, 2008.
- DEPEN (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL) – Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. *La era del imperio. 1875-1914*. 6ª edição. Buenos Aires: Crítica, 2009 [1987].
- HOBSON, John A. *Imperialism, a study*. Nova York: Cosimo Classics, 2005 [1902].
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Contas Regionais do Brasil, 2004-2008*. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. *Sistema de Contas Nacionais – Brasil, 2005-2009*. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012*. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. *Sistema de Contas Nacionais – Brasil, 2010-2013*. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO SANGARI/WAISELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015. Mortes matadas por armas de fogo*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2015.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005 [1958].

MIROS, John & SOTIROPOULOS, Dimitris P. *Rethinking imperialism, a study of capitalist rule*. Londres, Palgrave Macmillan, 2009.

MOYO, Sam & YEROS, Paris. "Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa", *Agrarian South. Journal of Political Economy*. Los Angeles, vol. 1, nº 2, 2012.

NASCIMENTO, Benedito Heloiz do. *A ordem nacionalista brasileira*. São Paulo: Humanitas, 2002.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Global Study on Homicide 2013*. Viena: United Nations Office on Drugs and Crime, 2013.

REVISTA EXAME. *Maiores e Melhores*. Edição Especial de 40 Anos. São Paulo: Abril Cultural, Julho 2013.

SCHUMPETER, Joseph. *Imperialism & Social classes*. Nova York: Meridian Books, 1966 [1951].

SICSÚ, João & VIDOTTO, Carlos. *Economia do desenvolvimento*. Teoria e políticas keynesianas. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando de & MICHEL, Renaut (org.). *Novo-Desenvolvimentismo*. Um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole, 2005.

RODRIGO LUIZ MEDEIROS DA SILVA

SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO? SUBIMPERIALISMO
SUL-AFRICANO? O RETROSPECTO DO COMÉRCIO EXTERNO
AUTOMOTIVO CONTRA A HIPÓTESE DE RUY MAURO MARINI

Recebido em 08/2018

Aprovado em 02/2019

SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO? SUBIMPERIALISMO SUL AFRICANO? O RETROSPECTO DO COMÉRCIO EXTERNO AUTOMOTIVO CONTRA A HIPÓTESE DE RUY MAURO MARINI

Resumo

O objetivo desse artigo é testar o postulado do “subimperialismo” de Ruy Mauro Marini. Segundo sua proposição, a industrialização brasileira foi limitada por crescente escassez de demanda. Nada obstante, sua tendência a desacelerar-se teria sido evitada pela exportação a países vizinhos. Isso conformaria uma sorte de ofensiva imperialista, ainda que útil às multinacionais estrangeiras operando no Brasil. Destarte, uma saída “subimperialista”. Analisamos aqui dados de dois países onde essa perspectiva ecoou: Brasil e África do Sul. Focalizando o setor automotivo como *proxy* da indústria, argumentaremos que a proposição de Marini não é endossada pelo retrospecto do comércio externo automotivo.

Palavras-chave: Subimperialismo; Brasil; África do Sul; Ruy Mauro Marini; indústria automotiva

Abstract

Our aim is to test the postulate of “sub-imperialism”, formulated by Ruy Mauro Marini. According to his proposition, Brazilian industrialization was limited by growing demand scarcity. Nonetheless, its trend to deaccelerate would have been avoided by exporting to neighboring countries. It would represent a sort of imperialist offensive, though useful to the foreign multinationals operating

**RODRIGO LUIZ
MEDEIROS DA SILVA**

Professor Adjunto de Economia
Internacional, Universidade
Federal da Integração
Latino-americana (Unila).

in Brazil. Hence, a “*sub-imperialist*” exit strategy. We considered data of two countries where this postulate echoed: Brazil and South Africa. Focusing the automotive sector as a *proxy* of industry, we support that Marini’s proposition is not endorsed by the retrospect of external automotive trade.

Keywords: Subimperialism; Brazil; South Africa; Ruy Mauro Marini; automotive industry

I. Introdução e Objetivos

Após o ápice do Desenvolvimentismo, a economia brasileira encontra uma repentina desaceleração entre 1961-1967. Naqueles anos, Celso Furtado alertava sobre uma “estagnação estrutural” para o subcontinente. Em breves palavras, a interrupção do crescimento seria explicada pela saturação dos mercados previamente existentes para manufaturados, bem como pelo simultâneo agravamento do hiato de divisas. Seu clássico trabalho de 1966, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, simboliza um divisor de águas no clássico estruturalismo latino-americano. Doravante, a “substituição de importações” não mais será apresentada como uma estratégia suficiente para lidar com o atraso econômico. As contribuições posteriores da CEPAL tenderiam a prescrever um conjunto mais amplo de “reformas estruturais”, almejando diversificar o comércio externo e alargar o mercado doméstico, de modo a reestabelecer um ambiente adequado à industrialização.

Alguns anos mais tarde, contudo, o Brasil experimenta uma segunda onda de crescimento industrial acelerado, um fato marcante e relativamente inesperado, especialmente tendo em conta o desempenho de seus vizinhos latino-americanos. Para as opiniões liberais, tradicionais antagonistas do ideal desenvolvimentista da CEPAL, esse novo impulso

brasileiro rumo à acumulação capitalista teria desautorizado a projeção de Celso Furtado. Seu chamamento por reformas socialmente inclusivas, alargando os mercados domésticos de modo a mitigar as restrições de escala, não constituiria genuíno pré-requisito à continuidade da industrialização. O “Milagre Brasileiro” de 1967-1973 sinalizaria então que reformas institucionais pró-mercado, ao invés das reformas “de base” da esquerda, comporiam a verdadeira agenda de retomada da industrialização na América Latina.

O contexto de virada conservadora sob o Período Militar encorajou a formulação de explicações alterativas para o ímpeto industrial brasileiro, insistindo que a desigualdade penalizava a economia. Segundo a versão desenvolvida por Ruy Mauro Marini (1973, 1974, 1977), o sucesso brasileiro em deslanchar uma onda adicional de crescimento industrial a partir de 1967 não derivaria das reformas institucionais pró-mercado feitas pelo Governo Militar. Contrariamente, a política econômica do crescimento envolveria exportações maciças aos países limítrofes. Pelo fim dos anos 1960, a completa ausência de vizinhos ainda vivenciando processos de industrialização havia aberto ao Brasil a perspectiva de converter-se em fornecedor regional exclusivo. A partir desse ponto, as multinacionais sedimentariam suas posições na América do

Sul, com as filiais brasileiras desempenhando papel central.

Dessa ótica, a reduzida participação dos trabalhadores brasileiros na renda nacional ainda representaria uma restrição estrutural ao desenvolvimento capitalista do Brasil. Pois a reduzida massa salarial efetivamente inibiria a demanda doméstica por manufaturas. É um argumento compatível com o diagnóstico pessimista de Furtado. Entretanto, Marini emenda que o Brasil teria temporariamente escapado à sina da estagnação pela substituição de consumidores domésticos por estrangeiros. Desse modo, compensando a restrição do mercado local, a ocupação de mercados adjacentes teria recomposto a requerida demanda de manufaturas, determinando um novo e imprevisto impulso de industrialização.

Por outro lado, essa tese alternativa enfatizava os limites dessa peculiar estratégia de substituição de exportações. A exportação de manufaturados do Brasil a seus vizinhos permanecia pesadamente dependente de componentes, capitais e tecnologias advindos dos Estados Unidos, limitando a ocupação de mercados ultramarinos. Afinal, o núcleo de sua indústria avançada permanecia sob controle direto estrangeiro. Por exemplo, a atividade das filiais brasileiras não deveria competir com suas equivalentes na África do Sul ou Turquia, cada qual possuindo um

raio de atuação regional precisamente demarcado. Para Ruy Mauro Marini, essa precária “solução” brasileira, mediando insuficiência de mercado, inserção exportadora regional e industrialização, poderia ser rotulada como “subimperialismo”.

Em termos de recomendação de agenda, essa versão da recuperação econômica brasileira encorajava uma combinação de reformas redistributivas radicais, alargando o mercado doméstico de manufaturas, e a adoção de deliberada solidariedade regional. Tal ruptura de abordagem seria estruturalmente factível apenas se o Estado pudesse controlar os principais setores produtivos, tal qual os recursos financeiros e tecnológicos cruciais. Desponta aqui um vibrante chamamento pelo igualitarismo e pela integração solidária da América Latina, idealmente inexequível sem uma revolução social.

Nesse artigo, argumentamos que a versão de Marini sobre a industrialização é, sem lugar à dúvida, baseada em uma construção lógico-dedutiva coerente, fundada em elegante aplicação do método histórico-dialético. Mesmo assim, a tese da industrialização mediante um escape “subimperialista” deve ser confrontada com a evidência estatística disponível desde então. Ao propor tal cotejo, esse artigo analisa a destinação das exportações

brasileiras de automóveis, pois as montadoras constituem um marco da moderna indústria brasileira. Acreditamos que não pode haver teoria da industrialização que não explique o setor-símbolo da indústria. Para aprofundar a avaliação empírica do postulado de Marini sobre o escape “subimperialista”, permitindo a industrialização tardia sob insuficiência de mercado, repetiremos o experimento para outro caso de industrialização “substitutiva” que potencialmente poderia beneficiar-se de ascendência regional: a África do Sul. Veremos, o termo “subimperialismo” é igualmente usado para descrever a projeção do poder econômico sul-africano sobre outros Estados africanos. Entendemos que o paralelo que se pode traçar entre esses dois casos, igualmente marcados por elevada concentração de renda, e por uma clara liderança regional, reforçará o conjunto empírico disponível para ventilar a construção abstrata de Marini.

2. As raízes do “subimperialismo” em Economia Política

Nas ciências sociais, o emprego do termo “imperialismo” tem sido marcado por considerável imprecisão. De acordo com o dicionário *Webster’s* da Língua Inglesa, “imperialismo” constitui “a política de expandir o governo ou autoridade de um império ou nação sobre

países estrangeiros, ou de adquirir ou possuir colônias e dependências.”¹ Ainda assim, o conceito de imperialismo costumeiramente transcende essa conotação territorial, denotando quase toda manifestação de influência cultural ou econômica emanada desde os países mais poderosos. Do uso da língua inglesa ao consumo de sanduíches do McDonald’s, “imperialismo” pode referir-se a uma incrível variedade de circunstâncias. Esses significados altamente variáveis parecem convergir apenas ao designar o “imperialismo” como um tipo de poder ou influência internacional. Muito popular em círculos acadêmicos contemporâneos, a disseminação do conceito é um fenômeno relativamente recente.

Imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo. A palavra (que não figura nas obras de Karl Marx, falecido em 1883) foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década. Sua explosão no uso geral data dos anos 1890. Por volta de 1900, quando os intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, ele estava [...] na boca de todo mundo. (HOBSBAWM, 1998, Capítulo 3, p. 92)

Para o público anglófono dos primeiros anos 1870, o recurso ao neologismo “imperialismo” dizia respeito “não primariamente a possessões estrangeiras ou ultramarinas, mas à política francesa, quer dizer, ao estilo de política instável,

pretoriano, anticonstitucional, e anti-inglês.” (PROUDMAN, 2008, p. 401) Poucos anos depois, pelo fim da década, o termo passa a fazer referência ao Primeiro-Ministro Benjamin Disraeli (1868 e 1874-1880), por oponentes de suas políticas imperiais alegadamente agressivas. O esforço de estigmatização ainda pressupunha a adesão do termo à sua anterior conotação napoleônica. Nada obstante, políticos que se opunham ao chamado “*Irish Home Rule*”² foram imediatamente capazes de reclamar o termo que poderia estigmatizá-los. Eles o reivindicam então como um rótulo de conotação positiva. Pois “imperialismo” poderia denotar mais que suporte a uma projeção beligerante sobre outros reinos. Poderia, antes, referir-se à “unidade dos povos Anglo-saxões, pela expansão de uma civilização benéfica, ou à institucionalização do império mediante estruturas políticas imperiais” (PROUDMAN, 2008, p. 402-3). Segue-se que o recurso trivial ao termo “imperialismo” esteve, na Inglaterra, por muito tempo associado ao suporte público ao Império Britânico, não necessariamente envolvendo uma expansão imperial.

Naquilo que concerne à História das Ciências Sociais, contudo, a conotação negativa de

¹ Tradução do verbete de *Webster’s Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language*, Gramercy Books, 1994. [“the policy of extending the rule or authority of an empire or nation over foreign countries, or of acquiring and holding colonies or dependencies”].

² Estatuto que dotaria a Irlanda de certa autonomia, dentro de um Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

“imperialismo” prevaleceria, em referência principalmente à projeção hostil de potências ocidentais. “Duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico.” (HOBSON, 1902, Parte I, Capítulo I, p. 15 – tradução própria)

“imperialismo” prevaleceria, em referência principalmente à projeção hostil de potências ocidentais. “Duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico.” (HOBSON, 1902, Parte I, Capítulo I, p. 89). O fenômeno a ser explicado era, acima de tudo, o ímpeto dos Estados europeus como conquistadores, engajando-se em disputas territoriais aparentemente infinitas, definindo e redefinindo o destino dos povos dominados, tal como mera administração de espólios.

A apropriação acadêmica do debate sobre o “imperialismo” logo sofisticou seu entendimento, propondo que este não constituía nem uma simples orientação política nem uma atitude político-internacional, senão um fenômeno histórico fundado em determinantes políticos e econômicos. A contribuição fundacional a esse tipo de abordagem estrutural deve ser creditada a *Imperialismo: um estudo*, de John Atkinson Hobson, publicado em 1902. Como clarifica o fragmento abaixo, o fenômeno iluminado à luz dessa opção metodológica era, precisamente, a sede ocidental por possessões ultramarinas.

Questões acerca do moderno significado do termo Imperialismo são melhor resolvidas pela referência a fatos concretos na história dos últimos trinta anos. Durante esse período, um número de nações europeias, Grã-Bretanha sendo a primeira e a principal, anexou ou então as-

sentou domínio político sobre vastas porções da África e Ásia, e sobre numerosas ilhas no Pacífico e alhures. (HOBSON, 1902, Parte I, Capítulo I, p. 15 – tradução própria)

Na opinião desse economista reformista, a “raiz mestra do imperialismo” não seria a atitude nacionalista dos governos, mas a má distribuição de renda e poder em uma sociedade capitalista, combinada com os interesses organizados da oligarquia. Hobson não vê nenhuma inclinação imanente ao subconsumo na forma capitalista de organização econômica. Mesmo assim, a concentração de poder de consumo entre as classes impedia a adequada absorção doméstica de bens consumo, bem como desestimulava a aplicação de capitais no interior do país. Sob tais condições, um crônico desajuste entre demanda e oferta de bens poderia ocorrer, criando uma sorte de congestão nos mercados, afetando negativamente o nível de produção, rebaixando o nível geral de preços e suscitando altos gastos com propaganda. Durante esse intervalo, significativas somas de capital deixam de ser remuneradas, e parte da força de trabalho é desempregada. Assim, o “imperialismo” constitui a tentativa organizada dos grandes monopólios em alargar o canal para o escoamento da produção excedente pela procura de mercados externos: “Não é o progresso industrial que demanda a abertura de novos mercados e áreas de investimento, mas a má

distribuição do poder de consumo evitando a absorção de bens e capital pelo país.” (*ibidem*, Parte I, Capítulo V, p. 91 – tradução própria)

Por conseguinte, o “imperialismo” seria desnecessário e imoral. Além disso, as políticas “imperialistas” seriam irracionais, ameaçando a riqueza nacional ao encorajar negócios temerários. A crítica de Hobson referia-se à inversão de capitais públicos e privados no lastro de uma forma particularmente volúvel de sujeição territorial, dada a permanente disputa interestatal por mercados ultramarinos. Não se supunha que o protetorado arquetípico restasse sob eterna jurisdição de um mesmo Estado. Conjecturas e circunstâncias da ordem internacional poderiam mudar tão abruptamente quanto a direção dos ventos, demandando a renegociação de fronteiras e jurisdições. Empresa arriscada para uma nação, a aventura “imperialista” certamente poderia ser altamente lucrativa para alguns indivíduos. O aspecto político do “imperialismo” torna-se claro nesse ponto.

O entendimento do “imperialismo” como um fenômeno estrutural evoluiria nas décadas subsequentes, culminando com os trabalhos clássicos de Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin, respectivamente, *A Acumulação de Capital* (1913) e *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1917). O principal contraste entre a visão de Hobson e essas duas outras versões

do “imperialismo” envolve sua inevitabilidade. Hobson entende-o como desnecessário; Lênin e Luxemburgo descrevem-no como uma inescapável manifestação das contradições do capitalismo.

Quanto à perspectiva de Rosa Luxemburgo, a ofensiva ultramarina dos países capitalistas emanaria da contraditória mecânica do processo de acumulação, determinando uma tendência ao subconsumo, que apenas poderia ser compensada pela expansão das vendas a territórios não capitalistas. Especificamente, o principal esforço de elucubração de *A Acumulação de Capital* diz respeito a um dilema lógico que, de acordo com a autora, Marx teria deixado de resolver no segundo livro de *O Capital*. Tal dificuldade seria a seguinte: em uma economia compreendida somente por capitalistas e trabalhadores, quem adquiriria o aumento da produção de bens de consumo e de capital, dada a premissa de acumulação de capital de um período ao outro? Explicando em terminologia marxista, quem realizaria o valor excedente, dada uma reprodução ampliada? A tese de Luxemburgo era que o valor excedente em uma economia capitalista seria realizado apenas mediante o comércio com sociedades organizadas segundo estilo não capitalista. O capitalismo pressupunha o assalto ao mundo não capitalista para sobreviver.

Não houve demanda pelo excedente produzido no país, então o capital restou ocioso sem a possibilidade de ser acumulado. Mas no exterior, onde a produção ainda não se desenvolveu, ocorre voluntariamente ou pela força de uma nova demanda do estrato não capitalista. O consumo doméstico dos capitalistas e das classes trabalhadoras é irrelevante para o propósito de acumulação, e o que importa ao capital é o fato último de que seus produtos são “usados” por outrem. (LUXEMBURG, 1951, pp. 426-427, tradução própria)

A apresentação de Rosa Luxemburgo concernindo ao “problema de realização” e sua solução, isto é, a motivação por detrás de uma incursão das potências capitalistas em direção a economias pré-capitalistas, envolve a proposição de uma teoria específica da (re) produção estendida. Os incrementos na capacidade social de produção progressivamente mover-se-iam da produção de bens de salário para a produção de itens de capital. Isso envolveria uma complexa transmissão intersectorial, dado que diferentes unidades produtivas, compreendendo setores relativamente desconexos, produzem seja para o consumo produtivo, seja para o pessoal. Temos duas cestas de bens produzidas por distintos setores de produção, e então uma possibilidade técnica de crescimento desbalanceado entre a oferta de ambas.

Uma complexidade adicional emergiria do fato de a produção nos dois setores, de bens

de produção e consumo, sempre requerer uma proporção adequada das duas categorias de bens. Por um lado, é mandatório preservar a requerida subsistência dos trabalhadores (de ambos os setores). Por outro, a oferta de itens de capital é pré-condição essencial da produção, já que insumos manufaturados são necessários para os processos de produção, e bens de capital são o objeto último da acumulação. Assim, a acumulação somente é possível se os dois setores cooperam, retendo uma parcela do produto respectivo, para intercambiar seus excedentes, de modo a atingir uma combinação técnica adequada entre as duas cestas.

Luxemburgo assume que o setor que produz itens de capital tende a ser particularmente estimulado a elevar sua produção excedente, dadas as infinitas oportunidades de empregar máquinas e insumos manufaturados na elevação da produtividade. O apelo da incessante elevação da produtividade convence os capitalistas a comprimir seu consumo sumptuário, saturando a despesa pessoal no que concerne às camadas de mais alta extração social, e redirecionando recursos à aquisição de mais e mais itens de capital. Isso conforma uma certa compulsão pelo investimento. Seu corolário, uma relativa restrição do consumo pessoal da camada capitalista, termina por afetar o nível geral de demanda por bens de consumo. Finalmente, descortina-se

inevitável tendência à excessiva oferta de bens de consumo (subconsumo), e permanente escassez de bens de produção. A ofensiva ultramarina é apresentada como uma alternativa previsível com vistas a escapar ao “problema de realização” que aqui se coloca: vendas externas como alternativa ao subconsumo interno.

O postulado de uma inevitabilidade dinâmica das exportações para permitir a reprodução ampliada é a maior particularidade do entendimento de Rosa Luxemburgo acerca dos determinantes estruturais do “imperialismo”. É interessante ressaltar que a *magnum opus* alternativa de Lênin, que igualmente tributa o “imperialismo” a contradições inatas do sistema capitalista, não afixa essa hipótese de subconsumo tendencial. Alternativamente, *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* oferece um entendimento do fenômeno em questão envolvendo uma análise da transição de regime econômico desde a livre competição ao monopólio. O “imperialismo” constituiria não mais que a fase monopolista do capitalismo. Como tal, Lênin inscreve a sede territorial das potências capitalistas em um esquema historiográfico *marxista* concernindo aos ditames da evolução do sistema capitalista.

Lênin procura demonstrar como a expansão colonial e a rivalidade “imperialista” proviñham, quando da aurora do século XX, de profundos câmbios concomitantes na natureza

do capitalismo. Especificamente, Lênin ilumina cinco atributos essenciais ao caracterizar essa metamorfose. Primeiro, a concentração da produção e dos capitais, criando numerosos monopólios, que adquirem uma preponderância opressiva sobre a economia. Segundo, a fusão dos capitais bancário e industrial, instituindo uma oligarquia financeira. Terceiro, o incremento nas exportações de capital, que se deve diferenciar das exportações de bens. Quarto, a partição de todo o mundo entre as maiores potências capitalistas: o “imperialismo” materializa-se aqui. A concorrência territorial entre os mais poderosos Estados representaria fenômeno inerente ao capitalismo nessa idade histórica. Pois a centralização e a concentração do capital induziriam um falacioso entrelaçamento entre interesses privados e nacionais, ao passo que as disputas intercapitalistas agudizam-se, até precipitarem-se em conflitos interestatais.

Monopólios, oligarquia, a luta pela dominação e não pela liberdade, a exploração de um crescente número de nações pequenas ou frágeis por um punhado das mais ricas e poderosas – tudo isso deu à luz aquelas características distintivas do imperialismo, que nos compellem a defini-lo como capitalismo parasitário ou decadente. (LENIN, 1964, Capítulo X, p. 300 – traduzido do inglês)

Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin inauguram duradouras linhagens de pensamento

concernindo ao estudo do “imperialismo”. Nas décadas prospectivas, o estabelecimento de uma nova ordem após a II Guerra desencoraja o choque dos Estados europeus em conflitos por territórios ultramarinos. A disputa das potências por territórios na periferia progressivamente converte-se em exceção em vez de ocorrência cotidiana. Com o aumento das tensões da Guerra Fria, qualquer conflito dessa natureza determinaria consequências estratégicas para os EUA e a URSS. O mote de completa descolonização desponta assim como manobra evasiva, prevenindo uma discussão multilateral sobre fórmulas de partição, algo intolerável em um mundo à beira da guerra total envolvendo diretamente as duas superpotências. Assim, o emprego tradicional do conceito de “imperialismo”, notadamente em referência às investidas beligerantes por território, demandaria profunda redefinição.

Nos círculos de esquerda latino-americanos, as tradições *leninistae luxemburguista* moldariam o debate sobre esse tema na segunda metade do século XX. De um lado, a abordagem *leninista*, associando monopolização e “imperialismo”, inspiraria Theotônio dos Santos a definir as corporações multinacionais como “células” controlando os modernos monopólios. Seu estudo *Imperialismo y Dependencia*, publicado em 1978, situa o advento dessas corporações em uma linha do tempo da história do capitalismo, culminando com

sua onipresente influência como face do “imperialismo” contemporâneo.

[...] A célula dessa economia internacional é um novo tipo de empreendimento que recoloca em escala mundial as poderosas técnicas de apropriação, administração e controle privado dos resultados da concentração econômica e tecnológica, da monopolização, da centralização, da conglomeração, e da intervenção estatal. (SANTOS, 2011, p. 9 – tradução própria)

Alternativamente, o entendimento *luxemburguista* “imperialismo”, definindo-o como algo originado em um “problema de realização” próprio modo capitalista de produção, inspiraria a “dialética da dependência” de Ruy Mauro Marini. Rosa Luxemburgo não deriva a tendência ao subconsumo da observação histórica, senão de uma apresentação dedutiva do problema da reprodução expandida. Antes de mais nada, o “imperialismo” constituía uma solução abstrata para um problema teórico, e, enquanto derivação dedutiva, o conceito seria legitimamente aplicável alhures. Abaixo, discutiremos o conceito de “subimperialismo” de Marini como ramo de uma tradição *luxemburguista* de pensamento.

3. Marini e o conceito de “subimperialismo”

O *leitmotiv* da interpretação de Ruy Mauro Marini sobre a industrialização brasileira é a conformação de um obstáculo estrutural ao

desenvolvimento capitalista endógeno, designadamente, a incidência de uma dificuldade “de realização” sob condições particulares de uma formação industrial neocolonial. A expansão da demanda agregada requereria a solução exógena de exportar para áreas menos desenvolvidas: um *Deus ex machina* desempenharia um papel crucial no ciclo do capital. Nesse sentido, ao assumir que a “realização” envolve intrinsecamente um estágio alóctone, Marini indubitavelmente filia-se à linhagem *luxemburguista* de estudos sobre o “imperialismo”.

A pedra angular dessa interpretação da industrialização repousa no seguinte fato: o crescimento de uma economia especializada nas exportações de insumos primários acarreta, dada a conformação de uma divisão internacional do trabalho, gradativa diversificação do consumo interno. Por décadas, incontáveis itens manufaturados importados foram sendo adicionados ao padrão de consumo local, notadamente no caso dos habitantes de cidades. Assim, o ponto de partida da industrialização seria um considerável mercado pré-existente para bens manufaturados de consumo, que existiu no Brasil desde o clímax das exportações cafeeiras. A industrialização então significaria essencialmente um esforço de substituir manufaturas, originalmente importadas, por similares produzidos localmente. Simbolicamente, a terminologia

geralmente usada para referir-se a todo o processo seria “substituição de importações”. Mesmo assim, a partir de certo ponto, o mercado preexistente necessitaria expandir-se, com vistas a acomodar a infinita marcha da diversificação industrial.

Nada obstante, o nível de subsistência extremamente modesto dos trabalhadores rurais, dado o ainda recente sistema escravocrata, inibiria o funcionamento de mecanismos propulsores de um autêntico mercado de massas. O avanço dos salários urbanos, e então da massa salarial, seria por muito tempo limitado pela oferta superabundante de trabalho de baixo custo na hinterlândia das cidades. Uma sorte de armadilha configura-se. A remuneração do proletariado urbano é forçada para baixo pela infinita disponibilidade de trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, os salários do campo não poderiam subir sem que isso trouxesse prejuízos à competitividade das exportações de café ou cacau. Afinal, a monocultura tropical de exportação era, em toda parte, caracterizada pelo recurso intensivo ao trabalho como fator de produção. Simultaneamente, as inovações agrônômicas dos países avançados, idealizadas para ambientes mais frios, raramente atenderiam aos requisitos de um bioma tão distinto. Como tal, o horizonte de elevação da produtividade agrícola era pouco claro nos anos 1960, e ainda nos anos 1970.

A contradição decorrente é clara: salários baixos no campo eram fonte de competitividade para as exportações, e constituíam, ao mesmo tempo, uma limitação à consolidação de um mercado de massas para manufaturas ente os proletários urbanos. Dado esse dilema, o mercado para manufaturas dependia fortemente do consumo sumptuário das elites. *Per se*, sua tendência é de saturação. Como em Luxemburgo, as exportações representariam uma válvula de escape para aliviar a insuficiência de mercado no Brasil.

A industrialização latino-americana não cria, [...] como nas clássicas economias, sua própria demanda. Ela se desenvolve para preencher uma demanda pré-existente, e será estruturada de acordo com requisitos de mercado trazidos de países avançados. (MARINI, 1973, pp. 61- 62 – tradução própria)

Em outros termos, sendo incapaz de estender aos trabalhadores a criação de demanda para bens sumptuários, [...] a economia industrial dependente tinha que lidar com um imenso exército de reserva, e devia confinar apenas aos capitalistas e à classe média alta a realização de bens luxuosos. Isso requereria, a partir de certo ponto (que é claramente definido no meio dos anos 1960), a necessidade de expandir-se para fora, isto é, de expandir novamente o ciclo do capital – ainda que agora com uma base industrial –, de modo que parte da circulação é centrada no mercado internacional (*ibidem*, p. 75 – tradução própria)

Para um leitor arquetípico de Rosa Luxemburgo no Brasil dos anos 1970, contudo, a recente expansão exportadora da manufatura local jamais recairia na categoria de típica ofensiva “imperialista”. Os círculos de esquerda brasileiros estavam habituados à premissa de que seu próprio país era sujeito à intrusão estrangeira, e a centralidade das companhias multinacionais na industrialização brasileira era suficiente para a instintiva rejeição de qualquer caracterização desse país como “potência imperialista”. Conseqüentemente, a expansão regional das vendas brasileiras aos mercados limítrofes seria intuitivamente enxergada como mero paliativo periférico. No curto prazo, poderia efetivamente promover a restauração de níveis mínimos de demanda, sustentando o crescimento industrial. Mesmo assim, os estreitos mercados a ocupar nos países vizinhos eram igualmente caracterizados pela dominância do consumo sumptuário, evidenciando análoga propensão à saturação. As vendas externas não constituiriam, como tal, uma solução estável para recompor a demanda agregada, requisito à consolidação do Brasil como potência industrial. O rótulo “imperialista” soaria francamente desproporcional. É nesse sentido que se cunha como rótulo alternativo o “subimperialismo”.

Definitivamente podemos estabelecer uma correspondência entre o “subimperialismo” de Marini e o “imperialismo” de Luxemburgo.

Mas o autor brasileiro não oferece nenhuma revisão sistemática da teoria luxemburguista, nem propõe uma teoria específica da reprodução ampliada nas circunstâncias da industrialização em áreas neocoloniais. É uma séria fragilidade de seu esquema, dado que o argumento não ultrapassa um tratamento teórico superficial, ensaístico e abreviado. Assim, entendemos que a discussão sobre suas conclusões deve necessariamente envolver o teste empírico de seu diagnóstico e prognóstico, concernindo, respectivamente, à formação e à evolução da indústria brasileira.

4. O uso da categoria “(sub)imperialismo” na África do Sul

Ainda que Marini tenha começado sua carreira na recém-fundada Universidade de Brasília, em 1962, ele deixa o Brasil em 1965, após ter sido preso e torturado. Ele permanece no exílio por vinte anos. Durante a maior parte desse intervalo, beneficia-se de prolífico abrigo na Universidade Nacional Autônoma do México (a partir de 1974), enquanto o meio acadêmico brasileiro restava interdito ao tipo de debate levantado pela economia política *marxista*. Até recentemente, sua produção permanecia quase desconhecida no Brasil, e a maioria de seus trabalhos não havia sido traduzida ao português quando do seu falecimento, em 1997. A introdução de sua

teoria do “subimperialismo” no Brasil do século XXI provavelmente deriva da presença no país de intelectuais educados no México, alguns vindo a fixar-se em universidades brasileiras, ou a marcar presença nas muitas edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001-2003, 2005, 2010 e 2012). Talvez tenha sido esse o canal que permitiu o contato de intelectuais sul-africanos com a produção de Marini.

Qualquer que tenha sido a rota, o fato é que alguma garrafa com os escritos de Marini alcançou o Cabo da Boa Esperança após o milênio. O emprego dos conceitos de “imperialismo” e “subimperialismo” ao caso sul-africano é tópico de numerosos estudos recentes: por exemplo, Lesufi (2004), Bond (2004a, 2004b, 2006, 2009) e Martin (2008). Entretanto, nenhum desses trabalhos menciona Ruy Mauro Marini, que é pioneiramente citado pelo artigo de 2009 intitulado “África do Sul (Sub)Imperial? Reenquadrando o debate”, de Melanie Samson, da Universidade de Witwatersrand.

A significância da contribuição de Marini reside então em seu foco na ação dinâmica recíproca entre a influência da política externa americana, o papel das multinacionais dentro da formação social brasileira, a luta de classes no Brasil, a dinâmica da acumulação capitalista, e um Estado preso a relações sociais capitalistas que retêm certa autonomia. Desenhar sobre a abordagem analítica de Marini pode,

assim, ajudar a superar a solidão que imprecisa a literatura corrente sobre o imperialismo versus subimperialismo sul-africano. (SAMSON, 2009, tradução própria)

O destaque do arcabouço de Marini por Samson teve instantâneo impacto em outros pesquisadores na África do Sul. Por exemplo, Patrick Bond, da Universidade de Kwa-Zulu-Natal, principal referência naquilo que envolve a caracterização da África do Sul contemporânea como “imperialista”, “subimperialista” ou “vítima do imperialismo”, logo reconhece sua omissão e prontamente alude ao esquema de Marini. Ele explicitamente cita o trabalho de Samson, destacando sua antecedência, e abraça o conceito de “subimperialismo” como alicerce analítico.

Mais, propõe interpretar a posição da África do Sul contemporânea na ordem mundial, baseando-se naquilo que ele assume ser a visão de Marini sobre o imperialismo na América Latina: “Em 1965, Ruy Mauro Marini definiu o caso brasileiro de subimperialismo de uma maneira que se ajusta à África do Sul contemporânea [...]” (BOND, 2013, tradução própria). Ele então avalia a função internacional da aliança dos BRICS, especialmente no que diz respeito à África do Sul e à África Meridional, em relação ao “imperialismo” americano. Sua conclusão é que a atividade dos BRICS poderia ser rotulada de “subimperialista”, ou seja, funcional ao “imperialismo” estadunidense.

Independentemente do quão frutífera se prove a apropriação sul-africana do conceito de “subimperialismo”, devemos ressaltar que a difusão internacional desse autor é limitada por uma barreira linguística. O cerne de sua produção não está disponível em inglês. No fecundo artigo da professora sul-africana, apenas duas referências de Marini são citadas, respectivamente, os artigos da *Monthly Review* de 1965 e 1972. São precisamente os dois únicos artigos do autor publicados em inglês, peças secundárias de sua construção. O aspecto crucial de sua contribuição aqui iluminado, qual seja, o dilema “de realização” no capitalismo dependente, não é apreensível apenas pela leitura desses dois textos.

Por visualizar o quão parcial seria uma avaliação do esquema de Marini apenas a partir dessas duas referências, reiteramos a principal tese defendida até aqui nesse texto: a referida caracterização do “subimperialismo” necessariamente envolve uma dificuldade “de realização”. Sua clivagem entre “imperialismo” e “subimperialismo” depende fundamentalmente da relativa autonomia em lidar com a armadilha da “realização” mediante uma ofensiva externa. Tendo isso em vista, entendemos haver uma má compreensão de Marini nos trabalhos de nossos pares sul-africanos. Nomeadamente, parece que a teoria do “subimperialismo” tornou-se mais leninista na

África do Sul do que a rigidez *luxemburguista* de Marini toleraria.

5. O teste empírico da hipótese de “(sub) imperialismo”: Brasile África do Sul

Nessa seção, desejamos avaliar duas premissas específicas, indissociáveis da construção de Marini. Primeiro, questionaremos a esperada preponderância de países menores e não-industrializados como destino das exportações de veículos montados no Brasil e na África do Sul. A destinação regional das exportações automotivas desses dois países efetivamente indica a preponderância desse tipo de mercado? Segundo, pretendemos discutir a própria existência de um dilema “de realização” na formação de ambas as indústrias automotivas. Há alguma evidência de que a

determinação de longo prazo da demanda de veículos dependia substancialmente de vendas externas? Começaremos tratando do Brasil, e, depois, recolocaremos o problema para a África do Sul.

A propósito do caso brasileiro, os primeiros números que iluminaremos concernem à distribuição regional das exportações automotivas. Abaixo, as duas colunas da esquerda da TABELA 1 referem-se às vendas acumuladas de veículos por país de destino, considerando o intervalo entre 1977-1985. Surpreendentemente, o destino líder é a Itália, terra natal da FIAT, uma das três companhias então investindo na montagem de veículos no Brasil. Simbólica, essa liderança italiana dificilmente pode ser harmonizada com a perspectiva *luxemburguista* do “imperialismo”, pois os capitais italianos nunca poderiam mobilizar

Tabela 1 - Brasil: Exportação de veículos por país de destino, 1977-1985 e 1986, em % do total exportado

	1977-1985		Ano de 1986
Itália	18	EUA	18
Nigéria	11,5	Itália	11,5
Venezuela	11,3	Iraque	11,3
Iraque	7,5	Venezuela	7,5
Chile	7,4	Reino Unido	7,4
Argentina	6	Argentina	6
Uruguai	4,4	Chile	4,4
Argélia	4,1	Uruguai	4,1
Outros	29,8	Outros	29,8

Fonte: ANFAVEA

o Brasil como plataforma rumo à própria Itália. Afinal, as firmas italianas deveriam viver em seu próprio terreno o desafio “de realização”, buscando como tal canalizar a produção excedente ao exterior.

Mesmo assim, há certa congruência entre esses dados e a visão de Marini. Uma parcela significativa (42,6%) compreende vendas a países não-industriais exportadores de *commodities*: Nigéria, Venezuela, Iraque, Chile, Uruguai e Argélia. Mas a metade dessa fração corresponde a vendas à África e ao Oriente Médio, e apenas a metade a vizinhos do Brasil. É um dado relativamente perturbador, pois, segundo um critério intuitivo de racionalidade geográfica, a partição do globo deveria atribuir essas áreas alijadas ao domínio exportador de outro “imperialismo”, ou mesmo “subimperialismo” (Turquia ou África do Sul, quiçá). Ao Brasil, como indica Marini, deveria caber os mercados de seus vizinhos não-industrializados.

Prosseguindo, toparemos com obstáculos mais cabais à validação da tese do escape “subimperialista”. Como mostram as duas colunas da direita da TABELA 1, que trazem dados apenas de 1986 – o ano subsequente ao intervalo anteriormente aludido –, 60% das vendas seguem para três dos mais industrializados países: EUA, Grã-Bretanha e Itália. Ao mesmo tempo, vendas aos vizinhos não

industriais (Venezuela, Chile e Uruguai) somam não mais que 10,6%. Como um todo, a TABELA 1 revela uma realidade que em grande parte dista daquilo que se prevê a partir de Marini.

Se repetimos a análise para cada ano que compõe as três décadas posteriores, um claro padrão emerge. Primeiro, os valores exportados para cada país são altamente instáveis. Abruptas variações ocorrem entre um ano aleatoriamente escolhido e seu subsequente. Segundo, e além desse detalhe, parece haver uma forte relação comercial entre as montadoras localizadas no Brasil e o país de suas matrizes. Assim, países como a Itália (FIAT), Alemanha (Volkswagen) e os EUA (GM e Ford) figuram inequivocamente entre os principais destinos das exportações brasileiras de veículos. Portanto, os países industrializados seriam o principal mercado para as vendas automotivas brasileiras, ao menos até os 1990. Esse é o ano que marca o advento do “Acordo de Complementação No 14”, firmado entre Brasil e Argentina. Ele significa a rápida integração da cadeia de produção automotiva dos dois países. A Argentina doravante figura como um destino excepcional para os veículos produzidos no Brasil. Essa condição somente seria ameaçada a partir de 2002, quando instrumento análogo, o “Acordo de Complementação No 53”, é firmado junto ao México.

Sintetizando, como mostra a TABELA 2, durante as três primeiras décadas da produção automotiva brasileira, sobressai como destino de exportações o conjunto de países emissores de IDE ao Brasil. Depois, sua importância é ofuscada pela progressiva integração da cadeia produtiva de veículos no Brasil, Argentina e México, precisamente os três países que Marini projeta como potenciais “subimperialistas”. À luz dos dados abaixo, o prognóstico de Marini sobre a destinação regional das vendas brasileiras parece equivocado.

A segunda hipótese que queremos discutir envolve o papel dinâmico das vendas externas *per se*, qualquer que seja o destino, para a formação da demanda do setor automotivo brasileiro. Haverá indícios empíricos de “problema de realização”? A perspectiva do “escape subimperialista” postula que existia uma crônica saturação da demanda por artigos manufaturados duráveis no Brasil, e que essa situação era transitoriamente relaxada

pelo envio de excedentes não vendáveis ao exterior. Se ela procede, o ensejo exportador à produção deverá transparecer da comparação entre, de um lado, o histórico de crescimento da produção, e, de outro, a evolução do comércio externo automotivo. É esperado que momentos de expansão das exportações constituam momentos de particular crescimento na produção. Ou ainda, tendo em vista que o crescimento das exportações pode vir acompanhado de um crescimento ainda maior das importações, dando origem a um déficit comercial setorial, é esperado que os momentos de superávit no comércio internacional de veículos correspondam aos períodos de maior crescimento da indústria automotiva.

De antemão, não vale à pena realizar tais cortejos para os dados relativos aos anos 1970, período de forte crescimento³ na produção automotiva brasileira. Naquela década, a importação de veículos era virtualmente nula no Brasil. Com a abertura de linhas de

Tabela 2 - Brasil: valor das exportações por país de destino (%)

	Alemanha	Argentina	EUA	Itália	México	Outros	Total
1990	3,6	3,9	23,8	20,3	5,0	43,0	100
1995	3,9	28,1	14,1	5,9	1,2	46,4	100
2000	1,7	27,3	16,5	8,5	17,7	27,9	100
2005	10,9	39,7	4,8	1,5	29,7	13,2	100

Fonte: ANFAVEA

³ A produção de 1980 era 271% maior que a de 1970.

exportação de automóveis, houve saldos comerciais setoriais. Mas o volume exportado foi absolutamente inexpressivo por toda a década: as exportações acumuladas nesse decênio correspondem a meros 1,9% da produção de veículos acumulada nesse intervalo. A partir da década seguinte, os anos 1980, em que a proibição da importação de veículos ainda persiste, esse mesmo indicador marca 13,92%. A partir daí o exercício vale a pena.

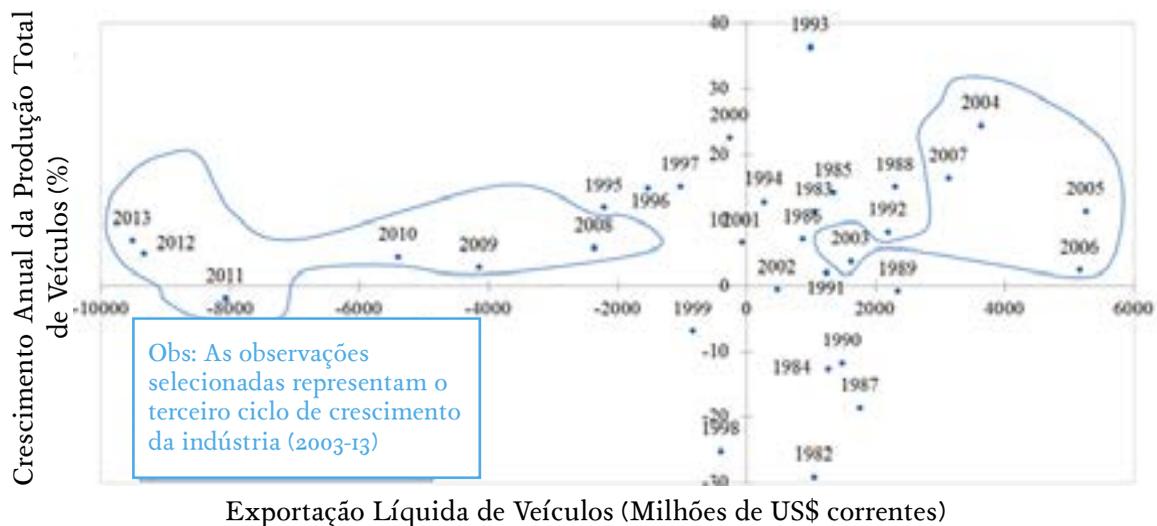
Tendo em vista os dados do GRÁFICO 1, transparece que a produção de veículos cresceu seja sob déficit, seja sob superávit no comércio de automóveis. A combinação mais comum é aquela que se esperaria a partir da perspectiva da “saída subimperial”. Ou seja, a combinação de crescimento da produção sob superávit no comércio: 13 observações. Mas temos 10 anos em que o déficit de comércio convive com crescimento da produção. E, além disso, registra-se nada menos que 6 anos em que ocorre superávit no comércio de veículos, sem que isso tenha levado ao crescimento da produção. A conclusão que se extrai é que, no Brasil, a produção automotiva pode, sim, crescer a despeito do mal resultado do comércio internacional, e é possível que a produção caia mesmo sob auspiciosos resultados do comércio externo.

Completemos a análise com o GRÁFICO 2. A perspectiva do “escape subimperial” é de que

uma indústria apossada por fracas vendas, por acúmulos frequentes de estoques, é revigorada por uma ofensiva aos mercados dos países limítrofes. O crescimento das exportações deveria ser o grande ensejo da constituição de capital físico nessa indústria, pelo menos a partir do ponto de saturação do mercado interno. De fato, temos 17 anos em que o comércio se expande tal qual a produção de veículos. Mas há 5 anos em que a produção encolhe a despeito da expansão do comércio externo. Paralelamente, há 6 anos em que a produção cresce sob um comércio externo declinante.

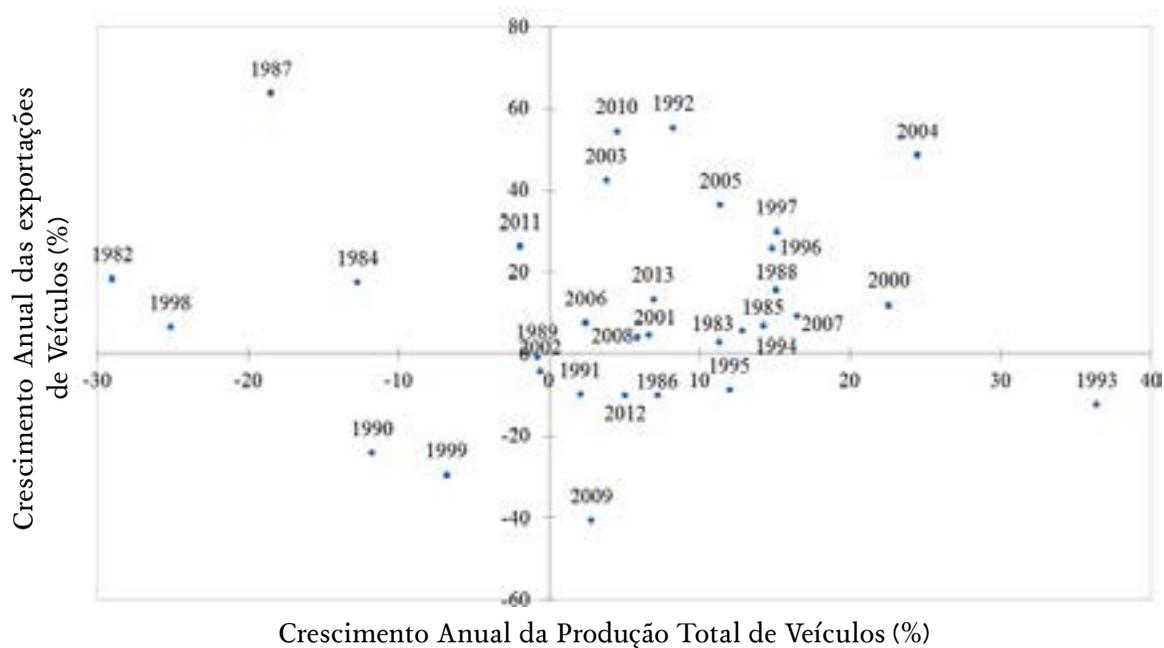
Confirma-se o que sugerira o GRÁFICO 1: fatores da dinâmica econômica interna podem inequivocamente sobrepujar o comportamento das vendas externas na determinação do nível da produção brasileira de veículos. Especificamente, são três os períodos de forte crescimento da produção, quais sejam, 1970-1980, 1994-1997 e 2003-2013. O primeiro deles é caracterizado por inexpressivo comércio externo, e, assim, é impossível que as exportações tenham guiado o desenvolvimento dessa indústria nesse decênio. O segundo salto de crescimento dá-se a despeito da contribuição negativa do comércio externo. O desenvolvimento da indústria foi propellido pelo mercado interno, devido à recomposição do crédito para compra de automóveis, após o Plano Real e o fim da era de superinflação. O terceiro salto pode ser dividido em duas fases,

Gráfico 1 - Brasil: Relação entre o Aumento da Produção e a Exportação Líquida de Veículos



Fonte: Elaborado a partir de dados da ANFAVEA

Gráfico 2 - Brasil: Relação entre o Crescimento da Produção e das Exportações de Veículos



Fonte: Elaborado a partir de dados da ANFAVEA

conforme ilustram as duas áreas selecionadas no GRÁFICO I. Até meados de 2007 as vendas externas dão uma notável contribuição para a expansão da produção. Depois desse momento, a produção continua a crescer sob vendas externas declinantes, culminando com um comércio líquido extremamente deficitário após 2009. Portanto, exceto pelo breve intervalo 2003-2007, é impossível sustentar a tese de que a produção nesse setor cresça em função de uma demanda puxada pelo setor externo. Para o conjunto da história da indústria automotiva brasileira, refuta-se a hipótese de “problema de realização”.

Finalizando, devemos examinar a mesmas hipóteses para a indústria automotiva da África do Sul. Primeiramente, verifiquemos o perfil da destinação das exportações sul-africanas de veículos. Buscamos avaliar o peso dos clientes africanos, e, em particular, dos vizinhos da África Meridional. A TABELA 3 demonstra que a importância dos países africanos como clientes dos veículos montados na África do Sul é muito baixa. Tipicamente, 80% das exportações de veículos segue à União Europeia e América do Norte. No intervalo 2000-2005, os clientes pertencentes à *South African Development Community* (SADC) jamais representam sequer 7%, uma fração certamente menor do que aquela ostentada pelos vizinhos latino-americanos no comércio automotivo do Brasil. Os maiores

clientes africanos individuais são o Zimbábue e a Zâmbia, cuja participação nas exportações sul-africanas de veículos não atinge sequer 2% do total. Paralelamente, a participação da Espanha nunca é menor que 33%. São dados que desabonam a perspectiva de uma recomposição “subimperial” de apáticas vendas internas de manufaturas duráveis.

O item final do teste que estamos apresentando é a aferição do papel dinâmico das vendas externas, não importando qual o destino, para a formação da demanda do setor automotivo sul-africano. Teremos, nesse caso, indicações de “problema de realização”?

O primeiro dado a considerar é o caráter virtualmente fechado da indústria automotiva sul-africana até meados dos anos 1990. Até aí, temos que não faz sentido cogitar qualquer papel do comércio externo para o desenvolvimento dessa indústria. O divisor de águas, a partir do qual esse caráter autárquico perde força, é a implantação do programa de liberalização denominado *Motor Industry Development Program* (MIDP), em 1995. A partir desse ano, e, especialmente, a partir dos anos 2000, dispara a razão entre o número de unidades exportadas e a demanda local por veículos (compreendendo aí veículos nacionais e importados, em unidades). Essa razão chega a marcar 53,6% em 2008.

Espelhando o que fizemos para o caso brasileiro, realizaremos dois cotejos para os dados sul-africanos: (1) contraporemos o resultado das exportações líquidas ao crescimento da produção automotiva e, (2) compararemos o crescimento das exportações ao crescimento da produção de veículos. No caso sul-africano, predominam os déficits no comércio exterior de veículos. O GRÁFICO 3 confronta dados

das exportações líquidas de veículos com o crescimento da produção, trazendo 25 observações entre 1992 e 2015. São 140 observações marcando déficits comerciais, 10 superavitárias, e um ano de comércio equilibrado. Desse 14 anos de déficit no comércio de veículos, 9 são anos de crescimento da indústria automotiva, e 5 são anos de declínio. Dos 10 anos de saldo positivo, 7 são anos de crescimento

Tabela 3 - Destinação regional das exportações de veículos sul-africanos - Em % do valor total das vendas calculadas em milhões de Rands

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Espanha	41,0	37,4	37,5	34,5	35,9	33,3
Alemanha	3,4	1,8	3,4	6,8	8,3	9,7
Reino Unido	9,5	10,7	9,5	7,9	9,0	9,6
EUA	9,5	12,1	10,5	8,4	7,2	9,5
França	4,4	7,5	7,6	8,8	7,9	6,6
Bélgica	6,7	5,5	5,1	4,4	3,1	3,1
Austrália	1,2	0,8	1,4	2,3	2,1	2,8
Países Baixos	1,3	1,3	2,1	2,8	2,8	1,9
Zimbábue	1,9	1,3	1,7	1,6	1,2	1,1
Japão	0,9	1,7	3,2	2,6	2,3	1,2
China	0,0	0,9	0,3	2,1	1,7	1,0
Zâmbia	1,0	1,5	1,2	1,1	1,1	1,0
Outros	19,2	17,5	16,5	16,7	17,4	19,2
União Europeia	69,8	70,5	70,9	69,9	71,3	68,7
América do Norte	10,1	12,5	11,1	8,9	8,4	11,1
Africa (incluindo SADC)	6,8	7,1	8,0	7,9	7,3	6,6
South African Development Community (SADC)	5,6	5,8	6,2	5,8	5,5	4,6
Mercosul	0,4	0,5	0,4	0,7	0,6	0,8

Fonte: NAAMSA (2006)

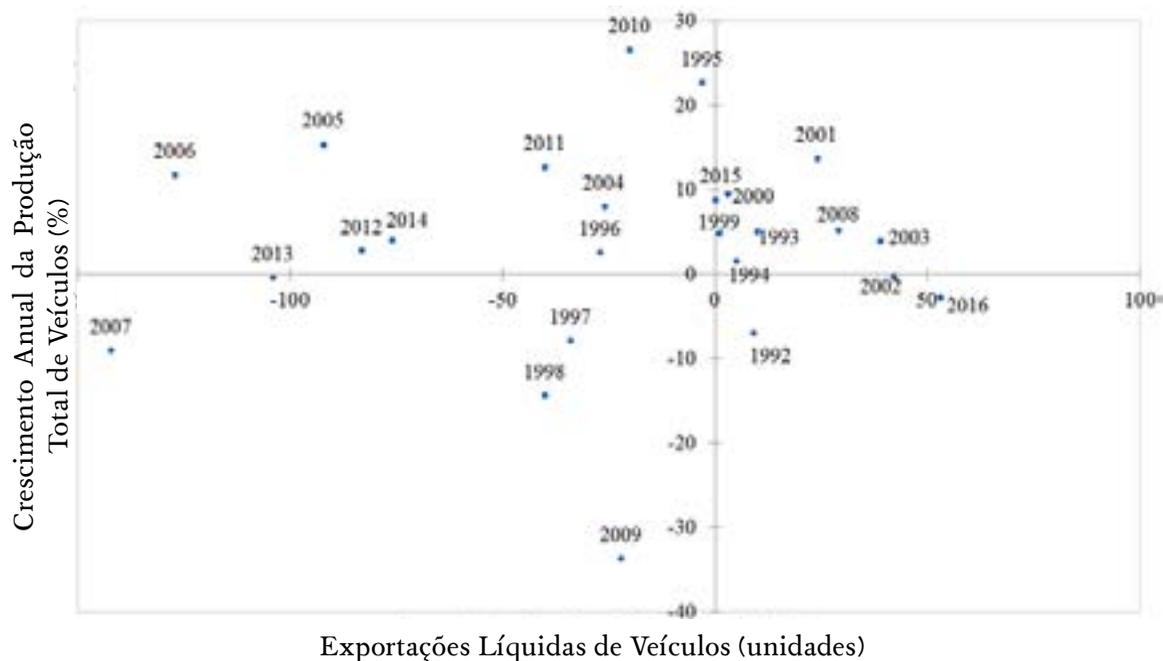
da indústria. Ou seja, como no caso brasileiro, a produção automotiva sul-africana cresce seja sob maus, seja sob bons resultados no comércio internacional de veículos. Mesmo assim, há um predomínio de anos de crescimento sob déficit comercial, o que confronta a perspectiva do “escape subimperial”. A África do Sul não parece estar compensando baixa demanda local de veículos por vendas ao exterior.

Completemos o exercício com o GRÁFICO 4, que confronta crescimento das exportações e da indústria. Novamente, são 25 observações, das quais 14 combinam expansão das

exportações e da produção, e 3 observações marcam declínio das exportações e produção. Ou seja: 17 observações em 25 relacionam o compasso do comércio externo à expansão da indústria. Ao contrário do que ocorre no Brasil, a dinâmica da formação da indústria automotiva sul-africana tem enfatizado uma expansão exportadora continuada.

Mesmo assim, como já ressaltado, os resultados do GRÁFICO 3 apontam para um predomínio de déficits no comércio de veículos sul-africano, frequentemente acompanhados de crescimento da produção. Por isso, não parece ser possível sustentar a hipótese de

Gráfico 3 - África do Sul: Relação entre Aumento da Produção e Exportações Líquidas de Veículos



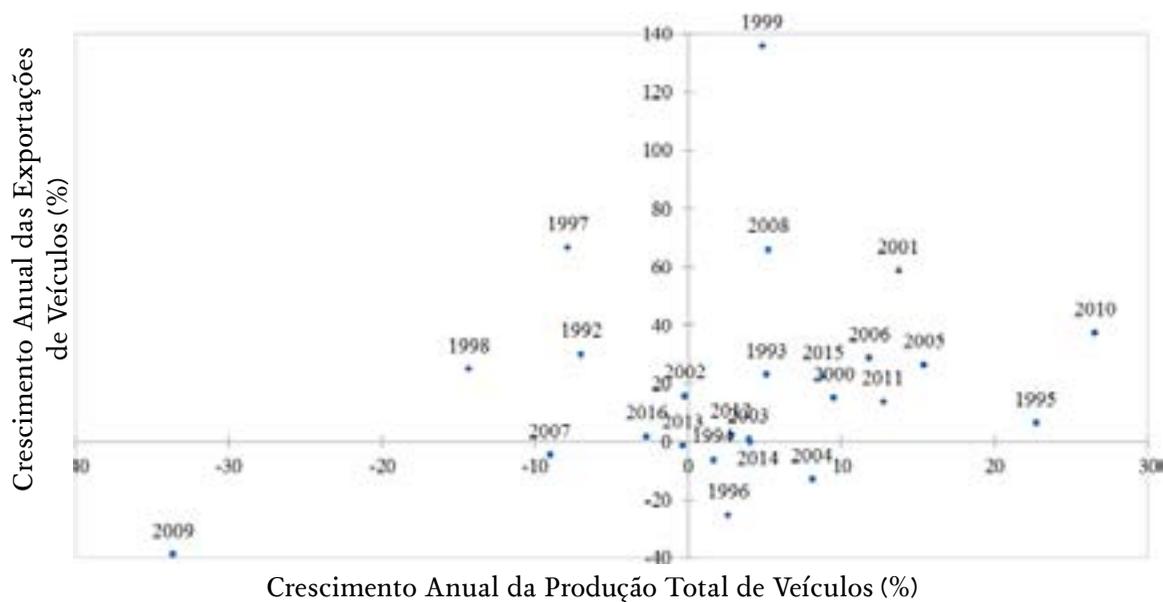
Fonte: Elaborado a partir de dados da NAAMSA

“dificuldade de realização” para a África do Sul. Parece que a exportação de veículos “globais” é o requisito da instalação de montadoras multinacionais no país, que assim exporta uma grande quantidade, mas tipicamente importa ainda mais. Ou seja, a demanda por veículos localmente produzidos é afetada mais negativamente que positivamente pela abertura comercial setorial desde 1995. E, mesmo assim, a produção cresce vigorosamente. Desse modo, temos que a hipótese de “dificuldade de realização” igualmente não encontrará lastro nas estatísticas sul-africanas.

6. Conclusão

Os exercícios aqui propostos indicam que a perspectiva de Ruy Mauro Marini sobre a formação industrial brasileira colide com a realidade. Tratamos aqui apenas da indústria automotiva, e não de toda a indústria. Mas entendemos que, tal qual uma teoria da arquitetura egípcia precisa explicar a construção das pirâmides, uma teoria da indústria tardia no século XX precisa explicar a montagem de veículos. Dos dados iluminados, temos que a indústria automotiva brasileira cresceu frequentemente sob mau desempenho do comércio externo de veículos.

Gráfico 4 - África do Sul: Relação entre o Crescimento da Produção e das Exportações de Veículos



Fonte: Elaborado a partir de dados da NAAMSA

Paralelamente, seus clientes mais usuais no exterior não são países latino-americanos pequenos e não-industrializados.

Como vimos, a perspectiva de Marini sobre o “subimperialismo” recentemente chegou à África do Sul. Aparentemente, o emprego das ideias do autor brasileiro deu-se por autores que não tiveram contato com seu *capo lavoro*. Nisso, a acepção de “subimperialismo” segundo Marini foi ali descontextualizada, desconsiderando sua relação intrínseca com o dilema “de realização”. No futuro, com a difusão de sua “Dialética da Dependência” pela África, caso o “subimperialismo sul-africano” venha a ser efetivamente emoldurado pela teoria de Marini em sua integralidade, terá que lidar com os dados aqui apresentados, da indústria automotiva desse país. Pois, na África do Sul, a demanda pelos veículos locais tem sido comprimida pelo comércio externo, ao passo que os principais destinos de sua exportação automotiva não são seus vizinhos africanos. São dados que se chocariam com a perspectiva do autor brasileiro.

Referencias bibliográficas

- AIEC. *South Africa Automotive Export Manual - 2011*. Arcadia: Automotive Industry Export Council, 2011.
- _____. *South Africa Automotive Export Manual - 2015*. Arcadia: Automotive Industry Export Council, 2015.
- BLACK, A. “The Impact of Trade Liberalisation on the South African Automotive Industry”, *Paper presented to the TIPS Policy Forum*, 1998.
- BOND, P. “Bankrupt Africa: imperialism. Sub-imperialism and the politics of finance”, *Historical Materialism*, ano 12, n.4, pp. 145-172, 2004a.
- _____. “The ANC’s ‘Left Turn’ & South African sub-imperialism”, *Review of African Political Economy*, ano 31, n. 102, pp.599-616, 2004b.
- _____. “Militarism and looming subimperialism in Africa – Washington. London. Pretoria” In: BOND, P. *Looting Africa: The economics of exploitation*. London: Zed Books, 2006.
- _____. “US empire and South African subimperialism”, *Socialist Register*, 41, pp. 218-238, 2009.
- _____. “Sub-imperialism as Lubricant of Neoliberalism: South African ‘deputy sheriff’ duty within BRICS”, *Third World Quarterly*, ano 34, n. 2, pp. 251-270, 2013.
- _____. “BRICS banking and the debate over sub-imperialism”, *Third World Quarterly*, ano 37, n. 4, pp. 611-629, 2016.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era dos Impérios: 1975-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. New York: James Pott & Co, 1902.
- LENIN, V. I. *Imperialism. Highest Stage of Capitalism*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Volume 22, December 1915 – July 1916. Moscow: Progress Publishers, 1964.
- LESUFI, Ishmael. “South Africa and the Rest of the Continent: Towards a Critique of the Political Economy of NEPAD”, *Current Sociology*, ano 52, n. 5, pp. 809-829, 2004.
- LUXEMBURG, R. *The Accumulation of Capital*. London: Routledge and Kegan Paul, 1951.
- MARINI, R. M. “Brazil ‘interdependence’ and Imperialist integration”, *Monthly Review*, ano 17, n. 7, pp. 10-29, 1965.
- _____. *Dialéctica de la Dependencia*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.
- _____. “Brazilian Subimperialism”. *Monthly Review*, ano 23, n.9, pp.14-24, 1972.

_____. *Dialéctica de la Dependencia*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1974.

_____. "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo", *Cuadernos Políticos*, ano 12, pp. 20-39, 1977.

MARTIN, W. G. "South Africa's Subimperial Futures: Washington Consensus, Bandung Consensus or Peoples' Consensus?", *African Sociological Review*, ano 12, n.1, pp. 124-134, 2008.

NAAMSA. *Annual Report - 2006*. Pretoria: National Association of Automobile Manufacturers of South Africa, 2006.

_____. *Quarterly Review of Business Conditions*. Pretoria: National Association of Automobile Manufacturers of South Africa, 1o Trimestre, 2017.

PROUDMAN, M. F. "Words for Scholars: The Semantics of "Imperialism"", *Journal of the Historical Society*, ano 8, n. 3, pp. 395-433, 2015.

SAMSON, M. "(Sub)imperial South Africa? Reframing the Debate", *Review of African Political Economy*, ano 36, n. 119, pp. 93-103, 2009.

SANTOS, T. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Ayacucho, 2011.

JAIME OSORIO

RENOVAR LA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA SIN TEORÍA DEL CAPITALISMO DEPENDIENTE: NOTAS CRÍTICAS A LA PROPUESTA DE CLAUDIO KATZ

Recebido em 10/2018

Aprovado em 01/2019

RENOVAR LA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA SIN TEORÍA DEL CAPITALISMO DEPENDIENTE: NOTAS CRÍTICAS A LA PROPUESTA DE CLAUDIO KATZ

Resumen

El artículo pone de manifiesto las limitaciones de la propuesta de Claudio Katz de renovar la teoría de la dependencia, abandonando las categorías superexplotación e intercambio desigual, la primera por considerarla inconsistente con la teoría del valor de Marx, y la segunda para ser reemplazada por transferencias de valor. Se destaca los errores en su comprensión de estas categorías y su rechazo a hablar de capitalismo dependiente, adscribiéndose a la idea que con los conceptos presentes en *El capital* de Marx es suficiente, desconociendo el problema de los niveles de análisis.

Palabras claves: superexplotación; intercambio desigual; capitalismo dependiente.

Abstract

The purpose of this article is to reveal the limitations of Claudio Katz's proposal to renovate the dependency theory by dropping the categories of superexploitation and unequal interchange; the first of them for considering it inconsistent with Marx's theory of value, and the second, estimating it should be replaced for value transferences. The text outlines Mr. Katz's misunderstanding of these categories, and his refusal to deal with dependent capitalism, adhering to the idea that the concepts present in Marx's *Capital* are sufficient, and ignoring the issue of levels of analysis.

Keywords: superexploitation; unequal interchange; dependent capitalism.

JAIME OSORIO

Departamento de Relaciones Sociales, UAM-Xochimilco.

1. Introducción

Nadie debiera oponerse *a priori* a una renovación del marxismo y en particular de la teoría marxista de la dependencia (TMD). Una postura en tal sentido es propia del dogmatismo y de las creencias religiosas. Pero convocar a la idea de renovación de una teoría para destruir sus cimientos y sus ejes es una actitud a lo menos imprudente, y con mayor razón si quien lleva a cabo esta tarea da a entender que se encuentra en el seno de dicha propuesta teórica.

En estas breves notas me propongo poner de manifiesto que más allá del interés que presentan muchos aspectos de los escritos de Claudio Katz en los últimos dos años (2016-2018) sobre diversos aspectos e interpretaciones de la TMD, predomina en ellos, sin embargo, un afán de deslindar su propuesta de renovación, de categorías y perspectivas centrales de la TMD, en particular referidas a la categoría de superexplotación, desdénando la de capitalismo dependiente y devaluando la de intercambio desigual, para establecer una singular adscripción a la propuesta de Juan Ignacio Carrera sobre la renta para explicar el subdesarrollo de la región.

En lo que sigue me detendré en algunos puntos que considero conflictivos y equivocados, para proponer una explicación del sentido y el espacio teórico en que se ubicaría la reformulación planteada.

2. Razones de un supuesto y sus límites en la concreción del capitalismo

El punto inicial de los desacuerdos arranca de su idea de conformar una teoría marxista de la “dependencia sin superexplotación” (2017, p. 6), esto es, de una teoría en donde no se incorpore la violación del valor de la fuerza de trabajo o el pago de salario por debajo de dicho valor. En un escrito reciente (OSORIO, 2018) he formulado una respuesta amplia sobre esta propuesta. Por ello aquí me limitaré a destacar sólo algunos aspectos.

Los argumentos de Katz para fundamentar su planteamiento anterior son diversos. Entre ellos destaco:

Que Marx “no dejó ninguna duda sobre la remuneración de la fuerza de trabajo por su valor” (2017, p. 7). Que si la “violación (del valor de la fuerza de trabajo) es vista como una norma: ¿qué sentido tiene la teoría del valor como fundamento ordenador de la lógica del capitalismo? Una transgresión – prosigue Katz – debería ser observada a lo sumo como una excepción. No es sensato suponer que el edificio teórico del *El Capital* opera en los hechos al revés”. (ídem, p. 8).

Lo primero es indicar que para el “análisis general del capital”, Marx efectivamente señala que “aquí partimos del supuesto de que las mercancías, incluyendo entre ellas la fuerza de trabajo,

se compran y venden siempre por todo su valor” (MARX, 1973a, p. 251).

Este “supuesto” es clave para rebatir a las diversas escuelas que referían a la tierra, el comercio o la industria, como las fuentes generadoras de la riqueza en el capitalismo. Marx necesita poner de manifiesto que el plusvalor en esta organización societal proviene sólo de la diferencia entre el valor producido en una jornada laboral por la fuerza de trabajo y el valor de dicha fuerza de trabajo. *Allí reposa la base de la explotación en el capitalismo y el piso desde el cual se libra la lucha de clases en este modo de producción.*

Establecido lo anterior en los primeros capítulos del libro primero de *El Capital*, el “supuesto” comienza a manifestar matices, porque en tanto la reflexión va alcanzando mayores concreciones, se va haciendo patente que el hambre de trabajo excedente que anima al capital conduce a éste a violentarlo.

Así ocurre cuando situado en el análisis de la plusvalía relativa Marx indica que el capital puede prolongar el tiempo de trabajo excedente reduciendo el pago que corresponde al tiempo de trabajo necesario, lo que implicaría “hacer descender el salario del obrero por debajo del valor de la fuerza de trabajo” (*ídem ibídem*). Y agrega líneas más adelante:

Por el momento, este método (hacer descender el salario del obrero por debajo del valor de la fuerza de trabajo, que desempeña un papel

muy importante en el movimiento real de los salarios, queda excluido de nuestras consideraciones, por una razón: porque aquí partimos del supuesto de que las mercancías, incluyendo entre ellas la fuerza de trabajo, se compran y venden siempre por todo su valor. (ídem ibídem; subrayados JO)

En el “movimiento real de los salarios”, señala Marx, el pago de salarios por debajo del valor de la fuerza de trabajo es “muy importante”. Pero acatando el supuesto, “por el momento” no se considerará. En pocas palabras, todo el sentido del párrafo es para hacer notar que en condiciones más concretas, el supuesto no se puede sostener.

Idea que reitera más adelante: “Al estudiar la producción de plusvalía, partimos siempre del supuesto de que el salario representa, por lo menos, el valor de la fuerza de trabajo. Sin embargo, *en la práctica la reducción forzada del salario por debajo de este valor tiene una importancia demasiado grande para que no nos detengamos un momento a examinarla*”, para concluir que “gracias a esto, *el fondo necesario de consumo del obrero se convierte de hecho, dentro de ciertos límites, en un fondo de acumulación de capital*”. (*ídem*, p. 505; subrayados JO).

En el contexto de formulaciones como las anteriores: ¿se podría señalar que es el propio Marx el que está destruyendo su “edificio teórico”, siguiendo la imagen de Katz? Evidentemente que no. Más bien se debe indicar que hay lecturas

que no han entendido el sentido del “supuesto” inicialmente formulado, y los límites a los cuales se enfrenta.

Y estos lectores, en vez de asumir como problema señalamientos como los que se han destacado, los rehúyen, guardan silencio, y se refugian insistiendo que existe un “supuesto”, y que sólo éste es “palabra de Marx”. Sólo cabe preguntarse; ¿y qué hacemos con las varias afirmaciones, en el mismo libro, que relativizan las certezas que interpretan que les ofrece el supuesto? En esa lógica se debe señalar que no es una excepción el que Marx indique el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor entre los mecanismos fundamentales para contrarrestar la caída de la tasa de ganancia.

La supuesta excepción se reitera una y otra vez. Al analizar los límites de la jornada laboral, en palabras de un obrero dirigidas a un capitalista, Marx señala: “Alargando desmedidamente la jornada de trabajo, puedes arrancarme en un solo día una cantidad de energía superior a la que yo alcanzo a reponer en tres. Por este camino, lo que tú ganas en trabajo lo pierdo yo en sustancia energética. Una cosa es usar mi fuerza de trabajo, y otra muy distinta es *desfalcarla*” (ídem, pp. 179-180).

Y sólo “hasta cierto punto cabe compensar el desgaste mayor de fuerza de trabajo que necesariamente supone toda prolongación de la jornada aumentando al mismo tiempo la remuneración”,

porque “rebasado ese punto, el desgaste crece en progresión geométrica, destruyendo al mismo tiempo todas las condiciones normales de reproducción y funcionamiento de la fuerza de trabajo” (ídem, p. 441). Con la intensificación del trabajo sucede lo mismo.

En definitiva, el supuesto señalado por Marx tiene sentido en la explicación cómo es posible la explotación en el modo de producción capitalista. Y allí, aun respetando el valor de la fuerza de trabajo, se genera plusvalor. Explicado este punto, el supuesto gana en matices, que el propio Marx se encarga de señalar, porque el capitalismo histórico, el que realmente se va desplegando¹, reclama superexplotar, con apropiaciones de parte del *valor diario* de la fuerza de trabajo, sea directamente en el pago de salarios por debajo de dicho valor (transfiriendo parte del fondo de consumo para convertirlo en fondo de acumulación), sea de parte del *valor total*, por prolongaciones de la jornada o de la intensidad laboral (apropiación del fondo de vida y de años futuros de trabajo).

¹ Una es la dimensión de la historia en la exposición y contenido de *El Capital* y otra es la que emerge en el despliegue histórico del capitalismo, en donde algunas de sus expresiones se hacen presente en el mismo libro, aunque limitado por las exigencias lógicas, necesarias para los problemas que ocupan a Marx de manera central allí.

3. La superexplotación como pobreza absoluta

Para Katz, como para su referente teórico en la materia, el sociólogo ecuatoriano Agustín Cueva, superexplotación es sinónimo de pobreza absoluta (CUEVA, 1994, pp. 99 y 228).

Cueva, nos recuerda Katz, señaló “la incompatibilidad del capitalismo con la generalizada remuneración de la fuerza de trabajo por debajo de su valor”; que “la sub-remuneración de los asalariados transgredía los principios de la acumulación”; que esto implica “la reproducción de la fuerza de trabajo mediante precios acordes al valor de esa mercancía”; que “la violación de (estos) criterios amenazarían la propia supervivencia de los trabajadores”, los que si no reciben “los bienes requeridos para subsistir tenderían a padecer un deterioro que socavaría el nutriente humano del sistema” (KATZ, 2017, p. 2).

A partir de confundir superexplotación con pobreza absoluta, Katz formula que “la burguesía debe remunerar al grueso del proletariado por el valor de su fuerza de trabajo”, ya que “sólo de esa forma asegura la continuidad de su sistema”, en tanto “una sub-remuneración continuada de los asalariados impediría ese funcionamiento” (KATZ, 2018, p. 2).

La misma idea se repite cuando señala: “al postular la preeminencia de salarios inferiores a lo requerido para la reproducción de los trabajadores,

Osorio repite los viejos errores que emergieron en los debates sobre la pauperización absoluta”. Y añade: “En esas polémicas se demostró que un proletariado desprovisto de los bienes necesarios para su subsistencia tendería a padecer un *deterioro terminal*” (*idem ibidem*; subrayado JO). Más bien – añade Katz – “el sistema (...) no obstruye la reproducción normal (sic) de los operarios”, porque “el capitalismo se recrea con formas brutales (pero) sin devastar su principal cimiento” (KATZ, 2017, p. 2).

En otras palabras, sostener que opera la superexplotación para Katz es señalar que el capital destruye físicamente a la población trabajadora, y un capitalismo sin trabajadores es impensable, lo que denota – si es que quedan dudas – que Katz, como Cueva, entiende superexplotación como pobreza absoluta.

Pero superexplotación es violación del valor de la fuerza de trabajo, valor que se ve tensionado por un doble movimiento: el desarrollo de nuevos bienes, que inicialmente emergen como bienes suntuarios, tales como refrigeradores, lavadoras, televisores, celulares, y que en un segundo momento, al elevarse la productividad en las ramas que los producen, permite que sus precios se reduzcan, lo que favorece que se puedan constituir en bienes salarios y su consumo se masifique.

Así, la masa de valores de uso (bienes y servicios) que interviene en el valor de la fuerza de trabajo en el siglo XXI es mayor a la masa de valores de

uso que definía el valor de la fuerza de trabajo en el siglo XIX. Si un trabajador en el siglo XXI no puede acceder al conjunto de valores de uso (bienes y servicios) que definen el valor de su fuerza de trabajo, está siendo superexplotado, lo cual no significa que tenga que consumir lo mismo o menos que un trabajador del siglo XIX o antes para que podamos afirmar lo anterior.

¡Claro que los trabajadores pueden consumir refrigeradores, televisores y celulares en el siglo XXI! Pero en contextos donde impera la superexplotación, esto se logra, por lo general, dejando de cubrir otras necesidades básicas, como consultas médicas, dentista, pagos de educación, alimentación y vestimentas adecuadas, y alojamiento apropiado para ellos y su familia.

Tampoco superexplotación significa que los trabajadores deban morir a los 40 o 50 años, como deja ver Katz en su crítica (el agotamiento prematuro de las capacidades laborales no se condice con “el aumento del promedio de vida de los trabajadores” (KATZ, 2017, p. 2)). La apropiación de años futuros de vida y de venta anormal de fuerza de trabajo que propicia la superexplotación se refleja en que dicha venta se hará en peores condiciones. Para el capital, un trabajador superexplotado desde joven, es a los 45 o 50 años de vida un trabajador al que se le puede dar un empleo, pero con salarios inferiores, ya que es fuerza de trabajo agotada prematuramente. Y pueden vivir años cercanos a los nuevos promedios de esperanza

de vida, pero con mayores enfermedades y padecimientos, resultado de una vida depredada y/o deficientemente recuperada en términos alimenticios, de descanso o de atenciones de salud. Su vida, a pesar de extenderse, estará marcada por esas condiciones de existencia.

Pero también podríamos preguntarnos desde qué nociones aprehender los innumerables procesos en que las condiciones de trabajo y de supervivencia llevan a que la vida de los trabajadores sea puesta en entredicho en nuestro tiempo, como talleres de costura en Bangladesh o en Honduras².

No dejan de sorprender las sencillas soluciones que propone Katz para evitar los problemas que atribuye a la superexplotación: primero, negar el concepto, al fin que “la dependencia no se basa en la violación sino en el cumplimiento de la ley del valor” (ídem, p. 8)³. O bien, segundo, seguir hablando de superexplotación, pero se “sustituye la idea del pago por debajo del valor de la fuerza de trabajo por remuneración baja de ese recurso”. (ídem, p. 15). Con ello llegamos a uno de los ejes de su propuesta de renovación de la teoría de la dependencia.

² Véase casos relevantes en Smith (2016). Para el estudio de la maquila en Honduras, véase Crossa (2016). También el video/documental (2014) del mismo autor.

³ Tenemos que reiterar nuestras preguntas: ¿no sería Marx, cuando de manera persistente habla de la significación y relevancia de *salarios por debajo del valor*, el primero en establecer violaciones de la ley del valor? Sí, es cierto que no la conceptualiza, porque escapan – y distraen – del tema que le ocupa. Pero es claro que refiere a procesos que posteriormente fueron denominados superexplotación. ¿O le corregimos y hablamos de *valor bajo de la fuerza de trabajo* y asunto resuelto?

A partir de preguntarse “¿cómo se podría reformular la intuición (sic) de Marini sin los problemas conceptuales de la superexplotación? ¿Existe algún enunciado que compatibilice las objeciones de Cueva, antes señaladas, con las características de la fuerza laboral en las economías dependientes?”⁴, Katz se responde: “La solución más sencilla es postular que en esas regiones predomina un valor bajo de la fuerza de trabajo” (ídem, p. 3)⁵.

Aquí nuestro autor y sus “sencillas soluciones” lo instalan en el horizonte de la economía vulgar dibujado por Marx, quien indica: “[...] yo entiendo por economía política clásica toda la economía que [...] investiga la concatenación interna del régimen burgués de producción, a diferencia de la economía vulgar, que no sabe más que hurgar en las concatenaciones aparentes [...]” (MARX, 1973a, p. 45), es decir, en cómo los procesos se presentan en lo inmediato y, en el caso del salario, en donde unos aparecen altos y otros bajos.

4. Breve incursión (para no iniciados) en la ley del valor⁶

¿Qué significa que en el capitalismo opera una ley del valor? Que los intercambios entre mercancías se realizan teniendo como referencia el valor.

El precio de las mercancías en el mercado no se fija en función de la arbitrariedad de los vendedores que allí se hacen presentes, sino que operan determinaciones, marcadas por el tiempo de trabajo socialmente necesario que exigió su producción.

Mientras más productores de una misma mercancía se hagan presentes en el mercado, mejores condiciones existen para que el precio sea menos arbitrario y más cercano al valor.

La carencia de mercancías respecto a la demanda social propiciará que el precio tienda a elevarse, y con ello se eleva a su vez el valor apropiado. Ello es resultado que se está empleando menos tiempo de trabajo socialmente necesario que el requerido por la sociedad, lo que recibirá como recompensa mayor precio y apropiación de mayor valor.

El exceso de mercancías respecto a su demanda social propiciará a su vez que los precios tiendan a reducirse, y con ello el valor apropiado. Ello

⁴ Previamente Katz ha señalado que “los desaciertos teóricos de la superexplotación no invalidan la presencia práctica de algún símil de esa categoría”. Ya hemos visto que ese símil Cueva lo encontró, y Katz lo sigue, en el pauperismo absoluto.

⁵ ¿Será esa la razón de la agresiva política contra el fondo de consumo y el fondo de vida de los trabajadores argentinos bajo la gestión de Mauricio Macri? Con la formulación de Katz tendríamos que decir que sí: se trata simplemente de readecuar unos salarios que en la lógica de lo señalado serían muy altos respecto al bajo valor de la fuerza de trabajo allí. Me temo que es una explicación muy forzada. Diría que son los niveles de superexplotación los que se han agudizado a niveles inusitados bajo el gobierno de Macri.

⁶ Simplificamos al máximo la exposición. El autor agradece la paciencia de los lectores conocedores del tema.

expresa que se está empleando más tiempo de trabajo socialmente necesario que el requerido por la sociedad para esa producción, lo que será castigado en el precio y en el menor valor apropiado por los vendedores.

Los desplazamientos de capitales hacia la producción de los productos que generan mayores valores y que huyen de la producción de productos que producen menores valores termina generando equilibrios inestables, pero equilibrios al fin, entre ofertas y demandas en el mediano y largo plazo, y con ello de precios que girarán en torno al valor.

Como todas las leyes de la economía política, la ley del valor es una ley tendencial, es decir, se aproxima al valor definido por el tiempo de trabajo socialmente necesario, y esa aproximación puede producirse por precios por arriba o por precios por debajo del valor.

Con esto la idea de “cumplimiento” de la ley del valor siempre es en términos aproximados. No existe una única cifra y, menos, válida de manera permanente, que resuelva su cumplimiento.

Cuando existen condiciones para que un número significativo de productores de una misma mercancía, por ejemplo, los que más la producen, pueda concertar almacenar productos y lanzar al mercado una menor cantidad que la demanda, hay una elevación artificial de precios, y con ello una apropiación mayor del valor. Ello puede traducirse en que el incremento de ganancias

de estos capitales puede propiciar pérdidas para otros, ya que puede ocurrir que muchos consumidores pueden dejar de adquirir otros productos, porque se restringió el monto de dinero que contaban para adquirirlos, por lo que habrá capitales que sufrirán reducciones de ganancias e incluso pérdidas de capital.

Lo que nos importa destacar es que los productores que esconden o reservan producción están violando la ley del valor. Y este tipo de procedimiento no es nada de excepcional en el funcionamiento real del capitalismo.

Cuando se venden productos que se suponen con determinadas cualidades, ello define su valor y su precio. Pero puede ocurrir que los productos no cumplan con esas cualidades, pero su precio puede seguir siendo el mismo, lo que implica violaciones a la ley del valor. Es lo que ocurre cuando las empresas automovilísticas, por ejemplo, venden autos que se supone no contaminan. Y de pronto nos enteramos que en la verificación de esos niveles, antes de sacarlos al mercado, se han realizado procedimientos para que la emisión de contaminantes disminuya momentáneamente, o que permitan burlar los instrumentos de medición. Lo que allí ocurre es que los capitales han destinado menos tiempo de trabajo que el socialmente necesario, sea en la parte de producción que les corresponde, o adquiriendo partes de calidad inferior a lo requerido por la demanda, lo que no les impide vender a precios de autos normales.

El capitalismo es una organización en donde tendencialmente los productos se intercambian sobre precios aproximados al valor. Pero eso no significa que en el capitalismo la propia lógica de incrementar ganancias no aliente procedimientos que buscan elevar ganancias violando la ley del valor, como en los ejemplos señalados.

Cumplir con la ley del valor, en este contexto, no significa que no se presenten violaciones a la misma. La ley del valor contempla también su negación.

El caso de mayor relevancia teórica e histórica de este proceso lo constituye la superexplotación, primero porque tuvo y tiene consecuencias en la reproducción normal de millones de trabajadores. Segundo, por su peso para la acumulación del capital mundial.

5. La heterogeneidad de la economía mundial explicada desde estratos

Desde la “solución” propuesta por Katz, ahora la economía mundial también puede ser organizada en tres estratos, según el nivel interno de desenvolvimiento, con lo que tendríamos economías avanzadas, economías medias, y economías retrasadas, y otros tres niveles según “el lugar que ocupa cada país en la estratificación global”, distinguiendo centro, semiperiferia y periferia (KATZ, 2017, p. 3). “Este registro de valores cambiantes y estratificados de (l valor de) la fuerza

de trabajo (alto en el centro, bajo en la periferia y medio en la semiperiferia) *exige utilizar conceptos marxistas clásicos*, distanciados del principio de la superexplotación” (ídem, p. 4; subrayado JO)⁷.

¿Por qué la exigencia final que se señala no se aplica para la estratificación propuesta? Es necesario que el marxismo pueda explicarla diversidad entre economías presentes en el sistema mundial, pero la solución no puede caminar por la ecléctica y simple solución de señalar estratos, en una lógica en que predominan “cosas” y no relaciones⁸. ¿En verdad Katz considera que hablar de economías avanzadas, economías retrasadas, con el clásico comodín de “economías medias”, está haciendo un aporte a los problemas de renovación de la teoría marxista de la dependencia? ¿En qué se diferencia esta nomenclatura, de manera sustantiva, de las que formulan organismos internacionales que hablan, por ejemplo, de economías desarrolladas, emergentes y en desarrollo?

⁷ La equivocada ortodoxia de Katz aflora también en esta formulación: la necesidad de “utilizar conceptos marxistas clásicos”. Que se sepa, dependencia, intercambio desigual, renta imperialista, por señalar algunos nuevos conceptos empleados por nuestro autor, no son “marxistas clásicos”. Por lo que su idea de estos conceptos es laxa, de acuerdo a lo que le interesa sostener o cuestionar. Por otra parte hay que recordar con Lukács que la ortodoxia en el marxismo radica en el método, y que ello definirá la pertinencia de nuevos conceptos, como los recién señalados.

⁸ Véase el capítulo “Dialéctica y negatividad” (OSORIO, 2016a, pp. 39-51).

Además, los mismos términos empleados, como economías “retrasadas”, remiten a la idea de economías que, si hacen lo que corresponde, pueden llegar a ser “avanzadas”, por lo que no existe una diferencia cualitativa entre ellas, sólo distancias cuantitativas que se pueden superar. De allí a la formulación de propuestas neodesarrollistas solo hay un paso.

En este cuadro, la retoma de las nociones cepalinas de centro y periferia parece progresista, con el añadido wallersteniano de semiperiferia, un clásico relleno de lo que no es esto ni aquello, o de algo de esto y algo de aquello.

El problema de las teorías de la estratificación es que ordenan, pero *sin dar cuenta de las relaciones entre los agrupamientos que establecen*. Así, el estrato de ingresos alto no mantiene relaciones sustantivas que determinen su condición y que definan a su vez la situación de otros estratos, en este caso, el de ingresos bajo. Cada uno se explica a sí mismo y por sí mismo, en función de capacidades diferenciadas, talentos y esfuerzos de los individuos (en este caso economías) que se ubican en cada estrato. En lo sustancial no hay relaciones que expliquen a unos y otros agrupamientos, como sí lo realiza la teoría de clases. Para esta teoría, el que se reproduzcan agrupamientos humanos que viven de salario necesariamente debe pasar por la presencia de otros que concentran los medios de producción y se apoderan del plusvalor generado. De esta forma

es *la relación* la que explica la existencia de los agrupamientos sociales llamados clases sociales y sus condiciones de su existencia.

Una explicación de la diversidad de economías en el sistema mundial debe estar sujeta a las relaciones entre ellas y cómo dichas relaciones generan diversidad.

Pero tan simple y ecléctica es la solución antes señalada como reemplazar la noción de superexplotación por economías con bajo valor de la fuerza de trabajo, que se suman a economías con valor medio y otras con valor alto de la fuerza de trabajo. Y con formulaciones como estas nuestro autor supone estar salvando la teoría del valor, el “edificio teórico de Marx” y seguramente el recurso a “conceptos marxistas clásicos”.

6. El intercambio desigual y la superexplotación

Junto con sustituir la superexplotación por la idea de bajo valor de la fuerza de trabajo, Katz señala que el otro pilar de su renovación de la teoría de la dependencia pasa por “priorizar las transferencias internacionales de plusvalía en la explicación de la dependencia” (KATZ, 2017, p. 10). Apoyándose en Dussel, nos da a entender que es el intercambio desigual el fundamento de la dependencia, como sostiene justamente ese autor, y no la superexplotación, como lo señala Marini (ídem, p. 6).

Para un cierto sector del marxismo latinoamericano, pareciera que con señalar intercambio desigual, o ahora con Katz, transferencias de valor, ya han resuelto el problema para explicar la dependencia, o el “retraso”, para proseguir con la terminología empleada por este último. *Pero el problema recién comienza en una de sus manifestaciones*: el establecimiento de precios de producción y de mercado entre economías con mayor composición orgánica que se ubican por encima del valor producido, en perjuicio de economías con más baja composición orgánica, en donde dichos precios se ubican por abajo del valor.

Los problemas a explicar recién comienzan porque un proceso que podría ser temporal – por el potencial desplazamiento de capitales perjudicados, a las posiciones y niveles de productividad de los beneficiados, y por agilizar el desplazamiento de fuerza de trabajo, elementos considerados para “la nivelación constante de las constantes desiguales” (MARX, 1973b, p. 198) – no opera y, por el contrario, tiende a convertirse en un proceso regular, que persiste en el tiempo.

En la ruta de buscar explicaciones, Samir Amin ha señalado que si a nivel de *El capital*, el análisis es tridimensional, esto es, Marx considera la libre movilidad de capitales, de mercancías y de fuerza de trabajo, en el sistema mundial capitalista, sin embargo, el análisis es sólo bidimensional, porque allí sólo opera la *libre movilidad* de capital y mercancías, *pero no de la fuerza de*

trabajo. Y ello modifica la ley del valor, que a este nivel Amin redefine como la ley del valor mundializada (AMIN, 1997, p. 6; 2011, p.93). La presencia de masivos movimientos migratorios, muchos realizados bajo procedimientos irregulares y con elevadas pérdidas de vidas, pone de manifiesto justamente que *no existe libre movilidad* de fuerza de trabajo.

El intercambio desigual y las transferencias de valor son los síntomas de problemas de mayor envergadura. Si la dependencia se produce por intercambios desiguales, y éste no es un proceso pasajero, sino uno que se sostiene en el tiempo, entre economías y regiones, el problema exige dar cuenta cómo se reproduce el capital en las regiones y economías que se consolidan como dependientes, a pesar de las pérdidas de valor. En otras palabras, cómo son posibles allí la acumulación de capitales y la reproducción de capitales.

Y ello reclama explicar las razones por las cuales estas economías han privilegiado la producción de determinados valores de uso en su inserción al mercado mundial; explicar por qué se han sostenido en una producción muy poco diversificada y monoexportadora en muchos casos, lo que no ha estimulado la generación y expansión del sector I, en todas sus dimensiones, y del sector II, y la integración entre ellos, para dar vida a un capitalismo autocentrado, sino por el contrario, a capitalismo extrovertidos (AMIN, 2011),

volcados a la exportación como fórmula fundamental de realización, todo lo cual no estimula el aguijón productivista. Y cómo esto, por la ruptura del ciclo del capital, y el distanciamiento que genera entre producción y mercado interno asalariado, ha alentado la superexplotación como proceso fundamental de sostén de la competencia internacional y de la acumulación de capitales, junto a las pérdidas en el intercambio desigual.

Es en esta lógica que alcanza sentido la tesis de una reproducción capitalista sustentada en la apropiación de parte del fondo de consumo y de vida de los productores para convertirlo en fondo de acumulación, no sólo para los capitales que operan localmente, sino también para la acumulación mundial, mediada y favorecida por los intercambios desiguales y otras formas de transferencia de valor.

¿Tiene algún sentido político y rendimiento teórico destacar el intercambio desigual como fundamento de la dependencia, sino se avanza un ápice, como ocurre en los señalamientos de Dussel y ahora de Katz, en explicar el por qué este puede operar, qué lo propicia, cómo se sostiene en el tiempo, cómo a pesar de operar de manera duradera se mantienen la acumulación y la reproducción de capitales? Sin esas explicaciones, que ni siquiera se plantean, la discusión no deja de ser bizantina⁹.

Sin intercambio desigual no hay dependencia, sin superexplotación no hay capitalismo

dependiente, sin capitalismo dependiente no hay intercambio desigual. Y así se genera una espiral en donde las causas se convierten en consecuencias y éstas en causas. Ambos procesos se retroalimentan y se impulsan. La reproducción de capitales en el capitalismo dependiente se sustenta en la superexplotación. Un capitalismo de esta naturaleza no puede competir en los mercados mundiales sin permitir sufrir intercambios desiguales. Y dichas transferencias alimentan la baja productividad, la débil o nula diversificación productiva, un lugar subordinado en las divisiones internacionales del trabajo, una producción volcada a los mercados exteriores, violar regularmente el valor de la fuerza de trabajo y el despliegue de un capitalismo que desarrolla el subdesarrollo.

En estas condiciones, las brechas en el mercado mundial entre unas y otras formas de capitalismo no pueden sino acrecentarse, como se acrecientan al interior de cada cual las contradicciones y brechas inherentes a todo capitalismo, agudizadas en todo caso en el capitalismo dependiente. Aquí se abre una veta relevante para entender por qué los principales intentos de poner fin al capitalismo han explotado en estas economías, y no en las desarrolladas como se supuso en algún momento.

⁹ Me parece más productiva, aunque no acuerde en todo, la propuesta de Juan Cristóbal Cárdenas (2018) sobre estos debates, en su artículo "Meditaciones dusselianas acerca de la teoría de la dependencia y su fundamento".

7. Ya no intercambio desigual: ahora renta y otras transferencias de valor

Ante la falta de explicaciones propias frente al problema, la salida de Katz en su proyecto de renovación de la TMD es adscribirse a otra propuesta que niega el intercambio desigual y el imperialismo y que hace de la renta y su expropiación el eje del atraso y el subdesarrollo, y que formula que la exportación de materias primas y productos agrícolas o agropecuarios propicia que sean las economías de la región las que sustraen valor de las economías desarrolladas, una teoría del intercambio desigual, pero al revés (IÑIGO CARRERA, 2007). Desde ese punto de partida, que parece ofrecer un piso para romper con el subdesarrollo y la dependencia, al incrementar las ganancias obtenidas, los terminaría, por el contrario, por reforzarlos.

Tras destacar que “el lucro embolsado por los terratenientes constituía una transferencia de plusvalía gestada en los países importadores de [...] alimentos”, resultado de una renta diferencial asentada en fertilidades excepcionales”, Katz agrega que esta tesis fue “posteriormente perfeccionada para explicar los enormes ingresos receptados por Argentina desde fines del siglo XIX”. (KATZ, 2018c, pp. 10-11). Y en ese perfeccionamiento se sostiene que “la plusvalía apropiada por la clase dominante argentina fue re-apropiada por sus competidores británicos”, y más tarde por los capitales estadounidenses. Pero que ese

monto se redujo, además, porque “la captación local (de la renta) se diluyó por su recaptura a manos de empresas extranjeras”, instaladas en “frigoríficos, bancos y ferrocarriles ingleses que controlaban y financiaban la comercialización externa del trigo y la carne” (ídem, p. 11)¹⁰.

En medio de la confusión si dicha renta se redujo o se diluyó, nuestro autor sostiene que queda “un saldo favorable”, el cual “queda contrarrestado por el déficit comercial de una industria más concentrada, extranjerizada y subsidiada”, por lo que “la captación inicial de divisas por parte del agro se esfuma luego en la industria y las finanzas” (ídem *ibídem*)¹¹.

No deja de ser ingenuo, sin desconocer las buenas intenciones que lo animan, el señalamiento de Katz de que “desde una óptica dependentista este enfoque [el de la renta de Iñigo Carrera JO] podría ser interpretado como una variante del ciclo estudiado por Marini” (KATZ, 2018c, p. 11; subrayado JO). Sólo que ese enfoque tendría que asumir el intercambio desigual, la teoría del imperialismo, y que ajustar su noción de superexplotación (en tanto salarios por debajo de su valor) a la renovación conceptual propuesta por Katz, de “salarios bajos”. Casi nada.

¹⁰ Asunto que señalé en un artículo crítico a la formulación de Iñigo Carrera en 2017.

¹¹ Que clases dominantes con tan poco espíritu capitalista para proteger sus ganancias. En el relato parecen ingenuas monjas engañadas por pilluelos.

Con la misma ligereza anterior, creo que Katz podría formular en próximas entregas la idea contraria: que la propuesta de Marini, renovada claro está, se constituya en una variante del despliegue de la teoría de la renta de Iñigo Carrera. Al fin que según nuestro autor... coinciden tanto.

Nuestra crítica a las formulaciones de Katz en este tema no pueden ser interpretadas como un rechazo a la relevancia de la renta para comprender la dinámica del capitalismo dependiente, asunto que ya señalamos en un texto anterior (OSORIO, 2017). La crítica se dirige a la sobredimensión que tanto Iñigo Carrera y ahora Katz le otorgan a la renta como elemento explicativo de la debilidad de la acumulación por el primero, y al subdesarrollo y el retraso por el segundo.

El peso de la renta no se remite sólo a Argentina. Previamente Katz ha destacado que “el usufructo de la naturaleza para las nuevas empresas es registrada por el nuevo concepto de extractivismo”, en donde “en el mapa del petróleo, los metales, el agua y las praderas flamean las banderas de las principales economías desarrolladas”, ya que “la renta es ambicionada por las clases dominantes del centro (pero también de) la periferia” (KATZ, 2018c, pp. 9-10), con lo que asume que el proceso arriba reseñado es generalizado en la región.

Pero no se puede trasladar la supuesta condición excepcional argentina hacia el resto de las economías latinoamericanas, todas o casi todas

exportadoras de materias primas y alimentos. Aquí lo que prevalece en el largo plazo es la tendencia al decrecimiento relativo de los precios de los bienes que exporta la región, a pesar de momentos en que estos se eleven en coyunturas, como ocurrió con casi todos los bienes de exportación de la región en la primera década del siglo XXI. A falta de mejores datos, como sería el cálculo del peso de la renta internacional, podemos recurrir como indicio – para aproximarnos al problema – a los estudios referidos al deterioro en los términos de intercambio, en donde, con estadísticas desde fines del siglo XIX hasta entrado el siglo XXI, se muestra que los precios de la mayoría de los productos de exportación de América Latina, sean materias primas o alimentos, han perdido peso relativo frente a los precios que la región adquiere de las economías desarrolladas (OCAMPO & PARRA, 2003, p. 11), en donde la carne de res y la de cordero constituyen dos de los cuatro productos básicos (junto a madera y tabaco) cuyos precios aumentaron relativamente frente los precios de los productos manufacturados en el siglo XX (ídem, p. 13).

Aun asumiendo la hipótesis que Argentina obtiene cuantiosa renta diferencial, habría que explicar – si así ocurriera – cómo es que *clases dominantes con ese poder económico, ubicadas en una condición excepcional frente a sus congéneres de la región*, se sometieron y se someten a los dictados de capitales transnacionales y no pusieron ni ponen en marcha procesos que permitieran revertir

esa situación y mantienen a esa formación social en la condición de economía subdesarrollada y dependiente. ¿Y qué ha sucedido en el resto de las economías de la región, que no contaron con los beneficios que percibió y percibe Argentina? El problema no puede quedar entonces en la pura esfera de la circulación, de transferencias de valor que vienen y van. ¿Qué ocurre con la reproducción del capital en Argentina y en el resto de América Latina? Explicar la dinámica del capitalismo dependiente se presenta como una exigencia elemental. Ya veremos que para Katz este no es un problema, o si lo es, no cuenta con las categorías y cuerpo teórico adecuado, ya que en lo que refiere a estos asuntos todo ya está dicho en *El capital*.

Por otro lado, la presencia de voraces capitales locales y extranjeros apropiándose de las riquezas naturales de la región no basta para dar por sentado que el proceso camina en una dirección que haya puesto fin al intercambio desigual en perjuicio de las economías dependientes.

8. Devaluación de la teoría del capitalismo dependiente

Parte sustantiva de las discrepancias que hemos destacado tienen que ver también con el estatus de la teoría marxista de la dependencia y del capitalismo dependiente. En una entrevista (2018b), Katz señala que a diferencia de Cueva

– que “rechazó la existencia de leyes propias del capitalismo “dependiente” –, y de Marini y Dos Santos – que sostenían lo contrario; Marini incluso sostuvo que “la tarea fundamental de la teoría marxista de la dependencia consiste en determinar *la legalidad específica* por la que se rige la economía dependiente” (MARINI, 1973, p. 99) –, Katz sostiene su acuerdo con “reformulaciones” que consideran a la teoría marxista de la dependencia como “paradigma” o “programa de investigación”, pero en su amplio “acuerdo con criterios flexibles”, también concuerda con aquellos que la consideran “perspectiva”, “enfoque”, “punto de vista”, y podríamos agregar “intuición”¹².

¿Qué denotan estos términos? Que basta entender las transferencias de valor para tener la respuesta sobre “la dependencia”, ya que siguiendo en lo fundamental el señalamiento de Cueva antes expuesto (1994, p. 78), para Katz no existe una entidad conceptualizada como “capitalismo dependiente”, y si existiese no presenta leyes específicas ni procesos *sui generis*. En esto Katz se constituye en el continuador de una formulación que tiene a Fernando H. Cardoso y posteriormente a Cueva entre sus principales voceros y que se puede sintetizar en *una propuesta que acepta hablar de dependencia, pero sin una teoría del capitalismo dependiente*.

¹² Así se refiere a la formulación de Marini sobre la superexplotación (2017, p. 3).

No hay que olvidar que en los años sesenta del siglo XX fueron muchos los autores que se proclamaron adscritos a una un tanto confusa “teoría de la dependencia”. El propio Cardoso era un reconocido dependentista, con escritos como *Dependencia y desarrollo en América Latina*, junto a Enzo Faletto (1969). Pero las cosas comenzaron a cambiar luego de la presentación en Congreso¹³ y de la publicación del primer escrito, en 1972¹⁴, de lo que será la base que dará forma a *Dialéctica de la dependencia* de Marini (1973), porque, a partir de allí, la teoría de la dependencia comenzó a significar en términos teóricos y políticos una postura mucho menos atractiva y demasiado radical para cierto pensamiento progresista y también para franjas de izquierda marxista (15).

A pesar de este corte teórico y político, muchos recuentos posteriores sobre la “teoría de la dependencia” incluyen a Cardoso, Sunkel o Marini, por ejemplo, sin establecer las diferencias entre autores. Por ello, no es un asunto menor hablar de una teoría marxista de la dependencia, a fin de establecer distinciones necesarias en la historia que ha dado vida a esta teoría¹⁶.

Dicho esto, creo que el planteamiento de renovación formulado por Katz se ubica más en lo calificado de modo genérico como “teoría de la dependencia”, y no en la teoría marxista de la dependencia, allí en donde justamente el libro de Marini citado estableció una separación de aguas. Por ello no es casual que las críticas de

Katz se centren en la superexplotación, una de las categorías centrales en la propuesta de Marini, al igual que lo hicieron Cardoso y Cueva, y en “olvidar” la noción de capitalismo dependiente, la que estos también rechazaron¹⁷.

Los señalamientos sobre el peso fundamental de la superexplotación, la ruptura del ciclo del capital, el “desarrollo del subdesarrollo”, el

¹³ En 1972, entre el 28 de agosto y el 2 de septiembre, se realizó en Santiago de Chile el X Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, en donde Marini presentó la ponencia “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”, documento que comenzó a circular profusamente, y que fue publicado en *Sociedad y desarrollo n. 1*, CESO, Santiago, enero-marzo de 1972. En el punto II del libro *Dialéctica de la dependencia* (1973), Marini responde a algunas críticas formuladas por Cardoso a este artículo, en un escrito titulado “Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia”, y publicado en *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales n. 4*, Santiago, diciembre de 1972. Me apoyo para estos datos, y en los dos pies de páginas que siguen, en Cárdenas (2018).

¹⁴ “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”, en *Sociedad y desarrollo 1*, CESO, Santiago. 1972.

¹⁵ Baste mencionar que ya en el XI Congreso Latinoamericano de Sociología desarrollado en Costa Rica en julio de 1974, las críticas al trabajo de Marini ocuparon un lugar central en las discusiones, siendo Agustín Cueva uno de los actores destacados.

¹⁶ En mi artículo “El marxismo latinoamericano y la dependencia”, *Cuadernos Políticos n. 39*, Editorial Era, México, enero-marzo de 1984, se establece una periodización sobre el desarrollo de la TMD, y sus rupturas con la teoría de la dependencia sin más, sus principales aportes y algunas respuestas a sus críticos.

¹⁷ Hay cierto paralelismo histórico entre las duras críticas a Marini, como las de Cardoso y Cueva, cuya producción contraria se genera particularmente en los años setenta, en plena etapa de contrainsurgencia en la región, con golpes militares en casi todo el cono sur, y en donde se da inicio a las políticas neoliberales, con una acentuada agudización de la superexplotación y de la represión. La nueva crítica, en la segunda década del siglo XXI, toma forma tras la puesta en marcha en la región de gobiernos autoritarios y Estados de contrainseguridad, los que han redoblado la apuesta por la superexplotación, buscando no sólo arrebatar lo ganado por la población trabajadora de la región en la primera década del siglo, particularmente allí en donde se gestaron gobiernos populares y progresistas, siendo, a la hora de este escrito, México, a partir de diciembre de 2018, la única gran excepción.

sobredimensionamiento de la plusvalía extraordinaria, la presencia de Estados subsoberanos, el predominio de patrones de reproducción del capital volcados al exterior, no constituyen, para la postura antes señalada, elementos que den cuenta de *una forma particular de capitalismo, el dependiente* (OSORIO, 2016b). Al fin que, como señaló Cueva, con los conceptos y categorías presentes en *El capital* es suficiente para explicar el atraso, el subdesarrollo y la dependencia.

9. Conclusiones

Es difícil sostener que este cúmulo de propuestas y formulaciones se realiza desde las coordenadas que definen a la teoría *marxista* de la dependencia¹⁸.

Hablar de centros, semiperiferias y periferias no hace a Wallerstein un autor inscrito en esa teoría, y en su caso ni siquiera en el marxismo, como tampoco ocurre con Prebisch y en general con la escuela del estructuralismo cepalino. Ni el hecho que Cardoso escribiera sobre dependencia lo convierte en un autor adscrito a la TMD.

Entre lo que Katz considera que debe ser eliminado o reformulado en la TMD, que ya hemos comentado, y lo que habría que incorporar – entre ellos la particular interpretación de Iñigo Carrera sobre la renta de la tierra –, se nos pone frente a una nueva formulación sobre el subdesarrollo y la dependencia, que por las razones

expuestas no puede dar el paso hacia conceptos y categorías que articulen un entramado que explique no sólo la noción de dependencia, sino particularmente qué caracteriza al *capitalismo dependiente*.

La dependencia sin una teoría del capitalismo dependiente queda coja, porque no tiene respuestas a lo que la dependencia internaliza y cómo aquella se reproduce. Una teoría del capitalismo dependiente sin dependencia no permite comprender los procesos mundiales que favorecen apropiaciones de valor desde unas a otras economías, ni los que fortalecen a ciertos capitales y Estados, que permiten la subordinación de otros.

¹⁸ Lo que no niega que quienes no se adscriben a ella puedan ser marxistas, como es el caso de Katz, o como lo fue en su tiempo Agustín Cueva.

Referencias bibliográficas

AMIN, Samir. *Los desafíos de la mundialización*. México: Siglo XXI Editores, 1997.

_____. *La ley del valor mundializada*. Por un Marx sin fronteras. España: El Viejo Topo, 2011.

CÁRDENAS, Juan Cristóbal. "Meditaciones dusselianas acerca de la teoría de la dependencia y su fundamento", *De Raíz Diversa*, vol. 5, n. 9, México, UNAM, enero-junio 2018.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1969.

CARDOSO, F. H. "Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia", *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n. 4, Santiago, diciembre 1972.

CROSSA NIELL, Mateo. *Made in Honduras*, video/documento en <http://documentalmadeinhonduras.org>, 2014.

_____. *Honduras: maquilando subdesarrollo en la mundialización*. Tegucigalpa: Editorial Guaymuras, 2016.

CUEVA, Agustín (1977). *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, México, 1994 (décima quinta edición).

_____. *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Antología de Alejandro Moreno. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

IÑIGO CARRERA, J. *La formación económica de la sociedad argentina, vol. I*. Renta Agraria ganancia industrial y deuda externa. 1882-2004. Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.

KATZ, Claudio. *Aciertos y problemas de la superexplotación*. En: katz.lahaine.org/b2-img/ACIERTOSYPROBLEMASDELASUPERXPLOTACION.pdf, 2017.

_____. "Controversias sobre la superexplotación".

Recuperado en <http://contrahegemoniaweb.com.ar/controversias-sobre-la-superexplotacion/>, 2018a.

_____. "Hacia una renovación del paradigma de la Teoría de la Dependencia". Recuperado en <http://cronicon.net/wp/hacia-una-renovacion-del-paradigma-de-la-teoria-de-la-dependencia/>, 2018b.

_____. "Dependencia y teoría del valor".

Recuperado en <https://katz.lahaine.org/dependencia-y-teoria-del-valor/>, 2018c.

MARINI, Ruy Mauro. "Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora", *Sociedad y desarrollo*, n. 1, CESO, Santiago de Chile, 1972.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. México: Serie Popular Era, 1973.

MARX, Carlos. *El capital*, tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1973a.

_____. *El capital*, tomo III. México: Fondo de Cultura Económica, 1973b.

OCAMPO, J. A. & PARA, M. A. "Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX", *Revista de la CEPAL*, n. 79, Santiago de Chile, 2003.

OSORIO, Jaime. "El marxismo latinoamericano y la dependencia", *Cuadernos Políticos*, n. 39, México, Editorial Era, enero-marzo 1984.

_____. *Fundamentos del análisis social*. La realidad social y su conocimiento. México: Fondo de Cultura Económica, 2016a (segunda edición).

_____. "Sistema mundial y formas de capitalismo. La teoría marxista de la dependencia revisitada". En: *Teoría Marxista de la dependencia. Historia, fundamentos, debates y contribuciones*. México: Editorial Itaca/UAM, 2016b.

_____. "Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia", *Argumentos*, n. 83, México, UAM-Xochimilco, enero-abril 2017.

_____. "Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente", *Cuadernos de Economía Crítica*, n. 8, La Plata, Argentina, 2018.

SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century*. The Globalization of Production, Super-Exploitation and the Crisis of Capitalism. New York: Monthly Review Press, 2016.

CLAUDIO KATZ

ACTUALIZACIÓN O VENERACIÓN DE LA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA

Recebido em 03/2019

Aprovado em 03/2019

ACTUALIZACIÓN O VENERACIÓN DE LA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA

Resumen

Nuestra reformulación de la teoría de la dependencia ha sido malinterpretada por dos críticos. Desconocen que las transferencias de valor son más esclarecedoras del origen del subdesarrollo que la superexplotación. Ignoran también que esa dinámica explica la expansión contemporánea de China y el distanciamiento de Corea del Sur de Brasil o Argentina. No registran cómo el valor diferencial de la fuerza de trabajo permite comprender la localización de las inversiones transnacionales.

Además, postulan caracterizaciones contradictorias de la superexplotación, al afirmar que es peculiar de la periferia, que se ha extendido al centro y que se remonta al siglo XIX. Más problemática aún es la rudimentaria identificación del concepto con el padecimiento laboral.

El dependentismo se empobrece desconociendo la problemática de la renta, omitiendo a los antecesores de su teoría e impugnando las convergencias con otros pensadores. La despolitización impide evaluar el sentido del debate.

Palabras claves: capitalismo; explotación; América Latina

Abstract

Our reformulation of dependency theory has been misinterpreted by two critics. They do not know that value transfers are more illuminating of

CLAUDIO KATZ

Economista, investigador del CONICET, profesor de la UBA, miembro del EDI.

the origin of underdevelopment than super-exploitation. They also ignore that this dynamic explains the contemporary expansion of China and the distancing of South Korea from Brazil or Argentina. They do not record how the differential value of the labor force makes it possible to understand the location of transnational investments.

In addition, they postulate contradictory characterizations of superexploitation. They consider that it is peculiar to the periphery, has extended to the center and dates back to the 19th century. More problematic still, it is the rudimentary identification of the concept with suffering at work

Dependency is impoverished by ignoring the problem of rent, omitting the ancestors of this theory and objecting the convergences with other thinkers. Depoliticization prevents evaluating the meaning of the debate.

Keywords: capitalism; exploitation; Latin America

I. Introducción

El debate suscitado por un capítulo de nuestro libro sobre la dependencia (KATZ, 2018a) se desenvuelve por tres carriles. El primero busca dirimir si los principales determinantes del subdesarrollo son las transferencias de valor o la superexplotación. El segundo pretende clarificar el contenido, alcance y actualidad de este último concepto. El tercero intenta esclarecer las implicancias metodológicas y políticas de la teoría marxista de la dependencia.

Como ya es habitual en la izquierda, los cuestionamientos más duros provienen del propio palo. Los autores afines a la concepción reivindicada en el texto consideran que mi enfoque “no tiene nada que ver” con esa teoría. Consideran que “destruye sus cimientos” y conduce a la “claudicación” (OSORIO, 2018a; 2018b; 2018c). Además, estiman que mi interpretación desemboca en un “laberinto de confusiones y graves retrocesos” (SOTELO, 2018).

2. La dudosa universalidad de un modelo

En el libro retratamos cómo las transferencias de valor originaron y recrearon el retraso de la periferia. Esos drenajes se consumaron por senderos productivos (inversión extranjera), financieros (deuda externa) y comerciales (deterioro de los términos de intercambio). Obstruyeron en la periferia la repetición de los sostenidos procesos de

acumulación que protagonizaron las metrópolis (KATZ, 2008a, pp. 289-337).

Esta visión es impugnada por prestar atención a los síntomas ignorando las causas de ese proceso. Priorizaríamos lo secundario omitiendo el papel central de la superexplotación (OSORIO, 2018a).

La preeminencia de esa remuneración de la fuerza de trabajo por debajo de su valor fue especialmente subrayada por Marini en los años 1960. Estimaba que la burguesía brasileña compensaba su desfavorable inserción en el mercado mundial mediante la redoblada sujeción de los asalariados. Esa sofocación acentuaba a su vez el círculo vicioso del subdesarrollo.

Los críticos ratifican la total primacía de esa tesis y consideran que nuestro replanteo nos ubica en un terreno próximo al neo-desarrollismo (OSORIO, 2018a). Pero partimos de una mirada semejante a la adoptada por los principales teóricos del marxismo clásico y de posguerra. Todos indagaron las distintas modalidades que asumió la hemorragia de recursos de la periferia en los siglos XIX y XX. ¿O acaso Lenin, Trotsky, Luxemburg, Sweezy, Amin y Mandel permanecieron en la superficie de los problemas? En su gran mayoría desconocían el concepto de superexplotación o le asignaban poca relevancia en la determinación del capitalismo dependiente.

Se afirma que la desconsideración de esa categoría nos conduce a indagar los sucesos meramente

temporales, en desmedro de los determinantes estructurales del subdesarrollo (OSORIO, 2018a). ¿Pero por qué razón las transferencias de valor serían adversidades más transitorias que la superexplotación? Nuestro objetor no explica la lógica de esa diferencia y desconoce que históricamente se ha verificado lo contrario.

En los términos de Marini, la superexplotación constituye un fenómeno peculiar de las economías periféricas que alcanzaron un significativo desenvolvimiento fabril. Ese fenómeno involucra a un proletariado contemporáneo que cobra salarios inferiores a los requeridos para su propia reproducción. Pero esa clase obrera no era preeminente en América Latina, Asia o África durante el siglo XIX y gran parte del XX. ¿Cómo se explicaría el subdesarrollo en esa multitud de países, en ausencia de la superexplotación? La transferencia de valor al exterior aporta una respuesta sencilla y contundente a ese interrogante.

Se podría contra-argumentar que los recursos drenados siempre surgieron del trabajo expropiado a las clases oprimidas. Pero en el pasado, esa confiscación se nutría del sobre-trabajo pre-capitalista, campesino y artesanal, que precedió a la consolidación fabril. Además, la industrialización brasileña posterior sólo se extendió a la periferia superior y no introdujo un modelo predominante en el grueso de las economías subdesarrolladas.

Para dilucidar el origen del subdesarrollo, las transferencias de valor aportan instrumentos más consistentes que la superexplotación. ¿Esa ventaja analítica se extiende a la actualidad?

3. Respuesta a los grandes interrogantes

Lo ocurrido en América Latina en las últimas cuatro décadas no esclarece el debate en curso. Todos coincidimos en destacar el agravamiento de la dependencia en incontables planos. La primarización, el extractivismo, la regresión industrial de Sudamérica (o su remodelación en Centroamérica) han acentuado la sumisión económica y el consiguiente subdesarrollo de la región. Las transferencias de valor que desencadenaron esa regresión se asientan en la degradación padecida por los trabajadores. La forma en que se han combinado ambos procesos no clarifica demasiado nuestras divergencias.

Por el contrario, lo sucedido en Asia aporta un interesante test para evaluar el contrapunto. La impresionante conversión de esa región en el taller del mundo ha introducido un gigantesco cambio en la economía mundial, que pone a prueba la consistencia de los enfoques discordantes.

Mientras que China se ha transformado en una potencia central, la nueva distancia que separa a Corea del Sur de sus viejos pares de Brasil o Argentina es contundente. ¿Cómo han incidido la superexplotación y las transferencias de valor en esas enormes mutaciones?

El primer concepto podría esclarecer una dinámica inicial. Los grandes capitalistas internacionales se desplazaron masivamente a los países asiáticos para lucrar con las elevadas tasas de ganancia que generó el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor. Pero ese señalamiento sólo echaría luz sobre el debut del proceso. ¿Cómo se explica la dinámica posterior? ¿China se convirtió en la segunda economía del planeta profundizando, manteniendo o abandonando la superexplotación?

La simple aplicación del modelo inicial de Marini choca con lo ocurrido en ese país. En lugar de perpetuar el subdesarrollo, China ha saltado varios escalones en la división global del trabajo. Quiénes prefieren cerrar los ojos ante esa transformación simplemente observan al nuevo gigante como un miembro más del “Sur Global”. Pero esta imagen choca con la abrumadora supremacía comercial y financiera de Beijing. No es un par de la periferia. Es un gran acreedor e inversor externo de las economías africanas, latinoamericanas y asiáticas.

En China tampoco se ha corroborado otro desemboque clásico de la superexplotación. En lugar de la conocida retracción del mercado interno por la primacía asignada a la exportación, se ha verificado una enorme expansión del poder adquisitivo. La gigantesca masa de nuevos consumidores ilustra aumentos en el valor de la fuerza de trabajo y no remuneraciones por debajo ese

nivel. ¿Cuál sería la explicación de estas transformaciones con un modelo analítico centrado en la superexplotación? ¿Esa modalidad prevaleció en el principio y luego se extinguió? ¿Operó un misterioso modelo de superexplotación sin deterioro de la demanda, ni restricción del poder de compra?

Esos interrogantes quedan resueltos si se recurre a la hipótesis rival. La nueva potencia acumuló internamente los excedentes, que a fines del siglo XIX y principios del siglo XX drenaba al exterior. La revolución socialista y el consiguiente desarrollo no capitalista permitieron sepultar primero el pasado semicolonial. Posteriormente, el país se amoldó a la globalización – con un régimen capitalista diferenciado del neoliberalismo – que evitó las hemorragias al exterior del valor generado internamente.

El evidente determinante de esa expansión ha sido la reinversión local de los excedentes. Se verificó un proceso opuesto al padecido por las economías dependientes que recrean el subdesarrollo. Ese movimiento inverso explica la continuada expansión a tasas de crecimiento del $n\%$ anual, que colocaron al país en el tope del ranking mundial.

Frecuentemente se elude esa conclusión expulsando a China del debate. Pero si el modelo de la superexplotación no sirve para evaluar el principal cambio de la época: ¿Cuál es su utilidad?

También se puede soslayar los problemas apelando al expeditivo recurso de la “excepción”. Este auxilio es invocado para explicar la expansión de Corea del Sur. Se atribuye su crecimiento a una inédita regulación de la economía, implementada por un Estado igualmente singular (OSORIO, 2018a).

¿Pero entonces tampoco allí prevaleció la superexplotación? ¿Los ministros interventores de una sanguinaria dictadura militar atemperaron esa confiscación de los trabajadores? ¿Cómo se consumó semejante excepción? ¿Y por qué se desviaron del sendero clásico del dependentismo utilizando los excedentes para la acumulación local? El cúmulo de preguntas sin respuestas impide arribar a algún resultado medianamente consistente.

Por el contrario, el énfasis en la dirección de las transferencias de valor provee pistas más sólidas. Como Corea se transformó en un importante eslabón de la industria contemporánea, las clases dominantes captaron una parte significativa del excedente. Una variedad de condiciones económicas y geopolíticas determinaron la creciente reinversión de esos fondos, en lugar de su filtraje al exterior. De esa forma, se consolidó la inserción del país en un segmento intermedio de la división global del trabajo.

En resumen, la reducida transferencia de valor explica el nuevo lugar de China en los estratos

superiores de la economía mundial. Y la dimensión acotada de esos mismos flujos determinó el distanciamiento de Corea del Sur de Brasil o Argentina. La dinámica de las transferencias aporta las respuestas que la tesis de la superexplotación no logra encontrar.

Desarrollismo y explotación

¿Nuestra insistencia en la centralidad de las transferencias se contrapone con la atención prioritaria en la explotación? Los críticos estiman que sí y por eso nos ubican en el universo neo-desarrollista.

Pero al igual que todos los marxistas, postulamos que los fondos drenados al exterior se basan en una apropiación del esfuerzo laboral de los trabajadores. Esos recursos expatriados no surgen mágicamente del aire, ni son gratuitamente provistos por la naturaleza. Se nutren del sudor de millones de oprimidos. Nuestra gran divergencia con el desarrollismo radica en esa puntualización. Ellos resaltan las pérdidas sufridas por los países periféricos (observando tan sólo las desgracias nacionales) y nosotros cuestionamos su omisión de los tormentos sociales subyacentes.

Osorio olvida esta distinción básica al clasificar mi enfoque en el casillero de la heterodoxia y al situar el suyo en el universo del marxismo. Ignora que cualquier debate en torno a la superexplotación es intrínsecamente ajeno al

neo-desarrollismo, puesto que esa corriente simplemente desconoce el proceso elemental de la plusvalía. Jamás podría registrar la controvertida dinámica de pagos de la fuerza de trabajo por debajo de su valor, si ignora la norma previa de remuneraciones acordes a esa magnitud.

Nuestro fiscal podría confirmar la distancia conceptual que nos separa del mundo desarrollista, neo-desarrollista, social-desarrollista y pos-desarrollista, hojeando un libro reciente sobre esas vertientes (KATZ, 2015, pp. 139-236). Pero en lugar de indagar esa lejanía, corrobora sus sospechas observando parentescos idiomáticos. Estima que utilizo las mismas denominaciones (economías atrasadas y avanzadas) y clasificaciones (países desarrollados, intermedios, retrasados) que la rechazada corriente. Considera que omito el fundamento de clase rector de esos ordenamientos (OSORIO, 2018a).

Pero él mismo viola esos principios de pureza lingüística, con reiteradas menciones al capitalismo dependiente, la periferia y el subdesarrollo. Ninguno de esos términos es patrimonio del marxismo. Forman parte del vocabulario desplegado por distintas vertientes del pensamiento para describir la jerarquía imperante en la economía mundial. Ese retrato es el punto de partida de los conceptos en disputa. La interpretación marxista se distingue por su específica laboración de esas nociones y no por el uso de términos peculiares.

Los pensadores de esa tradición nunca buscaron remodelar el diccionario. Recurrieron a las denominaciones habituales de cada época para esclarecer los problemas en debate. El mismo criterio debería regir en la actualidad, para entender procesos sujetos a novedosas denominaciones (emergentes) y metáforas (Norte-Sur).

Mi indisciplina terminológica es también objeto en la caracterización de los valores internacionales altos, medios y bajos de la fuerza de trabajo. Esos conceptos pecarían de sintonía con los utilizados por organismos como la CEPAL o la ONU. Pero justamente esas categorías aluden a una noción rigurosamente marxista (valor de la fuerza de trabajo), contrapuesta a la diversidad de ingresos que describen esas instituciones.

Se cuestiona igualmente que mi esquema desconecta los salarios del proceso subyacente de acumulación y restringe el análisis a la esfera de la circulación (SOTELO, 2018). Pero nuestro planteo justamente remarca los determinantes productivos de la diversidad salarial contemporánea.

Señalamos la preeminencia de distintos valores de la fuerza de trabajo en las economías centrales, intermedias y periféricas, para conectar los promedios salariales con el lugar que ocupa cada país en la jerarquía económica mundial. Con ese modelo intentamos facilitar la comprensión del arbitraje salarial que realizan las empresas transnacionales para definir la localización de sus inversiones (KATZ, 2018a, pp. 263-289).

Mi cuestionador estima que ese razonamiento diluye las diferencias cualitativas que separan el capitalismo central del dependiente (OSORIO, 2018a). Pero es evidente que nuestro enfoque resalta exactamente lo contrario. Ilustra la concordancia de las brechas nacionales de salarios con la inserción internacional de cada país.

Lejos de atribuir la estratificación global a las divergencias de los salarios, conectamos esas remuneraciones a los procesos históricos que configuran la jerarquía mundial. Quienes interpretan que el debate en curso no guarda ninguna relación con la globalización o el neoliberalismo (SOTELO, 2018) deberían analizar con mayor atención el sentido de nuestras clasificaciones.

Ese esquema destaca que las transferencias de valor – determinantes de las brechas globales – no siguen rumbos arbitrarios. Están sujetas a corrientes de inversión guiadas por la búsqueda de ganancias surgidas de la explotación. Como esos beneficios dependen de los salarios y la productividad imperantes en actividades del mismo tipo, las inversiones se desplazan por el mundo tomando en cuenta los valores nacionales de la fuerza de trabajo.

La explotación ofrece, por lo tanto, un criterio comparativo para analizar ese proceso. Es un principio general que clarifica la dinámica actual del capitalismo. La superexplotación no provee, en cambio, un parámetro equivalente. Por su restrictivo alcance, involucra situaciones

fragmentarias por país, sector o conglomerado, que no incluyen a la mayoría de los trabajadores. En esa diferencia se fundamenta nuestra preferencia analítica por una noción de explotación inscripta en el formato clásico del marxismo.

4. La exclusividad inicial de la periferia

El segundo tema en debate es la peculiaridad de la superexplotación. Nuestra mirada postula que esa forma de opresión se ha generalizado y afecta a las franjas más vulnerables de los asalariados de todas las economías. El pago por debajo del valor de la fuerza de trabajo no distingue a las regiones avanzadas de las subdesarrolladas. En todos los países existen sectores explotados formales e informales y segmentos más vulnerables sometidos a la superexplotación. Esa fractura es muy visible en la división que separa a los asalariados estables y precarizados de todas las economías (KATZ, 2018a, pp. 263-288).

Nuestra formulación es nítida: la superexplotación persiste en la actualidad, se ha extendido a todo el planeta, involucra a una porción menor de la clase trabajadora y no constituye el elemento diferenciador del centro y la periferia.

La caracterización de Osorio es, por el contrario, muy vacilante. Intenta amalgamar tres diagnósticos incompatibles. Primero afirma que la superexplotación continúa operando como la gran divisoria de las economías desarrolladas y periféricas. Luego señala que con la globalización

esa desventura se ha extendido a la metrópolis y finalmente estima que la misma adversidad se remonta a la época de Marx.

Los tres señalamientos son obviamente contradictorios. Si la superexplotación persiste como especificidad de la periferia, no puede generalizarse al centro. Si en las últimas décadas se introdujo en los países desarrollados, no se remonta a los años de Marx. Y si ya estaba presente en el XIX, carece de especificidad contemporánea.

El crítico reafirma ante todo la primera tesis, que remarca la presencia de la superexplotación en los países subdesarrollados. Añade que esa preeminencia no es sinónimo de pauperización absoluta e interpreta que nuestro enfoque contiene esa errónea identificación (OSORIO, 2018a).

Pero no especifica dónde establecemos una semejanza que explícitamente objetamos. Justamente porque a nuestro entender la vigencia de la superexplotación en el grueso de la población laboral (del centro o la periferia) implicaría su empobrecimiento absoluto, restringimos su alcance a una minoría de los desposeídos.

Osorio coincide en cuestionar esa asociación, pero contradictoriamente acepta la vigencia de ingresos por debajo del valor de la fuerza de trabajo para el grueso de los asalariados de la periferia. No registra que esa situación amenazaría la subsistencia de los asalariados. Es lo que ocurría con los esclavos y no sucede con el proletariado.

Es cierto que los capitalistas individuales buscan exprimir al máximo los trabajadores. Pero la misma dinámica de la acumulación obstruye esa succión por encima de un límite e impone techos a la masificación de la superexplotación. Por esa razón, los salarios nunca se divorcian por completo del incremento de la productividad. Además, el propio Estado burgués protege la fuerza de trabajo de su potencial aniquilamiento. El capitalismo no podría convalidar la destrucción de su fuente de lucro. Las tendencias destructivas de la fuerza laboral afrontan contrapesos que garantizan su preservación.

El crítico resalta la especificidad de la superexplotación en la periferia, ilustrando cómo el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor impide la adquisición de los bienes requeridos para el desenvolvimiento normal de los asalariados (OSORIO, 2018a). Estima que la masa de consumos aumenta en menor medida que las necesidades de los trabajadores. Se incrementa, por ejemplo, la compra de heladeras o celulares, a costa de la salud y la educación. Por eso los afectados sobreviven en condiciones muy penosas (OSORIO, 2018b).

Pero esta acertada descripción – compartida por muchos marxistas – constituye un simple retrato de la explotación. El capitalismo – gobernado por la competencia y el beneficio – amplifica la irracionalidad del consumo. En lugar de privilegiar la adquisición de bienes esenciales, incentiva los gastos superfluos.

El desbalance en la canasta de compras no es un resultado singular de la superexplotación. Es una típica adversidad del sistema. Presentaría esa especificidad si añadiera un agobio terminal a los sufrimientos corrientes, que imposibilitara la reproducción del trabajador. La superexplotación como norma en la periferia sólo regiría en las circunstancias de pauperización total que Osorio ha descartado.

Los enredos de la extensión

En la segunda interpretación de la superexplotación, nuestro objetor considera que el fenómeno se ha extendido en las últimas décadas al centro (OSORIO, 2008c). Retoma la misma sugerencia que expuso Marini en su madurez. Pero el sentido de esa ampliación es justamente el detonante de la controversia en curso. Si se acepta el nuevo dato, la superexplotación ya no constituye un mecanismo exclusivo de las economías industrializadas de la periferia. Si, por el contrario, se rechaza ese ensanchamiento, queda inexplicada la creciente precarización laboral en los países desarrollados.

Osorio se auto-exime de afrontar ese dilema. Declara que “existen discrepancias sobre el alcance que presenta la ampliación de la superexplotación” (OSORIO, 2018c), pero no especifica quienes son los protagonistas de esas divergencias y cuál es su contenido. Con frases entrecortadas y misteriosos interrogantes elude el problema.

Podría evitar esa evasión reconociendo que la superexplotación se ha generalizado con impactos muy diferentes en cada región. Pero como esa constatación chocaría con su primer planteo de exclusividad periférica, desplaza el problema hacia diferencias en el terreno del consumo. Señala que la flaqueza de los trabajadores como clientes del mercado interno convierte a la superexplotación en un “mecanismo fundamental” del capitalismo dependiente. Esa estrechez – a su vez resultante de la sobrepoblación y del modelo exportador – determinaría la existencia de un poder de compra muy inferior al detectado en las metrópolis (OSORIO, 2018c; 2017).

Esa diferencia es ciertamente significativa y se verifica en la vigencia de normas de consumo muy divergentes. Pero las brechas en el poder adquisitivo – a las que Osorio atribuye localizaciones o magnitudes distintivas de la superexplotación – obedecen, en realidad, a los valores divergentes de la fuerza de trabajo en el centro y la periferia.

Es evidente que todo el debate sobre la remuneración de la fuerza de trabajo por debajo de su valor tiene relevancia si contribuye a esclarecer los procesos laborales contemporáneos. En este terreno, el cambio más significativo es la generalizada segmentación entre trabajadores formales e informales. La brecha que despuntaba en los años de Marini se ha convertido en el rasgo dominante del siglo XXI. Se verifica en

la bipolarización de empleos que acompaña a la revolución digital y en la creciente utilización política de la fractura laboral para introducir discriminaciones étnicas, raciales y religiosas.

Esta segmentación aceita un modelo de acumulación flexible, que requiere la simultánea reproducción de asalariados calificados y degradados. El primer grupo garantiza la continuidad de los procesos complejos de producción y el segundo, la fabricación en masa.

¿Cuál de las dos caracterizaciones en disputa facilita la interpretación de este nuevo escenario? Nuestra mirada de la superexplotación como un fenómeno generalizado y al mismo tiempo acotado permite el registro y análisis del problema. Destaca que esa reestructuración del proceso de trabajo se asienta en la vigencia de dos modalidades de explotados (formales e informales) y una de superexplotados en todo el mundo. Señala, además, que con proporciones muy distintas al centro, una misma dualización laboral se verifica en la periferia (KATZ, 2018b).

Osorio no aporta ninguna reflexión sobre el tema. Se limita a reafirmar la continuada vigencia del viejo formato de la superexplotación, junto a su expansión a otras latitudes. La gran segmentación del proceso laboral en el capitalismo del siglo XXI no tiene cabida en su esquema analítico.

¿Una categoría desde Marx?

En la tercera interpretación de la superexplotación, el crítico no circunscribe esa modalidad a la periferia, ni la extiende al centro. Ahora la retrotrae al siglo XIX. Destaca que Marx concibió el pago de la fuerza de trabajo por su valor como un supuesto provisional, para debatir con otras escuelas el origen de la ganancia. Cumplida esa misión, habría postulado que el capitalismo tiende en forma recurrente a sub-remunerar a los asalariados (OSORIO, 2018a).

Es evidente que esa interpretación socava la centralidad de la plusvalía en todo el razonamiento de *El Capital*. Ese excedente no obedece a la simple indefensión de los asalariados. Emerge de un intercambio de mercancías por su valor. Como la fuerza de trabajo genera más valor que el requerido para su reproducción, el capitalista obtiene una diferencia que convierte en ganancia. En ese principio se sostiene el funcionamiento del sistema.

Ese fundamento ha sido enunciado por incontables generaciones de marxistas para demostrar el pilar objetivo de la explotación. Bajo el látigo de la competencia, tanto los capitalistas benévolos como sus pares sanguinarios quedan sujetos a las mismas reglas. Los piadosos no pueden otorgar remuneraciones excesivas y los negreros no logran pagar sumas insignificantes. La norma de la explotación rige la conducta de los patrones, limitando los desvíos hacia arriba y hacia abajo del valor de la fuerza de trabajo.

Marx remarcó reiteradamente esa tesis básica y expuso distintas excepciones, para corroborar la generalidad de esa regla. La superexplotación constituye justamente una anomalía de ese tipo. Ha existido siempre, pero nunca como cimiento del capitalismo.

El trabajador debe cobrar habitualmente por el valor de su fuerza de trabajo. Si pudiera sustraerse a ese parámetro, erradicaría su condición del asalariado. Y si cobrara por debajo de ese nivel, no podría garantizar la continuidad de su actividad laboral.

Tradicionalmente se ha impugnado la plusvalía, afirmando que los asalariados perciben ingresos equivalentes al trabajo que realizan. El error simétrico radica en suponer que las remuneraciones no guardan relación con el mantenimiento de la fuerza laboral. En ese equívoco conceptual se basa la presentación de Marx como un teórico de la superexplotación.

Nuestro objetor reconoce que su razonamiento violenta los principios de la ley del valor (intercambio de equivalentes), que inspira todo el edificio teórico de *El Capital*. Afirma que la presencia de ese supuesto en la primera parte del texto queda anulada por transgresiones posteriores (OSORIO, 2018c).

Pero semejante divorcio convertiría al libro de Marx en un inconsistente armado de conceptos auto-desmentidos. Lo que se ha discutido intensamente es la diferencia analítica entre las

nociones expuestas en términos de valor (Tomo I) y precio (Tomo III). Esa distinción metodológica involucra sólo ciertas categorías y no supone la violación de lo expuesto inicialmente.

Si dónde se dice pago de la fuerza de trabajo por su valor hay que leer lo opuesto: ¿Por qué no extender esa misma negación a otras nociones? La plusvalía por ejemplo: ¿Es un concepto abstracto o rige en la realidad cotidiana? ¿El capitalismo expropia el trabajo ajeno o vulnera ese principio?

La obra de Marx está asentada en la coherencia y no en la auto-refutación. La plusvalía se plasma en la ganancia sin negar su condición previa y lo mismo ocurre con el dinero transformado en capital. Esa lógica se extiende al salario, que expresa el valor de la fuerza de trabajo y no su negación. En cada país y circunstancia se modifica esa cuantía, sin ningún divorcio de su fundamento.

Nuestro crítico expone varias citas de Marx para destacar la preeminencia de las sub-remuneraciones a los asalariados (OSORIO, 2018c). Se podría responder con toda la biblioteca de referencias opuestas que domina a *El Capital*. Pero el viejo recurso de invocar la autoridad del maestro no esclarece nada. En última instancia, el propio Marx podría estar equivocado o desactualizado. Lo importante es la coherencia y la consistencia empírica de un razonamiento.

La presentación del pensador alemán como un teórico de la superexplotación es tan forzada, que su propio vocero relativiza ese retrato.

Afirma que en *El Capital* hay una tensión permanente entre el cumplimiento y la transgresión de la remuneración de la fuerza de trabajo por su valor (ídem). Pero en ese caso no regiría ninguna norma, sino violaciones sucesivas que imposibilitarían el funcionamiento del sistema.

Al extender la superexplotación al origen del capitalismo, Osorio anula su primera interpretación de esa categoría como sustento del capitalismo dependiente. Pero no registra que si esa modalidad debutó en el centro, habría que interpretar su llegada a la periferia como una especie de super-superexplotación. Y siguiendo esa misma lógica, el episodio más reciente de extensión al centro implicaría un tercer aditamento del concepto inicial.

En esos enredos desembocan los razonamientos forzados. Para evitar esa madeja, conviene recurrir a un diagnóstico sencillo: el capitalismo enlaza a todos los países con formas preeminentes de explotación y modalidades sólo accesorias de superexplotación.

5. Otro concepto, otro debate

El segundo objetor ha denunciado desde el inicio del debate migrave capitulación ante los opresores. Considera que el replanteo de la superexplotación diluye las formas más brutales del capitalismo y embellece su funcionamiento (SOTELO, 2017).

Hemos señalado que la simple equiparación de la superexplotación con el salvajismo fabril distorsiona una controversia centrada en el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor. En lugar de evaluar esa remuneración, se dilucidan formas contemporáneas de despotismo laboral (KATZ, 2018b).

En su nuevo escrito, el crítico rechaza en forma categórica la caracterización de la superexplotación centrada en el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor. Señala que ese concepto incluye un elemento de expropiación de ese valor, sin explicar qué modificación introduce con ese agregado o cuál es el cambio de interpretación que propone (SOTELO, 2018).

En el texto parecería enfatizar el creciente agobio imperante en la actividad productiva, pero con enigmáticas reformulaciones. Por ese camino oscurece el sentido de la polémica. En ese intercambio de ideas se intenta discernir cuál es la actualidad, alcance o localización de la sub-remuneración de los asalariados. Nuestro replanteo generaliza esa extensión y al mismo tiempo acota su dimensión dentro de cada país, remarcando las diferencias que mantiene con los sectores asalariados formales e informales. En esa redefinición se basa nuestra continuada distinción entre explotados y superexplotados.

Sotelo no aporta ningún argumento contra esta mirada. Su énfasis en la expropiación – en lugar

de la sub-remuneración – sólo agrega una cuota adicional de confusión.

En su respuesta inicial también fue muy vago frente al conflictivo dilema de la extensión de la superexplotación al centro. Afirmó que esa modalidad era “constituyente” en la periferia y “operativa” en el centro (SOTELO, 2017). Nosotros señalamos que esa caracterización sólo describía trayectorias (surgió en el primer segmento e irrumpió en el segundo), sin definir tendencias o peculiaridades de las remuneraciones percibidas por los trabajadores (KATZ, 2018 b).

En su nuevo artículo reitera los mismos conceptos, pero profundizando la conexión de los dos términos que introdujo con la intensidad de la explotación (SOTELO, 2018). Los tormentos laborales “constitutivos” – que el capitalismo ensayó en la periferia – se habrían extendido en forma “operativa” a las economías centrales. Con esa fórmula retrata la ampliación de la precarización laboral a todos los rincones de la tierra. Esa descripción es acertada, pero no aporta ninguna luz al debate de la superexplotación.

En su ofuscado escrito termina polemizando con un fantasma. Señala exactamente lo que postulamos desde el inicio: la superexplotación se generaliza al centro y persiste en la periferia. En la mejor tradición talmúdica, los chispazos verbales impiden entender lo que se discute.

6. ¿Irrelevancia de la renta?

El tercer plano del debate transita por clarificar la utilidad de la teoría marxista de la dependencia en la actualidad. Osorio aborda ese interrogante con otra descarga de municiones. Considera que nuestro enfoque necesita el auxilio de otras concepciones para mantenerse en pie. Compensaríamos la ausencia de explicaciones propias con el auxilio de interpretaciones hostiles al legado de Marini.

Esa mimetización no sólo incluiría la adopción del enfoque de Iñigo Carrera sobre la adversa trayectoria de la renta agraria. También contendría la ingenua expectativa de incorporarlo a la teoría marxista de la dependencia (OSORIO, 2018a).

Lo más asombroso de ese reproche es la sorprendente incapacidad de lectura del crítico. Nuestros textos no sólo excluyen la reivindicación del autor mencionado, sino que explicitan contundentes objeciones a sus razonamientos. Osorio me atribuye opiniones que sólo describo para subrayar de inmediato sus defectos.

Destaco que si Argentina capta una renta agraria (generada en el exterior) y facilita su posterior salida del país (a través de mecanismos financieros), el resultado final será el agravamiento de la dependencia. Este argumento apunta a subrayar una contradicción interna de Iñigo Carrera. Lejos de buscar su silenciosa cooptación, señalo el

contrasentido de su planteo. Osorio no ha registrado este elemental recurso polémico.

Tampoco nota que la principal divergencia con el autor mencionado se ubica en el terreno político. En los capítulos que antecedieron al debate sobre la renta, cuestioné la desconsideración de ese pensador hacia el antiimperialismo y destaque los problemas del internacionalismo abstracto (KATZ, 2018a, pp. 196-216.).

En lugar de observar este cúmulo de objeciones, Osorio dispara a diestra y siniestra. Esa ceguera le impide percibir sus propios puntos de afinidad con el defenestrado autor. Ambos comparten la misma valoración de la superexplotación como concepto rector. Esta similitud ilustra hasta qué punto esa categoría no encarna una divisoria de aguas en la interpretación del escenario contemporáneo.

Tampoco la valoración de la renta define ese tipo de posicionamiento. Pero es importante reconocer la gravitación contemporánea de esa categoría para superar una desatención del pasado. Ese señalamiento no implica “sobredimensionar el papel de la renta en el subdesarrollo” (OSORIO, 2018a). Al contrario, lo peligroso es despreciar la estratégica incidencia de ese excedente, suponiendo que la depreciación relativa de los bienes primarios acota significativamente su incidencia (OSORIO, 2018b).

Durante la última década, el superciclo de las materias primas indicó que el comportamiento

de esas cotizaciones es mucho más complejo. Está sujeto a una dinámica fluctuante, determinada por razones que exploramos en nuestro libro (KATZ, 2018a, pp. 348-350). Por otra parte, la renta no es una peculiaridad de Argentina, que sólo interesa a los intelectuales del Cono Sur (OSORIO, 2018a). Su malgasto es determinante del subdesarrollo y del extractivismo exportador que afecta a toda la región.

Cómo evaluar una concepción

El riguroso custodio del acervo dependientista también objeta nuestra mirada de esa concepción como un enfoque o paradigma. Resalta, con indignación, que esa teoría esclarece las leyes del capitalismo dependiente. Por eso rechaza nuestro señalamiento de los cuestionamientos que expuso Cueva, a la búsqueda de una legalidad específica de esas formaciones (OSORIO, 2018b).

Pero en ningún lado justifica el status metodológico que reivindica. Dirimir si la superexplotación o el ciclo dependiente constituyen leyes equivalentes al valor, la acumulación o la plusvalía exigiría transitar por intrincadas reflexiones. ¿Los rasgos peculiares de las economías subdesarrolladas detentan el mismo estatuto legal que las reglas generales del sistema capitalista?

La respuesta involucra controversias epistemológicas de gran porte. Pero esas consideraciones seguramente excluirían a otras categorías introducidas por el crítico, como “los estados

sub-soberanos” o “los patrones de reproducción volcados al exterior” (ídem). Esos procesos carecen de la universalidad requerida para integrar el paquete de leyes del capitalismo. Cueva justamente alertaba contra ese tipo de sobredimensionamientos, emparentados con la búsqueda de forzadas singularidades latinoamericanas.

Pero el enfado de Osorio no obedece a resquemores filosóficos, sino a nuestro rescate de una figura que mantuvo fuertes divergencias con Marini. La fanática fidelidad a su maestro le impide evaluar esas diferencias con alguna serenidad retrospectiva. El economista brasileño confrontó seriamente con el sociólogo ecuatoriano en torno a la Unidad Popular chilena. Defendió acertadamente los planteos del MIR frente a la estrategia del Partido Comunista que apoyaba su adversario.

Posteriormente ambos pensadores convergieron en una polémica común con los intelectuales pos-marxistas encandilados por la socialdemocracia. Ese empalme acompañó la reconsideración (también compartida) de varios problemas de la dependencia. A partir de esa convergencia, los dos autores aproximaron sus opiniones sobre el antiimperialismo y el socialismo.

Ese encuentro político en la madurez de ambos pensadores es mucho más relevante que el registro de las desinteligencias epistemológicas previas. Resulta indispensable comprender esa primacía para mantener la brújula del análisis.

Si se ensaya por ejemplo un juicio de la relación entre Lenin y Trotsky, corresponde priorizar sus posturas frente a la revolución rusa. Las discordancias metodológicas anteriores en torno a la lógica del desarrollo desigual y la dinámica del desarrollo desigual y combinado son obviamente secundarias.

El apego excluyente de Osorio a Marini se inspira en la cerrada defensa de una sola tradición valedera del dependentismo. Con esa óptica pretende excluir nuestro enfoque de ese privilegiado círculo (OSORIO, 2018a). Pero el viejo procedimiento de aceptar o proscribir integrantes de una vertiente del marxismo ya pasó de moda. Es mucho más sensato reconocer la existencia de distintas corrientes al interior de una misma escuela de pensamiento.

El enriquecimiento del dependentismo exige superar la presentación de Marini como el fundador de un enfoque excluyente y divorciado de los otros marxistas que estudiaron el subdesarrollo (SOTELO, 2018). Con ese tipo de corte se quiebran las continuidades y se desconocen las convergencias. Al final de tantas cirugías, la ponderada concepción queda inutilizada como instrumento de comprensión del capitalismo contemporáneo.

7. La despolitización marea

En nuestra respuesta inicial, señalamos por qué razón el concepto de superexplotación era políticamente relevante en los años 1960-1970. Marini criticaba la estrategia de alianzas con las clases dominantes locales (que propiciaban los sectores conservadores de la izquierda) y desplegaba incansables críticas contra las burguesías nacionales. Por eso señalaba cómo esos sectores compensaban sus desventajas internacionales con mayor despojo de los asalariados. Apuntaba todos sus dardos a cuestionar cualquier convergencia en un frente común contra la derecha y el imperialismo.

Ese estrecho nexo entre super-explotación y política revolucionaria quedó posteriormente diluido. Por un lado, la ampliación del concepto a las metrópolis disolvió su exclusiva identificación con las burguesías latinoamericanas. Por otra parte, el carácter regresivo de ese segmento quedó transparentado. En la actualidad, la noción de superexplotación no mantiene ninguna conexión con algún problema significativo de la estrategia anticapitalista (KATZ, 2018b).

Estas caracterizaciones sobre el contexto del debate no han motivado ningún comentario de los críticos. No aceptan ni rechazan una evaluación que restringe la significación política de la superexplotación a circunstancias ya extinguidas. Se enfatiza por lo tanto la defensa del concepto, sin ninguna preocupación por su relevancia

política práctica. Esta actitud retrata una afinidad puramente académica hacia esa noción.

Sólo las implicancias neo-desarrollistas de mi planteo son aludidas como un efecto preocupante. Pero tampoco aquí se ofrece alguna pista de las consecuencias políticas de adscripción. ¿Frente a qué problema de la última década se verificó esa conexión? ¿En la evaluación del ciclo progresista? ¿En las posturas ante los gobiernos de Lula o Kirchner?

Los críticos tampoco aclaran cuáles serían los efectos del objetado pro-desarrollismo en algún debate de la izquierda contemporánea. ¿Incide por ejemplo en la actitud frente al chavismo, la revolución cubana o el ALBA? Ninguno de esos interrogantes suscita respuestas.

En el mismo terreno, el segundo fiscal es más categórico. Sugiere que mi enfoque contiene una sucesión de flaquezas, estrechamente conectadas a la indefinición del sujeto proletario en los procesos de emancipación (SOTELO, 2018). Pero tampoco conecta esas acusaciones con algún acontecimiento político. Supone que las discusiones sobre la clase obrera transitan por el mismo andarivel que la evaluación de la plusvalía o la tasa de ganancia. Flota en una nube de abstracciones que sorprendería a los maestros del dependentismo.

En un libro anterior hemos analizado, en forma concreta, el rol jugado por distintos sectores populares en las rebeliones de Ecuador, Argentina,

Venezuela y Bolivia (KATZ, 2008, pp. 19-38). Nuestro polemista podría, por ejemplo, exponer cómo se reflejan mis desaprensiones hacia el proletariado en la caracterización de esos acontecimientos. También podría realizar ese mismo ejercicio con otros escritos. De esa forma lograría corroborar cómo se manifiesta mi conducta política en algún ámbito terrenal. Pero esa aproximación a la realidad desborda su horizonte.

Por esa actitud, ni siquiera ha registrado nuestra convergencia de posturas frente a la decisiva batalla actual de Venezuela (SOTELO, 2019; KATZ, 2019). Ese empalme debería inducirlo a percibir el artificial sobredimensionamiento del debate.

Esa despolitización de la discusión sobre la dependencia disuelve el potencial revulsivo de esa concepción. La fortaleza, prestigio e influencia de esa teoría emergió junto al compromiso militante que asumieron sus partidarios. Esa conducta los indujo a relacionar los interrogantes teóricos con los dilemas políticos de su época. En lugar de continuar esa trayectoria, mis críticos se embarcan en una sucesión de controversias sin norte. De esa forma transforman la teoría de la dependencia en una religión y su defensa en un acto de fe.

El propio debate actual profundizará ese perfil, si persiste como un copioso intercambio de críticas, contra-críticas, ultra-críticas y súper-críticas. El primer fiscal ha implementado una obsesiva difusión de tres versiones de una

misma respuesta en tiempo récord. Esa actitud es más afín al narcisismo de las pequeñas diferencias que a una reelaboración seria de la concepción en juego. Para evitar nuestra conversión en sacerdotes, conviene abrir un paréntesis en la discusión, a fin de elevar su nivel y madurar su sentido.

Referencias bibliográficas

KATZ, Claudio. *Las disyuntivas de la izquierda en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2008.

_____. *Neoliberalismo, Neodesarrollismo, Socialismo*. Buenos Aires: Batalla de Ideas Ediciones, 2015.

_____. “Aciertos y problemas del concepto de superexplotación” En: *La teoría de la dependencia, 50 años después*. Buenos Aires: Batalla de Ideas Ediciones, 2018a.

_____. “Controversias sobre la superexplotación”. En: *La Haine*, www.lahaine.org/katz, 05/03/2018b.

_____. “Venezuela define el futuro de toda la región”. En: *Rebelión*, <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=252252, 07/02/2019>.

OSORIO, Jaime. “Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación. Una propuesta de desarme teórico para avanzar”. En: *Marxismo y Revolución*, [marxismo y revolucion. org/?p=713, 17/09/2017](http://marxismo.y.revolucion.org/?p=713, 17/09/2017).

_____. “Los avatares de una nueva interpretación sobre el subdesarrollo y la dependencia. Notas críticas a la propuesta de Claudio Katz”, *Herramienta Web*, n. 24, <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=2942, diciembre 2018a>.

_____. “¿Renovación de la Teoría marxista de la dependencia o esbozo de una nueva teoría?”. En: *Rebelión*, <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=244281, 18/07/2018b>.

_____. “Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente. Respuesta a Claudio Katz”. En: *Rebelión*, <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=244034, 12/07/2018c>.

SOTELO VALENCIA, Adrián. “¿Una teoría de la dependencia sin superexplotación? Mejor una teoría de la dependencia con superexplotación revisitada y actualizada”. En: *La Haine*, <https://www.lahaine.org/mundo.php/critica-a-la-critica-de, 19/12/2017>.

_____. “Los caminos de su disolución. ... Insistiendo en una Teoría de la Dependencia sin superexplotación”. En: *La Haine*, <https://www.lahaine.org/mundo.php, 04/04/2018>.

_____. “El presidente bufo Guaidós, las Fake News y el fracaso de Washington”. En: *Rebelión*, <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=253150, 2019>.

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE
GILBERTO DE SOUZA MARQUES
WENDELL DA COSTA MAGALHÃES

*PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL COMO PARTE DE
UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA MARXISTA:
CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA DE MEDIAÇÃO ANALÍTICA*

Recebido em 10/2018

Aprovado em 03/2019

PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL COMO PARTE DE UMA PROPOSTA TEÓRICO- METODOLÓGICA MARXISTA: CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA DE MEDIAÇÃO ANALÍTICA

Resumo

Este trabalho busca pautar as principais concepções e os elementos teórico-conceituais necessários para o desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital*, com o intuito de tratar esta categoria enquanto mediação necessária para o estudo de fenômenos que são produtos da conformação da lei do valor do capitalismo, em períodos históricos específicos e espaços determinados. Neste sentido, o objetivo maior subjacente a este trabalho é ajudar na conformação de uma proposta teórico-metodológica essencialmente marxista e que consiga dar conta da complexidade própria dos novos fenômenos do capitalismo contemporâneo que estão a despontar em diferentes contextos e espaços, contribuindo na consolidação teórico-metodológica da categoria *padrão de reprodução do capital*, a partir da aplicação do método materialista histórico e dialético na análise da lei do valor e da utilização da Teoria Marxista da Dependência.

Palavras-chave: padrão de reprodução do capital; lei do valor; método dialético; Teoria Marxista da Dependência.

Abstract

This work seeks to guide the main conceptions and theoretical-conceptual elements necessary for the development of the category *standard of reproduction of capital*, with the objective of making this category the

JOSÉ RAIMUNDO
BARRETO TRINDADE
GILBERTO DE SOUZA
MARQUES
WENDELL DA COSTA
MAGALHÃES

necessary mediation for the study of phenomena that are products of the conformation of the law of value of capitalism, as Karl Marx developed it, in specific historical periods and determined spaces. In this sense, the main objective underlying this work is to help in the conformation of a theoretically methodological proposal that is essentially Marxist and capable of explaining the complexity of the new phenomena of contemporary capitalism emerging in different contexts and spaces. From the application of the historical and dialectical materialist method in the analysis of the law of value, we use the Marxist Dependency Theory to suggest a path that contributes to this enterprise.

Keywords: Standard of reproduction of capital; law of value; dialectical method; Marxist Dependency Theory.

I. Introdução

No pós-Segunda Guerra Mundial, a ampla maioria dos países do mundo encontrava-se numa condição de subdesenvolvimento, porém a teoria do desenvolvimento caracterizava o subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento e apontava um conjunto de condições a ser seguido pelas nações subdesenvolvidas para superar o atraso e alcançar a Europa e os EUA, estabelecendo uma pretensa convergência de renda para distintas economias e sociedades. Por sua vez, a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) entendia que o subdesenvolvimento era resultado principalmente da deterioração dos termos de troca no mercado mundial, com os países da periferia vendendo produtos primários a baixo valor agregado e comprando mercadorias industrializadas de elevado valor agregado. A solução proposta pela CEPAL foi a industrialização do subcontinente latino-americano, destinando papel destacado ao Estado e às políticas (nacional) desenvolvimentistas.

Alguns países da região conseguiram avanços expressivos em sua industrialização, mas as contradições permaneciam. Então quais as suas razões? No decorrer dos anos 1960 (e com mais visibilidade na década seguinte) foi se constituindo um conjunto de reflexões, particularmente na América Latina, mas não apenas nela, que buscaram responder as inquietações levantadas. Surge, assim, a teoria da dependência, “um

esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (DOS SANTOS, 2015, p. 26).

Neste campo de análise destacaram-se autores de origem marxista: Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, entre outros, aos quais se somam as contribuições de André Gunder Frank. Assim, conclui-se que a dependência é, antes de tudo, uma situação na qual “alguns países (os dominantes) podem se expandir e autoimpulsionar, enquanto os outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato” (DOS SANTOS, 1970, p. 45), dependência gerando mais dependência (MARINI, 2011, p. 135).

Algumas categorias destacaram-se e deram consistência teórica ao que passou a ser conhecida como Teoria Marxista da Dependência (TMD), destacadamente as da superexploração do trabalho e do subimperialismo – elaboradas por Marini. Também cabe a este autor a análise do ciclo do capital na economia dependente, base de sustentação de outro estudo: o padrão de reprodução de capital, desenvolvido mais detalhadamente por Jaime Osorio.

Assim, padrão de reprodução do capital, tendo como centro a teoria do valor de Marx e o movimento do valor-capital, configura-se como uma abordagem teórico-metodológica que busca mediações analíticas entre categorias conceituais gerais e abstratas (modo de produção capitalista e sistema mundial) e estudos concretos (formação econômico-social e conjuntura), entre a economia mundial capitalista e as características específicas de determinadas formações sociais. Dessa forma, alimenta-se dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios (OSORIO, 2012, p. 41).

Este artigo trata da categoria *padrão de reprodução do capital*, considerada enquanto uma mediação ontológica essencialmente marxista, desprovida de influências de concepções de outras escolas de pensamento que, tal como Marini ([1973] 2011a, p. 132) alertou, fazem com que se recaia no ecletismo, na falta de rigor conceitual e metodológico e num “pretensão enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação”.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é pautar as principais concepções e elementos teórico-conceituais necessários à compreensão e desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital* com base em Marx e autores marxistas, com o intuito de fazer desta categoria a mediação necessária à análise de fenômenos resultantes

da conformação da lei do valor do capitalismo, em contextos históricos e espaciais específicos. Assim, busca-se contribuir na conformação de uma proposta teórico-metodológica que consolide a categoria padrão de reprodução do capital enquanto mediação analítica necessária à interpretação marxista dos complexos fenômenos do capitalismo contemporâneo.

Para isso, além desta introdução e das considerações finais, o trabalho desenvolve-se em cinco seções. A seção que se segue trata do método materialista e dialético, da sua importância e da construção das mediações analíticas. Logo depois, abordamos os movimentos de circulação do capital e as condições de sua reprodução sistêmica. A quarta seção analisa as leis de movimento do capital e sua interatividade com os elementos constituintes espaciais e temporais da categoria padrão de reprodução do capital. A quinta seção estabelece propriamente a problematização e o significado de padrão de reprodução do capital.

2. Sobre o método em Marx e a construção das mediações analíticas

O método dialético estabelece-se como interação entre fenômenos cuja essencialidade está condicionada pela totalidade social, ou seja, segundo Mészáros (1988, p. 381), “um complexo geral estruturado e historicamente determinado”. Da mesma forma, Saad Filho (2011, p. 21), partindo do filósofo soviético Ilyenkov (1924-1979), trata

as relações capitalistas enquanto um “sistema orgânico de partes ou fenômenos mutuamente condicionantes”, de tal forma que “para reconstruir o concreto no pensamento, a análise precisa refletir a estrutura desse concreto”. Portanto, a totalidade tem que dar conta das diversas mediações que a comporta, ou em termos do referido Mészáros (1988, p. 381), a totalidade existe através de “mediações e transições múltiplas” que “variavam constantemente e se modificam”.

Vale relevar que Marx não está preocupado em construir bases categoriais enquanto conceitos abstratos, próprios do pensamento econômico burguês (DUSSEL, 2012; GERMER, 2007; NETTO, 2011). Teoria e método, em Marx, são indissociáveis, sendo que totalidade, contradição e mediação constituem elementos simbióticos do concreto-pensado, ou seja, a realidade enquanto totalidade é “um todo estruturado que se desenvolve e se cria” (KOSIK, 1976, p. 41). A relação entre totalidade e mediação se estabelece enquanto processos interativos, de tal forma que a totalidade capitalista enquanto sistema orgânico requer “sistemas de mediações (internas e externas) que articulam [...] a totalidade concreta que é a sociedade burguesa”, de outro modo, o sistema capitalista tem que ser racionalizado enquanto a “unidade do diverso” (NETTO, 2011, p. 57).

A partir destes elementos, devemos nos indagar como então identificar a essência que compõe as

totalidades parciais e os fatores lógicos, históricos e espaciais que governam a estrutura interna das dinâmicas sociais capitalistas. Para Saad Filho (2011, p.22), três componentes identificadores da “essência” das mediações econômicas devem ser buscados: primeiramente, sua integração lógica à totalidade do sistema; segundo, sua forma de expressão encontra-se nas particularidades da sua manifestação concreta e não em fatores “teóricos ou ideais”; por último, porém de maior significado, esta “essência particular, enquanto forma mediação, resulta da especificidade histórica de cada realidade”. Isso, conforme o autor, não implica que a essência é sempre um ente separado, que se encontra atrás ou sob os fenômenos, mas nos diz, pelo contrário, que a essência geralmente existe apenas nos fenômenos e através deles, não sendo estes somente a manifestação daquela, mas, sobretudo, a forma pela qual a essência existe¹.

O modo de existência da essência dos fenômenos na sociedade burguesa, por exemplo, manifesta-se tal como uma variedade fenomênica, de tal forma que, como expressa Osorio (2012, p.38), o “capital se apresenta como muitos capitais; o trabalho, como muitos trabalhadores; o valor se apresenta como preços; a mais-valia, como lucro”, sendo que esta variedade manifesta-se inclusive nas relações espaciais do capital, onde a economia mundial apresenta-se como uma totalidade integrada das diferentes formações econômicas e sociais nacionais.

Com base nestas considerações, podemos resumir os procedimentos necessários para a análise dialética materialista da construção das mediações fenomênicas, tal como faz Saad Filho (2011), da seguinte forma: primeiramente, partir do ponto que os fenômenos ou as particularidades que constituem a realidade concreta são condicionados por essências comuns que se manifestam e existem a partir deles. Segundo, que a relação verificada entre essência e fenômeno integra uma série de mediações como estruturas sociais, leis, tendências, contratendências, eventos contingentes, constituindo diferentes níveis de complexidade. Terceiro, a compreensão da realidade concreta deve partir da essência e identificar as mediações que fazem com que cada parte tenha relação com o todo. Esta forma de proceder aponta para a necessidade de estudos históricos que desvendem as estruturas e contradições da realidade concreta no lugar de se fixar em estruturas puramente conceituais. Como diz Saad, “Esse procedimento permite a reprodução da realidade enquanto expressão mental da articulação real dos fenômenos.” (SAAD FILHO, 2011, p. 27).

¹ Neste sentido, o método dialético materialista confronta-se com as abordagens metafísicas, incluindo a lógica formal, que se estruturam em torno de generalizações mentais. Por serem tautológicas, externas aos objetos e por suas propriedades comuns poderem possuir níveis de complexidade diferentes, não tendo relação direta com o concreto, tais generalizações mentais não têm validade geral. Por isso, a dialética materialista, no lugar delas, recomenda a análise baseada em abstrações concretas ou reais. Ver Saad Filho (2011, pp. 20-23).

Para isso, vê-se necessidade de uma categoria de mediação como a de *padrão de reprodução do capital*, que permita enfrentar o problema de se integrar à análise da valorização do capital com as formas materiais que este assume ao encarnar-se em determinados valores de uso ou, como a melhor percepção gnosiológica para o termo, a interação mediana entre diferentes formações econômicas nacionais enquanto variedades de padrões de reprodução do capital em sua lógica sistêmica e de totalidade, integrando a análise teórica à análise histórico-concreta, sendo fiel aos procedimentos acima expostos. Nos termos de Osorio (2012, pp. 40-41), a “noção de padrão de reprodução de capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados”, considerando ainda “as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação”².

A proposta de Osorio (*ibidem*), portanto, ao procurar dar fundamentação teórica à noção de *padrão de reprodução do capital* e oferecer um caminho possível para sua análise – assumindo que no seio da teoria marxista existe uma dimensão teórica não preenchida que essa noção permite enfrentar –, vem a cumprir com esse trabalho de mediação que as indicações de Netto (2011) e Saad Filho (2011), logo acima, sugerem fazer. Neste sentido, a partir do pressuposto metodológico e epistemológico marxista da totalidade, Osorio (2012) detecta uma atividade unificadora

presente na vida em sociedade: a lógica do capital. Esta, segundo o autor, é a que confere sentido aos múltiplos processos que aparecem, a primeira vista, de maneira dispersa, desconectados.

O resgate epistemológico da totalidade e a colaboração no trabalho de mediação das relações que aí se estabelecem internamente, confrontando totalidades constitutivas diversas não só umas às outras, mas à totalidade maior que as inclui – que é a sociedade burguesa –, justificam, por sua vez, o trabalho e o desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital*, para sua melhor aplicação à análise da realidade concreta, determinada, em última instância, pela lei do valor que comanda a produção, acumulação e reprodução do capital.

A categoria capital enquanto totalidade estabelece-se em Marx ([1867] 2013) como uma relação social, sendo a relação capital a de apropriação do mais-valor, fundada em relações contratuais entre o capitalista (comprador da mercadoria força de trabalho) e o trabalhador (vendedor da mercadoria força de trabalho). Entre eles trava-se uma troca de equivalentes no processo de circulação de mercadorias: a força de trabalho,

² Ao discutir superexploração e subimperialismo, Marini já havia destacado a necessidade de mediações. “A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis vão se especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida” (MARINI, 2011, p. 184).

mercadoria que é a única propriedade do trabalhador, é comprada pelo capitalista, que oferece em troca a forma monetária salário, o preço da mercadoria força de trabalho. Em Marx, portanto, a forma social capital está muito bem situada historicamente, sua extensão a outros contextos só se faz violando seu método, recorrendo a generalizações mentais.

Estabelecida a definição de capital, surge a implicação da perspectiva do capital como totalidade, que nos é interessante pelo fato da categoria *padrão de reprodução do capital* visar preencher a lacuna teórica de mediação para o trato da totalidade do sistema e sua contínua reprodução. Assim, Saad nos diz que “Como uma totalidade engajada em sua autoexpansão através do emprego de trabalho assalariado, o capital é primordialmente capital em geral” (SAAD FILHO, 2011, p. 68). Esse capital em geral é representado, em sua essência, pelo circuito do capital industrial ($D - M - D'$), posto que este explicita a valorização do capital por meio da produção de mercadorias que supõe o trabalho assalariado. A mais-valia, que constitui a diferença entre D e D' , é a base do lucro em todas as suas formas (industrial, comercial, juros, rendas, aluguéis etc.). Esse lucro, no entanto, advém somente do trabalho excedente executado na produção, por mais que o capital se mova e se alterne em diferentes formas nas fases da circulação. E mais, esse lucro não é a única coisa produzida pelo capital, pois, ao final do circuito, o que se tem é a reprodução ampliada

do capital, a renovação da separação entre capitalistas e trabalhadores assalariados, fazendo da acumulação de capital a responsável pela multiplicação do proletariado.

São por esses aspectos que o estudo e o desenvolvimento da categoria padrão de reprodução do capital supõem, necessariamente, o estudo do ciclo e da acumulação de capital, desenvolvido em Marx, mas adaptado para a realidade latino-americana por Ruy Mauro Marini através de trabalhos como *Dialética da Dependência* (1973), *O ciclo do capital na economia dependente* (1979) e *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979).

3. A circulação do capital e as condições espaciais e temporais da sua reprodução ampliada

A espacialidade e temporalidade do capital são condições da sua própria corporeidade (DUSSEL, 2012; JAMESON, 2013; HARVEY, 2013), sendo que a análise desenvolvida por Marx ([1885] 2014) no Livro II de *O Capital* tem várias implicações para o tratamento de categorias de mediação da totalidade capitalista. Como bem notou Dussel (2012, p. 241), a análise do ciclo do capital, em seus movimentos circulatórios, tem grande implicação para o tratamento da “questão da dependência”, pois a interação espacial e histórica do sistema capitalista define-se enquanto uma totalidade que requer circuitos de reprodução

integrados, porém desigualmente desenvolvidos e diferentemente articulados.

Atente-se que o processo de acumulação de capital e sua lei geral, tal qual Marx desenvolve na parte sétima de *O Capital*, vislumbramos funcionamento do capitalismo como um organismo que necessita reproduzir-se e ampliar-se constantemente com base na exploração do trabalho, o que se relaciona dialeticamente com a categoria *padrão de reprodução do capital*, haja vista a perspectiva da totalidade que contempla a necessidade da ininterrupta produção e reprodução do capital e o capitalismo como sistema calcado na exploração do trabalhador e, por isso, nos conflitos de classes.

Para ilustrar esta percepção, podemos recorrer à observação de Marx ([1885] 2014, pp. 669-670) de que nenhuma sociedade “pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução”, sendo que a reprodução social no modo de produção capitalista “é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital”, o que condiciona e tensiona toda a formação social, estabelecendo a imposição das estratégias econômicas do capital sobre o conjunto dos demais fatores de convivência e existência social.

Convém observar que a reprodução do capital sempre estabelece uma dupla lógica, a qual

Marx (*ibidem*) denominou de reprodução simples e reprodução ampliada. Estas duas formas de reprodução não podem ser vistas enquanto modos operacionais distintos, sendo mais complementares e orgânicas. A forma simples implica conversão permanente de valores em rendas, as quais definem parte dos movimentos dos ciclos do capital (monetário, produtivo e mercantil), porém não garante a expansão continuada necessária ao capital. Somente a reprodução ampliada estabelece-se enquanto valores que se convertem em capital e define que os ciclos sejam autoexpansivos³.

Assim a reprodução do capital transforma-se na própria dinâmica de reprodução social, o que implica a reprodução dos capitalistas e trabalhadores como classes opostas que se confrontam no sistema capitalista, sendo os primeiros apropriadores dos produtos do trabalho dos últimos. Como bem estabelece Marx (*ibidem*, p. 680), “o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim,

³ Foley (1986, pp. 41-42) trata das formas atuais de interação entre capital, Estado e trabalho, observando que a reprodução do capital se transforma na própria dinâmica de reprodução social. Vale observar que, a depender do momento histórico do capitalismo, esta interatividade entre capital, Estado e trabalho altera-se, sendo que aqui funcionam tanto os condicionantes cíclicos da acumulação, quanto os movimentos de resistência social e luta de classes. Assim, sob a atual ordem neoliberal, o peso do capitalismo rentista retira o Estado das ações de reprodução social do trabalhador (previdência social, regulação salarial, educacional, saúde pública...), constituindo uma interatividade diferente daquela que regeu o chamado “*welfare state*” em parcela das economias centrais.

as condições de exploração do trabalhador”, ou seja, a “produção capitalista [...] produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista, e do outro, o assalariado.” (*ibidem*, p. 681).

Mas para a aplicação da mais-valia como capital com rumo à sua acumulação e reprodução em escala ampliada, Marx (*ibidem*, p. 686) volta-se para a materialidade desse processo e aponta para a condição de que o capitalista tem que adiantar capital na forma monetária para aquisição de “mercadorias que o capacitam a recomençar a fabricação de seu artigo, e, desta vez, em escala ampliada. Mas, para comprar essas mercadorias, tem de encontrá-las no mercado”.

Deve-se ressaltar que a circulação mercantil não acresce valor à riqueza social, sendo na verdade parte dos gastos sociais improdutivos, sendo que o “uso a que se pode prestar a produção do ano depende, portanto, de sua própria composição, e nunca da circulação” (MARX, [1885] 2014, pp. 686-687). Porém, a diversidade mercantil nas diferentes sociedades do capital é fundamental, determinando as próprias condições futuras de expansão a depender da variedade e grau de complementação entre os circuitos mercantis. Assim, produzir minério de ferro ou produzir computadores não constitui somente escalas e formas de produção distintas, inclui também as gradações futuras de expansão da acumulação e condições próprias de reprodução social.

As condições para reprodução social do capital colocam-se em termos temporais sob a dupla condição de primeiro garantir os “valores de uso, que servirão para substituir os elementos materiais do capital, consumidos no curso do ano” e, na sequência, garantir que “o produto excedente líquido em que se concretiza a mais-valia” seja transformada em capital. Entretanto, essa sequência lógica também tem que ser satisfeita sob o ponto de vista histórico ou material, pois a “mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital” (*ibidem*, pp. 686-687).

O mecanismo da reprodução ampliada completa-se com a presença de um estoque de força de trabalho excedente, algo possibilitado pela dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, definida como uma “lei geral da acumulação”, ou seja, conforme o capital amplia-se, passa a requerer maior soma de trabalho que o comande. Não podendo aumentar intensiva ou extensivamente a jornada de trabalho, terá de empregar maior número de trabalhadores, o que o modo capitalista de produção encarrega-se de fornecer através da multiplicação da força de trabalho nessa sociedade por meio da relação assalariada, que não só reproduz o trabalhador, mas sua família e, conseqüentemente, seus filhos, que o substituirão no futuro. Desta forma, todo ano chegam hordas de trabalhadores em idade de serem empregados na produção capitalista e que atendem

a necessidade por trabalho que cria a acumulação de capital.

Ao longo da seção 4 do capítulo XXII d'*O Capital*⁴, estabelece-se de forma mais objetiva a interação temporal necessária à reprodução ampliada do capital, de tal forma que, primeiramente, estabelece-se que o montante da acumulação deriva do montante absoluto de mais-valia, desde que se pressuponha determinada relação entre capital e renda. Logo depois, foca-se na exploração do trabalhador no sentido de que determinada produção de mais-valia está necessariamente vinculada ao grau médio de exploração da força de trabalho.

Vale destacar que será nesta seção que Marx observará a possibilidade efetiva de que parte do fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador seja convertida em fundo de acumulação de capital, o que Marini (2011a, p. 148) associará ao fenômeno da superexploração do trabalho nas economias dependentes. O trato desse fenômeno importa ainda mais quando entendemos que, pelo menos segundo a obra de Marini, ele é indispensável para o trato do ciclo do capital e, por conseguinte, para a conformação do padrão de reprodução do capital nas sociedades periféricas⁵. Diga-se que este mecanismo de exploração aparece ao lado das outras formas de que o capital se vale para aumentar a acumulação, seja via o aumento da quantidade de trabalho empregada sem necessariamente

haver aumento dos gastos em capital constante ou meios de produção, na forma convencional de mais-valor absoluto; seja pelo aumento da produtividade do trabalho através do avanço das forças produtivas, ocasionado, basicamente, pelo avançar da técnica e da ciência em geral aplicada à produção, na forma de mais-valor relativo.

Em síntese, as formas de expansão do valor são condicionadas tanto “por meio apenas de maior tensão da força de trabalho”, como também pelo uso da “ciência e técnica” como “potência para expandir o capital, independentemente da magnitude dada do capital em funcionamento” (MARX, [1885] 2014, p. 712). Entretanto, vale denotar que independente da forma de expansão do valor, ocorre a depreciação parcial dos capitais em funcionamento. A concorrência entre os capitais, nesse contexto, agravando a depreciação, pode fazer com que os capitalistas procurem compensá-la intensificando a exploração

⁴ “Circunstâncias que determinam o montante da acumulação, independentemente da divisão proporcional da mais-valia em capital e renda; grau de exploração da força de trabalho; produtividade do trabalho; diferença crescente entre capital empregado e consumido; grandeza do capital adiantado” (MARX, [1867] 2013, pp. 674-684).

⁵ Não a toa, em *Dialética da Dependência* (1973) do autor, o trato do fenômeno da superexploração do trabalho, especificamente, se dá logo antes dele mencionar a importância de se trabalhar o ciclo do capital na economia dependente, pois, segundo ele, o fenômeno da superexploração o altera e o determina, pois este aparece ainda no contexto de uma economia exportadora, no qual a economia latino-americana não estava de todo integrada à divisão internacional do trabalho e, por conseguinte, não se caracterizava como economia capitalista, propriamente. Ao se fazer assim, cria um ciclo próprio que difere do da economia industrial clássica justamente por está calcada na superexploração. Eis o que justifica, portanto, a atenção especial a esse fenômeno.

do trabalhador, o que denota que o avanço da força produtiva do trabalho na sociedade capitalista não se volta para beneficiar o trabalhador, por mais que permita que ele produza o mesmo que antes em menor tempo, mas tem como fim último a acumulação de capital e, por isso, não elimina a tendência de explorá-lo mais intensamente⁶.

Entretanto, se operamos com certo grau de exploração da força de trabalho e uma composição orgânica do capital constante, o movimento que provoca a acumulação tem como efeito o maior número de emprego de trabalhadores a serem explorados e, conseqüentemente, um maior montante de mais-valia, resultando em que “[...] quanto mais cresce o capital [...] tanto mais aumenta o valor global que se reparte em fundo de consumo e fundo de acumulação” (*ibidem*, p. 716).

4. A lei geral da acumulação capitalista e sua conformação em espaço e tempo determinados: o padrão de reprodução do capital

A lei geral da acumulação capitalista prevê, basicamente, que o aumento do capital devido a sua acumulação, estabelecida a composição orgânica média do capital, aumenta a incorporação relativa de trabalho vivo à produção, conforme requiera maior massa de força de trabalho para conduzir os meios de produção adicionados com a acumulação e para, com isso, obter mais-valor.

O possível aumento do preço da força de trabalho que o movimento da acumulação possa ocasionar devido à maior demanda em relação à oferta de trabalhadores por parte do capital está limitado às necessidades dessa mesma acumulação, nunca ameaçando nem a reprodução simples e nem a reprodução ampliada do capital. Ou seja, a possível subida do preço da força de trabalho não pode ameaçar as bases em que o sistema se reproduz, em que se cristaliza a divisão entre capitalistas e assalariados.

Ademais, uma vez que o capital tem como objetivo básico a produção da mais-valia, com vistas a garantir a reprodução social do sistema capitalista, na medida em que um aumento do preço da força de trabalho possa potencialmente diminuir a proporção entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, a dinâmica reprodutiva do capital estabelece uma alteração na composição orgânica e técnica, forçando que o preço da força de trabalho retorne a um nível necessário ao retorno da acumulação em condições mais propícias à elevação da rentabilidade do capital.

⁶ Em resposta a Fernando Henrique Cardoso às críticas ao seu *Dialética da Dependência* (1973), o que, posteriormente, veio a ser publicado como posfácio desse livro com o título “Sobre a *Dialética da Dependência*”, Marini foca nesse mecanismo que implica a prevalência do elemento da superexploração da força de trabalho em consonância com o aumento da produtividade e da mais-valia relativa no desenvolvimento mais avançado das leis do capital, indicando que faz isso pautado no modo como Marx desenvolve teoricamente a lei do valor, o que o faz considerar a maior exploração do trabalhador algo intrínseco ao desenvolvimento e acumulação do capital.

Sintetizando esse movimento, Marx nos diz que a lei da produção capitalista, em última análise, dimensiona as condições últimas de reprodução da classe trabalhadora, estabelecendo que uma superpopulação relativa seja uma força de regulação permanente sobre as taxas de salário, de tal modo que a “[...] elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente” (MARX, [1885] 2014 pp. 732).

A acumulação sucessiva de capital, que implica sua mudança quantitativa, produz uma diversidade de efeitos que tornam a lei geral de acumulação crescentemente complexa no espaço e no tempo. Uma mudança qualitativa fundamental se produz pela alteração da composição técnica do capital, redundando em economia de força de trabalho frente ao aumento do emprego de meios de produção e aumento da superpopulação relativa. A elevação da produtividade do trabalho “se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 2011, p. 734), o que determina as condições de crescente tensão tecnológica próprias do capitalismo.

Um segundo processo decorrente refere-se à concentração e à centralização do capital. A concentração refere-se ao mecanismo regular de acumulação através da inversão de parcela da massa de lucro auferida a cada ciclo reprodutivo do capital; e paralela e contiguamente ao processo

anterior, viceja, através da concorrência e do crédito, uma crescente centralização da capacidade reprodutiva do capital, estimulando e movendo a própria concentração a limites superiores⁷.

O processo de acumulação de capital somente por investimento de parcela do lucro médio, por mais que resulte em concentração de capital no processo de trabalho, tende à descentralização da propriedade do capital, em função de fatores diversos (SHAIKH, 1988; 2005). Por outro lado, a centralização é um processo resultante tanto da concorrência entre as diferentes frações do capital social quanto da expansão do sistema de crédito capitalista.

A concorrência favorece os investimentos de grande escala graças aos menores custos de produção e à condição de apropriação por parte dos capitalistas individuais de crescentes parcelas da mais-valia social, e o sistema de crédito possibilita a disponibilidade de massas volumosas de capitais necessários a esses grandes investimentos requeridos pelos processos produtivos modernos. Ambos os processos aceleram a

⁷ A concentração responde a um processo paulatino de expansão de uma massa de capital sob controle dos capitalistas específicos, sendo componente do caráter geral do capitalismo. A concentração se processa de forma gradual, investindo-se frações do mais-valor, submetendo a escala de produção aos limites extensivos da acumulação, cada fração do capital social alimenta sua massa de meios de produção, que comanda o trabalho vivo no processo produtivo e de valorização, destinando uma parcela da mais-valia como taxa de acumulação, alterando somente lentamente a composição orgânica e técnica do capital que caracteriza o desenvolvimento capitalista (MARX, [1867] 2013; SAAD FILHO, 2011, pp. 121-134; HARVEY, 2013, pp. 157-199).

concentração do processo produtivo (maior composição orgânica de capital) e a centralização da propriedade capitalista.

A centralização do capital está condicionada por dois processos integrados: a concorrência intercapitalista e a oferta de capital de empréstimo (crédito). Diferentemente da teoria econômica convencional, na análise marxista a concorrência é intensificada pelo duplo padrão de concentração e centralização do capital, sendo que o sistema de crédito há muito estabelece uma maior elasticidade nas condições de centralização, moldando a concentração da propriedade dos capitais e o formato da disputa entre os mesmos⁸.

A construção categorial de *padrão de reprodução do capital* implica identificar as mediações necessárias para que as leis do valor e da acumulação do capital expostas acima conformem-se em contexto histórico específico e espaço determinado. Assim, a percepção lógica já apontada por Marx na sua lei geral da acumulação é que o desenvolvimento das formas capitalistas localizadas no espaço deverá considerar a interação entre os principais elementos de expansão do capital acima expostos, ou seja, como as relações de reprodução ampliadas, as formas de concorrência centralizadas e o sistema de crédito atuam sobre cada espaço de desenvolvimento do capital. Para fazê-lo, seguimos as pegadas de Marini (1973; 2011) ao propor uma *dialética da dependência*.

Na obra *Dialética da Dependência* (1973), Marini analisa “[...] em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana” (MARINI, 2011b, p. 86). Com isso, ele estabelece o conceito de dependência como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2011a, pp. 134-135). Munido dessa perspectiva, os fenômenos em questão, advindos da integração da América Latina no mercado mundial e da conformação da lei do valor em seu território, são captados e sintetizados no conceito de “economia exportadora”, que, nesse contexto, é vista como “o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho” (MARINI, 2011b, pp. 86-87).

A lei geral de acumulação continua válida e agindo no duplo movimento antes observado, porém, nesta específica condição espacial e temporal da reprodução capitalista periférica,

⁸ Em termos esquemáticos, pode-se afirmar que a Concentração (A) = F(M, α); Centralização (C) = F(A, SC). Sendo M (Massa de Mais-Valor); α (Taxa de Acumulação); A (Concentração); SC (Sistema de Crédito). Assim, a centralização incorpora a própria concentração; conferir Shaikh (2006), Kon (1999), Harvey (2013) e Marx (2013).

deve-se observar condições não circunstanciais, mas centrais para a reprodução das leis de movimento próprias, sendo que as transferências de valor entre periferia e centro capitalista “não podiam ser vistas como uma anomalia ou um estorvo, mas, antes, como consequência da legalidade própria do mercado mundial” e condição de reprodução da economia-mundo capitalista, baseado em “duas premissas: a abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (que pressupunha abundância de mão de obra)” (*ibidem*, pp. 86-87).

Por sua vez, a industrialização que se daria posteriormente nessa economia seria determinada pelas relações de produção internas e externas, que teriam como base as duas premissas apontadas, e que determinariam o modo específico como os ciclos reprodutivos dar-se-iam, engendrando diferentes problemas, seja na circulação, na produção ou no circuito monetário, que se aprofundariam cada vez mais com a industrialização, seja ela gerada endogenamente, seja por meio da intervenção direta do capital externo, quando da integração transnacional da economia mundial sob a hegemonia estadunidense⁹.

A economia primário-exportadora estabelece as bases para “transição a uma autêntica economia capitalista nacional, a qual somente se configura quando emerge ali a economia industrial”, porém, as leis de movimento neste capitalismo periférico são alteradas parcialmente por

condicionantes internos resultantes da “economia colonial”, resultando em “leis de desenvolvimento do capitalismo dependente” (MARINI, 2011c, p. 174).

Depois de caracterizadas a dependência e a economia exportadora, podemos fixar a pauta do estudo de Marini, que vai “da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação” (MARINI, 2011a, p. 154). Vale observar que o desenvolvimento desigual capitalista constitui condição estrutural para reprodução social em escala mundial do modo de produção capitalista. Dito isto, o desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital* deve partir do estudo do ciclo do capital, tal como trabalhado no Livro II d’*O capital* de Marx, e, portanto, tal como pontua Marini, do processo de circulação do capital, não enquanto uma forma isolada, como pensa a economia convencional, mas como forma integrada e dialética dos ciclos reprodutivos do capital (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital mercadoria), bem como dos movimentos de subordinação e complementação existentes entre eles.

Cabe pontuar, ainda referente ao processo de circulação do capital, que Marx (2011, pp. 568-569) o define de modo tríplice: “1) o processo global

⁹ Sobre o conceito de integração monopólica mundial, ver a segunda parte da obra de Bambirra (2013).

– o percurso do capital pelos seus diferentes momentos [...]. 2) A pequena circulação entre capital e capacidade de trabalho [...]. 3) A grande circulação; o movimento do capital fora da fase de produção”. No sentido formal do Livro II, do qual parte Marini (2012), o ciclo do capital é definido como D-M... P... M'-D'. Expressa-se nesta fórmula a ideia de que o capital representa um processo ininterrupto de circulação, que tem na expansão de seu valor o objetivo central de seu movimento, porém, perfazendo movimentos cíclicos que não são autônomos, nem totalmente dependentes, constituindo uma totalidade fragmentada nas formas D-M-D' (capital-dinheiro) e M... P... M' (capital-mercadoria) e ...P...P'... (capital-produtivo), sendo que estas formas-movimento estabelecem-se no espaço e no tempo como padrão de reprodução do capital.

Em Marini, temos o início do trato desse assunto na obra *O ciclo do capital na economia dependente* (1979). Aqui, pressupõe-se que a economia dependente não é mais aquela caracterizada como economia exportadora, em que seu ciclo estava subordinado à dinâmica externa. Aqui, já se faz presente a indústria como eixo central dessa economia, gerando um ciclo relativamente “autônomo” do capital. Segundo Marini (2012), “[...] se conformou um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica”.

O ciclo que sinalizamos mais acima, expresso por sua fórmula que identifica as formas que o capital assume, pode ser visto em três fases: circulação, produção e circulação. Na primeira fase da circulação, que Marini (2012) chama de C¹, estuda-se o capital sob a forma dinheiro que se troca por meios de produção e força de trabalho. Em sua segunda fase, que corresponde à acumulação e à produção, o capital já se encontra na forma de meios de produção e força de trabalho para realizar seu processo de valorização por meio da exploração dessa força. Por fim, sua terceira fase, que é ao mesmo tempo a segunda fase da circulação (ou C²), o capital já se encontra sob a forma de mercadorias contendo seu valor inicial mais o mais-valor gerado na fase da produção mediante a exploração, e precisa se realizar vendendo-se e transformando-se na sua forma dinheiro, que representa uma magnitude superior ao dinheiro investido no início do ciclo.

O uso dessa perspectiva para a análise da economia dependente e para tratamento da categoria *padrão de reprodução do capital* exige que, à primeira fase da circulação desse ciclo, perguntemos-nos quanto à origem do capital dinheiro: se é capital privado interno ou investimento privado interno; se é investimento público, que tem origem no Estado; ou se se refere a capital estrangeiro.

O capital privado interno ou investimento privado interno é a parte da mais-valia gerada no

interior da economia que (deduzidos os gastos produtivos do capital) se apresenta para acumular-se sob a forma de meios de produção e força de trabalho. Não interessa aqui a nacionalidade desse capital, posto que se pressupõe que ele é fruto da acumulação interna.

O investimento público, que tem origem no Estado, é produto de fontes diversas, posto que o Estado obtém seus recursos de diferentes formas, seja através dos impostos (diretos e indiretos), que se apropriam de parte da mais-valia gerada na economia, ou da apropriação de parte do capital variável pago aos trabalhadores. Uma segunda fonte do investimento público é a que resulta do processo direto de exploração que o Estado, enquanto capitalista, leva a cabo. Nem todo gasto estatal, no entanto, é produtivo, portanto, nem todo esse gasto leva à acumulação de capital. Em síntese, “o investimento público depende da proporção, no gasto público, das despesas destinadas ao investimento produtivo e daquelas que se destinam aos investimentos improdutivos”¹⁰ (MARINI, 2012, p. 24).

Quanto ao capital estrangeiro, esse se dá de duas formas: como investimento direto e como investimento indireto. Dessa forma, ele é posto como um elemento a mais que intervém na formação da massa de capital dinheiro que dá lugar ao processo de acumulação. Entretanto, “não se deve perder de vista que ele representa uma restituição de capital em relação ao que drenou

anteriormente da economia dependente; restituição que é, além do mais, parcial” (*ibidem*, p. 25).

Assim, o ciclo econômico na economia dependente é influenciado pelo Estado e articula-se diretamente com o exterior. Mas o capital estrangeiro está fora do controle da economia dependente (que dele depende para a acumulação). Sua incorporação a esta fase da circulação o internaliza e o coloca como fator direto do ciclo do capital na economia dependente.

Parte desse capital estrangeiro que entra na primeira fase (C') compra meios de produção e força de trabalho do próprio país dependente, mas outra parte sai de imediato desta nação, na medida em que compra meios de produção do exterior. Isso não acontece apenas na economia dependente, mas nela ocorre de forma mais aguda, ao mesmo tempo em que responde “à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital” (MARINI, 2012, pp. 27-28). Quanto às fases de acumulação e produção, vale frisar que o capital estrangeiro é o que controla e tem “acesso mais direto à tecnologia implícita” nos meios de

¹⁰ Gastos produtivos e improdutivos, para Marini, são definidos conforme se gastem com trabalho produtivo e improdutivo. O conceito de trabalho produtivo, para Marini, derivado de sua interpretação da obra de Marx, para além de ser aquele que faz rentável o capital e produz mais-valor, amplia-se, sobretudo a partir do momento que ele considera as mudanças efetivadas nos processos produtivos de trabalho no capitalismo pós-Segunda Guerra. Fazendo a releitura d'*O Capital* I, II e III, Marini diz que a conclusão de Marx a respeito do trabalho produtivo caminha no sentido de defini-lo como aquele que permite ao capital produzir e se apropriar do mais-valor. Ver Marini (2011 d, pp. 187-197).

produção (*ibidem*, pp. 27-28), sendo que este condicionante de dependência tecnológica restringe o desenvolvimento de circuitos de acumulação complementares e estabelece limites à expansão do departamento de produção de máquinas e equipamentos de meios de produção (Departamento I).

Partimos do ponto acima e veremos como tal situação conduz à concentração e/ou centralização na economia dependente, conduzindo tal economia a um processo de monopolização. Pois bem, adentrando o território dependente, a tecnologia mais sofisticada que se dirige à empresa melhor alinhada com o capital externo (ou mesmo pertencente a ele) faz que seus custos de produção baixem para além dos custos de produção médio dessa economia. Em outras palavras, aumentando sua produtividade, diminui o trabalho necessário que aquela empresa há de despendar para produzir seus produtos. Nesse sentido, diante das condições de mercado, essa mesma empresa é capaz de vender a um menor preço que as demais empresas dessa economia, detentoras de uma menor composição orgânica de capital. Tal possibilidade lhe faz acumular a maior parte da massa de lucro (ou mais-valia) que essa economia produz.

Permanecendo essa realidade por alguns ciclos de produção, faz-se presente uma concentração de capital por parte dessa empresa. Mesmo

quando a tecnologia que a colocou nessa posição barateie, dando a oportunidade de outras empresas lhe terem acesso, a concentração de capital que se operou na primeira empresa lhe faz capaz de, nesse momento, dar um novo salto qualitativo em sua produção, com novas inversões tecnológicas que reduzam seu custo ainda mais, o que lhe confere a posição absoluta de direção e liderança sobre o mercado e a economia.

Mas tal realidade assim se faz se as empresas que lideram a produção através das inversões tecnológicas provindas do exterior aceitarem vender suas mercadorias pelo custo de produção médio da economia, e que é pautado pela maioria das empresas que a constituem e que detêm níveis menores de capital tecnológico. Fazendo isso, ela obtém sempre uma mais-valia extraordinária, ou lucro extraordinário, capaz de mantê-la sempre na dianteira do processo produtivo e na liderança do mercado, devido ao grau de concentração do capital que ela angaria. Porém, se tal empresa (ou empresas) resolve pautar seus preços pelos seus próprios custos de produção, as demais que não a acompanharem falirão ou serão anexadas pela primeira, caracterizando a centralização e a monopolização da economia dependente.

Como resultado da situação e dos mecanismos esboçados anteriormente, resta às empresas pequenas e médias da economia dependente recorrerem à superexploração do trabalho para

compensar a perda de mais-valor¹¹. Ou seja, é pela maior exploração dos trabalhadores (seja através do aumento da intensidade do trabalho, da jornada de trabalho ou da redução do salário abaixo do valor da força de trabalho) que se busca recuperar a mais-valia perdida no âmbito da concorrência. O achatamento da massa salarial, produto direto desse mecanismo, redundando em menores remunerações pagas pelos setores monopolistas, o que acaba por favorecê-los tanto na remuneração de seus funcionários como no fato de lidarem com custos menores de insumos e matérias-primas, devido à baixa salarial.

Marini (2012) destaca dois pontos que favorecem ou possibilitam que a economia dependente opere com base na superexploração do trabalho: a capacidade reivindicativa do proletariado em baixa, devido à ação estatal, que se baseia na estrutura econômica; e a criação de um exército industrial de reserva que pressione constantemente o mercado de trabalho e ameace o setor empregado da classe operária.

Por fim, na segunda fase da circulação (realização), destaca-se que a superexploração do trabalho reduz a capacidade de consumo dos trabalhadores, impossibilitando a realização das mercadorias. Também uma parte dos lucros/mais-valor é transferida para o exterior, não atuando na realização das mercadorias nas economias dependentes, o que reduz o mercado interno. A parte do mais-valor que fica no país

divide-se em duas partes. Uma transforma-se em investimento/acumulação e a outra destina-se a gastos improdutivos (consumo individual dos capitalistas e setores de classes vinculados a eles).

A estrutura do consumo individual reflete a distribuição de renda (produto do mais-valor não acumulado e do capital variável). Com a superexploração do trabalho, ocorrem uma elevação do mais-valor e o crescimento do mais-valor não acumulado em relação ao salário. Em função disso, a distribuição de renda é muito concentrada.

Marini conclui que o setor dinâmico da economia dependente constitui-se por rendimentos decorrentes de mais-valor não acumulado, lucros e proventos. Nestes termos, a estrutura de produção tende a voltar-se para este setor, secundarizando ainda mais a maior parcela dos trabalhadores.

Em contrapartida, para a conformação da categoria *padrão de reprodução do capital*, Osorio (2012) alerta que, no estudo dos ciclos do capital – para além da limitação de, não incorporando o lucro, conseqüentemente não incorporar-se o

¹¹ Incluindo as transnacionais (ou empresas locais a elas associadas), de modo que a superexploração do trabalho (aumentando a exploração e rebaixando do nível médio dos salários) beneficia não apenas as empresas nacionais, mas as estrangeiras também. Dessa forma, elas se beneficiam, no primeiro momento, por concentrarem tecnologia que lhes possibilita o mais-valor extraordinário, e depois, por conta da elevação da exploração do trabalhador nesta economia. Ainda que as empresas locais consigam acessar e incorporar a tecnologia das empresas monopolistas, estas têm melhores condições de fazer nova incorporação tecnológica, restaurando a desigualdade.

fator crise do capitalismo decorrente da tendência de queda das taxas de lucro –, apresenta-se a limitação relacionada à forma material que o capital assume na produção e na valorização. Logo, isso exige incorporar, na análise do padrão de reprodução, elementos como: a procedência do dinheiro que se investe (estatal, privado nacional ou privado estrangeiro); o tipo de máquinas e ferramentas que se empregam; os mercados em que se adquire; o nível de preparação requerido da força de trabalho; as formas de organização da produção (linhas de montagem, círculos de qualidade, trabalho domiciliar etc.); os valores de uso que se produzem; a quais mercados correspondem (bens-salário, bens suntuários ou bens de capital); as economias a que se dirigem os produtos; a mais-valia, o lucro e sua repartição (quanto regressa às matrizes como lucro, quanto é pago por tecnologias e patentes, quanto fica na economia local etc.); entre outros pontos relevantes.

Além disso, indica os estudos dos esquemas de reprodução em Marx, que faz isso através da identificação de dois grandes departamentos: um responsável pela produção de meios de produção, chamado de setor I; e outro responsável pela produção de meios de consumo, chamado de setor II. Estes, por sua vez, deveriam velar para repor o valor de seus elementos de produção tomando uma parte desses elementos do outro departamento, em uma forma material apropriada. Pretende-se, futuramente, trabalhar esses aspectos

em melhores detalhes, além de incorporar a dica de Saad Filho (2011) de que se incorpore o estudo da esfera da concorrência, dividindo-a em dois tipos: a que ocorre entre capitais no mesmo setor da economia (que está presente em *O Capital I*); e a que ocorre entre capitais em diferentes setores (analisada mais especificamente nos capítulos 5 e 7 d'*O Capital III*). A primeira, e mais abstrata, forma da concorrência explica a origem das mudanças técnicas sistemáticas, a tendência da diferenciação das taxas de lucro entre capitais com tecnologias distintas e a possibilidade de crises de desproporção e superprodução. Já a segunda, e mais concreta, esfera da concorrência explica a possibilidade de migração de capitais, a tendência rumo à equalização das taxas de lucro dos capitais e outras estruturas e tendências equilibrantes associadas com a concorrência. Uma categoria como a de *padrão de reprodução do capital* deve tratar das duas esferas, concebendo suas respectivas intermediações.

5. Da categoria padrão de reprodução do capital enquanto mediação analítica

Entendendo a existência de diferentes níveis de análise no marxismo – uns mais abstratos, outros mais concretos –, Osorio (2012) observa corretamente que a noção de padrão de reprodução do capital estabelece mediações entre esses níveis. Esta categoria, segundo o autor, surge para dar conta das formas como o capital se reproduz

em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados. Por isso, essa categoria coloca-se entre noções mais gerais, como *modo de produção capitalista e sistema mundial*, e noções menos abstratas, ou noções histórico-concretas, como *formação econômico-social e conjuntura*.

Quanto à ontogênese dessas categorias, cabe pontuar que a de modo de produção capitalista é extraída diretamente da obra de Marx, enquanto a que se refere ao sistema mundial, apesar de não dito explicitamente por Osorio (2012), supõe a definição dada pela Teoria do Sistema-Mundo, dadas as referências que utiliza apontadas em nota de rodapé (Immanuel Wallerstein, Samir Amin, Giovanni Arrighi etc.) e os conceitos que usa para se referir ao que chama de estrutura do sistema capitalista: centro, semiperiferias e periferias¹².

Já a noção de formação econômico-social remete-nos, segundo o autor, à constituição do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais limitadas, enquanto a noção de conjuntura remete a unidades político-temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflitos e os projetos que encabeçam, tanto no seio de formações econômico-sociais como no do capitalismo como sistema mundial.

Dadas essas premissas, a reprodução do capital, segundo Osorio (2012), assume formas diversas

em diferentes momentos históricos, o que lhe faz se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, de forma que reorganize a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso, o que permite historiar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem nacionalmente.

A lacuna, portanto, que a categoria *padrão de reprodução do capital* visa preencher ao fazer a mediação da conformação da lei do valor em períodos históricos específicos e espaços geoterritoriais determinados, da feita que entende a necessidade do destaque aos valores de uso das mercadorias como condição para o entendimento da reprodução do sistema capitalista e de sua historicização, refere-se ao trato da natureza do espaço e do tempo enquanto “dialética de espaço-temporalidade” (HARVEY, 2013, p. 23).

A partir de então, as relações estabelecidas entre os conceitos de valor de uso, valor de troca e valor em Marx são tratadas por Harvey (*ibidem*) desde a perspectiva da estrutura espaço-temporal

¹² Os autores dessas teorias do sistema mundial, segundo Martins (2011), subdividem-se entre aqueles que endossam a ideia de um moderno sistema mundial, como Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e Beverly Silver, e os que discordam, dizendo haver um único sistema mundial formado desde a revolução neolítica há 5 mil anos, como André Gunder Frank e Barry Gills. No que aqui importa, o primeiro grupo apoia-se no conceito de tempo histórico, tirado da obra de Fernand Braudel, que o divide entre a longa duração, a conjuntura e o acontecimento. Desse conceito retira noções como ciclos sistêmicos e tendências seculares. Os ciclos sistêmicos ligam-se à ascensão e à queda de Estados hegemônicos que organizam a economia mundial em centros, semiperiferias e periferias

subjacente a esses conceitos e pela qual estes se movem, em que se fundem dialeticamente as três maneiras fundamentais de se entender o espaço-tempo: a maneira absoluta, relativa e relacional. Se entendemos que a categoria *padrão de reprodução do capital* estabelece a mediação entre as características mais gerais e as mais concretas da realidade dominada pelas leis de valor do capital, o esclarecimento a respeito da espaço-temporalidade do capitalismo e desses conceitos que Harvey (*ibidem*) estabelece para, assim, abordá-la mostra-se alvissareiro.

Nesse sentido, a ordenação espacial é o domínio do conhecimento geográfico, enquanto o desdobrar temporal circunscreve-se à história, e esta dimensão absoluta do espaço-tempo, por sua vez, caracterizaria, segundo Harvey, o domínio primário dos valores de uso na teoria marxiana, podendo se atestar isso no fato de que é o espaço que define os direitos da propriedade primária na terra, as fronteiras do Estado, a distribuição física da fábrica, a forma material da mercadoria e o corpo individualizado do trabalhador (*ibidem*).

A teoria relativa da estrutura espaço-tempo, por sua vez, associa-se ao nome de Einstein e anuncia que um mundo em movimento define essa estrutura, que não é fixa nem euclidiana. Como exemplo disso, temos as relações de transporte que geram diferentes métricas baseadas na distância física, no custo e no tempo, enquanto os

espaços topológicos como aeroportos e redes comerciais alteram-se e definem, com isso, a circulação das mercadorias, do capital, do dinheiro, das pessoas, das informações etc. Com isso, pode-se dizer que o espaço-tempo relativo é o domínio privilegiado do valor de troca, ou seja, das mercadorias e do dinheiro em movimento (*ibidem*).

Já a visão relacional do espaço-tempo, ligada sobretudo ao nome do matemático e filósofo Leibniz, enxerga o espaço-tempo como não tendo existência independente, pois o vê como produto inerente à matéria e ao processo, sendo por ambos criado. Nesse sentido, aplicando essa visão para a teoria marxiana, Harvey pondera que o capital cria o espaço-tempo, assim como estabelece uma constante desigualdade enquanto condição de perpetuidade da sua reprodução. Conclui-se, então que o espaço-tempo relacional é o principal domínio da teoria do valor de Marx. Nesta, o valor, ao mesmo tempo que é imaterial, é objetivo, e, portanto, só pode ser captado a partir de seus efeitos que se apresentam naquilo que Marx designou por *fetichismo da mercadoria*. Além do mais, o valor é apresentado como uma relação social que se verifica internamente nas mercadorias e que, portanto, dá-se no espaço-tempo relacional. Como relação interna às mercadorias, ele contempla toda a geografia histórica dos processos de trabalho, da produção e da concretização da mercadoria, e da acumulação

do capital no espaço-tempo do mercado mundial (*ibidem*).

Essas três estruturas espaço-temporais aqui explicitadas mantêm uma tensão dialética umas com as outras da mesma forma que o valor de uso, o valor de troca e o valor dialeticamente estão interligados na teoria de Marx. Harvey (*ibidem*) exemplifica isso mostrando que cada uma dessas estruturas espaço-temporais, por mais que consistam em coisas diferentes e até opostas, dependem uma da outra para se realizarem. Logo, diz que não poderia haver valor no espaço-tempo relacional sem a existência de trabalhos concretos construídos em inúmeros lugares (fábricas) circunscritos à estrutura espaço-temporal absoluta. Assim como aponta que o valor não emergiria como um poder imaterial (mas objetivo) sem os inúmeros atos de troca e os contínuos processos de circulação do mercado global que dizem respeito ao espaço-tempo relativo.

Mais detidamente, só para exemplificar melhor a interação dialética entre valor de uso, valor de troca e valor sob o aspecto do capital relacional, do ponto de vista da mercadoria, uma das premissas básicas colocadas por Marx é que esta tenha valor de uso. Ou seja, apesar de interpretações equivocadas da obra de Marx levarem-nos a crer que o valor de uso não interfere na análise do valor e do valor de troca e, portanto, na completude da análise econômica traçada por Marx em *O Capital*, percebe-se que o fato de Marx

abstrair do valor de uso no início da sua obra para se deter na explicação do valor de troca, e daí deduzir o valor, não elimina o fato que o valor contido na mercadoria, na sua dimensão relacional imaterial (mas objetiva), só pode se realizar na esfera da troca, que corresponde à dimensão espaço-temporal relativa, se atender a premissa básica do espaço-tempo absoluto, que é ter valor de uso.

O exemplo acima aponta para o problema da acumulação e reprodução do capital, tratado mais a frente, e que constitui premissa básica para a conformação de uma categoria como *padrão de reprodução do capital*. O fato de se ter em vista que o valor de uso é importante no sistema capitalista compreende a noção básica de que, como sistema, o capitalismo necessita reproduzir-se fisicamente e o modo como isso se dá varia segundo a predominância de determinado padrão de reprodução, requerendo que o trato dessa temática nunca se desvincule de seu contexto histórico e do espaço material em que acontece. Ou seja, que não se desprenda da estrutura do espaço-tempo absoluto onde predomina o valor de uso das coisas.

Tal como Harvey (2013, p. 48) afirma, “[...] em um sistema sofisticado e intrincado de produção de mercadoria, os aspectos quantitativos dos valores de uso se tornam de grande importância”, dado que a reprodução social, pautada pela divisão e especialização do trabalho, não deixa

de requerer que os insumos e os produtos das diferentes indústrias estejam minimamente equilibrados.

As considerações postas acima nos indicam, por sua vez, a necessidade de maior rigor com a aplicação da teoria do valor marxista, identificando de melhor modo a interpenetração dialética dos conceitos de valor de uso, valor de troca e valor. O trato da acumulação e reprodução do capital para a posterior conformação da noção de *padrão de produção do capital* exige que esses conceitos e a relação entre eles estejam bem definidos.

6. Considerações finais

Este artigo buscou estabelecer elementos para desenvolvimento da categoria padrão de reprodução do capital, buscando identificar os pressupostos, conceitos e concepções necessários à aproximação e construção analítica desta categoria, tomada como uma mediação social, histórica e geográfica. Seguindo os passos de Marini (1973; 2011) e Osorio (2012), ela requer não só o melhor desenvolvimento do que se encontra em *O capital II* de Marx, no que tange aos ciclos do capital e seus esquemas de produção, mas também à análise do crédito e da concorrência.

Numa primeira aproximação a partir dos elementos teóricos tratados, podemos estabelecer o entendimento de padrão de reprodução de capital enquanto uma categoria relacional que

possibilita a compreensão das condições concretas como se manifesta a reprodução capitalista nas formações sociais e econômicas que se estabelecem nacionalmente, compreendendo, de um lado, graus variados de dependência ao circuito da economia mundo capitalista, e de outro, maior ou menor desenvolvimento e expansão autônoma tecnológica, creditícia e poder soberano do seu Estado nacional. Este conjunto de variabilidades estabelece sociedades capitalistas bastante diversas, o que condiciona as relações econômicas internacionais e, ao mesmo tempo, define o papel destas sociedades na divisão internacional do trabalho, bem como o grau de integração dos diversos circuitos econômicos presentes na sua dinâmica interna.

Nestes termos, *padrão de reprodução de capital* apresenta-se como uma categoria que contribui para aprofundar os estudos sobre o capitalismo contemporâneo, desvendando suas dinâmicas em diversos processos. É parte importante da constituição teórica que almeja a superação desta sociedade por outra que não esteja sustentada na corrida pelo lucro e na exploração do ser humano.

Referências bibliográficas

- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- DOS SANTOS, Theotonio. “Dependencia y cambio social”, *Cuadernos de Estudios socioeconómicos*. Universidad de Chile, 1970.
- _____. *Teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.
- DUSSEL, Enrique. *A Produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FOLEY, D. *Understanding Capital: Marx’s economic theory*. Harvard University Press, 1986.
- GERMER, Claus Magno. “A relação abstrato/concreto no método da economia política” In: CORAZZA, Gentil. *Métodos da Ciência econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 61 - 92.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- JAMESON, Fredric. *Representar El capital: una lecturadel tomo I*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARINI, Ruy Mauro. “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital.”, *Cuadernos Políticos*, México D. F., Ediciones Era, n. 20, 1979.
- _____. “Dialética da dependência” [1973] In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a, pp. 131-172.
- _____. “Memória: por Ruy Mauro Marini” In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b, pp. 55-128.
- _____. “Sobre a dialética da dependência” In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011c, pp. 173-185.
- _____. “O conceito de trabalho produtivo: nota metodológica” In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011d, pp. 187-197.
- _____. “O ciclo do capital na economia dependente” In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime & LUCE, Mathias Seibel (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, pp. 21-35.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____. *O Capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital* [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O Capital: crítica da economia política, Livro II: O processo de circulação do capital* [1885]. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MÉSZÁROS, I. “Totalidade” In: BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- NETTO, José P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OSORIO, Jaime. “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica” In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime & LUCE, Mathias Seibel (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 37-86.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- SAAD FILHO, A. A. *O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- SHAIKH, Anwar. “Centralização e concentração do capital” In: BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. *Ensayos de economía política*. Buenos Aires: RyR, 2006.

EDUARDO SÁ BARRETO

RESTAURAÇÃO NEOLIBERAL E O ESGOTAMENTO HISTÓRICO DE FORMAS CONSAGRADAS DE RESISTÊNCIA

Recebido em 11/2018

Aprovado em 05/2019

RESTAURAÇÃO NEOLIBERAL E O ESGOTAMENTO HISTÓRICO DE FORMAS CONSAGRADAS DE RESISTÊNCIA

Resumo

Neste trabalho, exploro a ideia de que os elementos constituintes daquilo que se entende como o Estado desenvolvimentista não são mais uma alternativa realmente existente (sequer de modo latente) no estágio atual da sociedade capitalista. De modo a avançar esse raciocínio, a primeira parte do artigo dedica-se à discussão de dois truísmos. Em primeiro lugar, que processos intensos de acumulação de capital encontram-se no centro das experiências históricas de “desenvolvimento” e, por isso, figuram também no centro das teorias que procuram conferir a elas alguma razão científica. Em segundo lugar, que o Estado é tanto mais habilitado para executar uma agenda de “desenvolvimento” quanto mais vigorosa for a acumulação de capital e que, portanto, o Estado é dela dependente e tende a se voltar à sua promoção. O tratamento desses dois pontos justifica-se porque, por um lado, a história intelectual do desenvolvimentismo mostra-nos que a condição de país “desenvolvido” é frequentemente vinculada a alguma forma de Estado de bem-estar social e, por outro, a resistência aos avanços da agenda neoliberal está frequentemente vinculada à tentativa de preservação das estruturas típicas desses Estados. Essa primeira parte possibilita formular e responder, na terceira seção, a seguinte pergunta: se a capacidade de intervir (e de sustentar as referidas estruturas) do Estado é indissociável da acumulação de capital, o que acontece se o eixo da acumulação desloca-se (em volume e protagonismo) de maneira irreversível para a esfera do capital fictício?

Palavras-chave: Estado; desenvolvimento; neoliberalismo; antineoliberalismo.

EDUARDO SÁ BARRETO

Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx)

Abstract

In this work, I explore the idea that the constituent elements of what is understood as the developmental State are no longer a real alternative (even latently) at the present stage of capitalist society. In order to advance this reasoning, the first part of the article is dedicated to the discussions of two truisms. Firstly, that intense processes of capital accumulation lie at the heart of the historical experiences of “development” and therefore are also at the center of theories that seek to give them a scientific understanding. Secondly, that the State is all the more enabled to execute a “development” agenda, the more vigorous the accumulation of capital is, and therefore, the State is dependent on it and tends to turn to its promotion. The treatment of these two points is justified because, on the one hand, the intellectual history of developmentalism shows us that the condition of a “developed” country is often linked to some form of Welfare State and, on the other hand, resistance to advances of the neoliberal agenda is often linked to the attempt to preserve the typical structures of these States. This first part makes it possible to formulate (and answer), in the third section, the following question: if the capacity to intervene (and to sustain the welfare structures) of the State is inseparable from the accumulation of capital, what happens when the axis of accumulation moves (in volume and protagonism) irreversibly into the realm of fictitious capital?

Keywords: State; development; neoliberalism; anti-neoliberalism.

Depois de uma verdadeira ruptura na história, não podemos simplesmente voltar ao passado ou ir em frente como se nada tivesse acontecido – ainda que o façamos, a mesma prática adquirirá um significado radicalmente diferente.

Žižek, 2013

I. Introdução

Como bem se sabe, as últimas décadas assistiram a uma ascensão irresistível – mais ou menos irregular e desigual, porém persistente – da agenda política e econômica neoliberal. Não deve ser novidade para nenhum espectador atento que são razoavelmente numerosos os episódios de enfrentamento a este avanço, desde os flagrantemente malsucedidos até os momentaneamente bem-sucedidos. São também bastante numerosos os episódios de capitulação ou rendição a essa agenda, inclusive por governos eleitos com plataformas explicitamente antineoliberais.

Sequer é preciso recuar tanto no tempo para poder observar colisões dessa natureza. Mesmo movimentos recentes na política global demonstram que, ao menos no plano das ideias, a dominação do receituário neoliberal não avança sem ser frequentemente desafiada. O novo-desenvolvimentismo e o neoestruturalismo latino-americano, por um lado, tateiam por uma solução supostamente à esquerda, acatando um conjunto de diretrizes de política econômica, ao mesmo tempo em que tentam preservar algum espaço para um

Estado condutor ao “desenvolvimento”¹. Por outro lado, a partir do fenômeno mais recente de todos – a eleição de Donald Trump e sua plataforma protecionista nos EUA –, pode ser evidenciado que até no campo conservador, vez ou outra, reconhece-se a tragédia de um mundo neoliberal.

A questão da resistência a esse mundo é, portanto, premente. Por isso, o sistemático fracasso dessa resistência reclama explicação. Em outros termos, a reflexão acerca das condições de possibilidade de uma resistência bem-sucedida impõe-se de maneira incontornável. Assim, nas seções que seguem, procuro explorar a ideia de que os elementos constituintes daquilo que se entende como o Estado desenvolvimentista não são mais uma alternativa realmente existente (sequer de modo latente) no estágio atual da sociedade capitalista. Ademais, explora-se uma implicação quase direta disso: a resistência à hegemonia neoliberal não dispõe mais de certos pontos de aderência e sustentação tradicionais baseados em estruturas típicas dos Estados de bem-estar social do século XX e de políticas econômicas de inspiração keynesiana.

Não são posicionamentos pouco controversos, para dizer o mínimo. Um complicador adicional é que o argumento a ser elaborado cria, naturalmente, pontos de contato com uma série de importantes debates clássicos. Em primeiro lugar, a própria caracterização das arenas e formas típicas de resistência às políticas neoliberais

suscita o debate a respeito dos modelos de Estado de bem-estar social (ESPING-ANDERSEN, 1990). Além disso, quando tratarmos da ideia de processos nacionais de “desenvolvimento”, ficarão evidentes duas vias principais de diálogo e crítica possível. Por um lado, o debate a respeito das políticas para o “desenvolvimento”, bem representado pelas contribuições da CEPAL, por exemplo (BIELSCHOWSKY, 2000). Por outro lado, a ideia de que processos nacionais de “desenvolvimento” conformam um movimento na hierarquia internacional e uma reestruturação na divisão internacional do trabalho traz à tona todo o amplo e variado conjunto de formulações sobre imperialismo e dependência (CORRÊA, 2012; AMARAL, 2012). Por último, a eventual rejeição do Estado desenvolvimentista como uma arena possível de resistência poderia situar (equivocadamente, eu diria) a presente reflexão em um debate sobre reforma ou revolução.

Naturalmente, é inviável detalhar, no espaço que dispomos, os elementos e nuances dessas contribuições. Adota-se, por isso, estratégia distinta. A primeira parte do artigo dedica-se à exploração de dois truísmos. Em primeiro lugar, que processos intensos de acumulação de capital encontram-se no centro das experiências históricas de “desenvolvimento” e, por isso, figuram também

¹ Ao longo de todo o texto, o termo “desenvolvimento” e o qualificativo “desenvolvido” aparecerão entre aspas sempre que eu utilizá-los no mesmo sentido empregado pelos autores desenvolvimentistas, e não no sentido propriamente marxiano. Para uma reflexão aguda sobre o sentido de *desenvolvimento* na literatura econômica e em Marx, ver Bonente (2016).

no centro das teorias que procuram conferir a elas alguma razão científica. Em segundo lugar, que o Estado é tanto mais habilitado para executar uma agenda de “desenvolvimento” quanto mais vigorosa for a acumulação de capital e que, portanto, o Estado é dela dependente e tende a se voltar à sua promoção. O tratamento desses dois pontos justifica-se porque, por um lado, a história intelectual do desenvolvimentismo mostra-nos que a condição de país “desenvolvido” é frequentemente vinculada a alguma forma de Estado de bem-estar social e, por outro, a resistência aos avanços da agenda neoliberal está frequentemente vinculada à tentativa de preservação das estruturas típicas desses Estados. Até este ponto, o artigo não oferece nenhuma tese realmente original. Essa primeira parte, contudo, possibilita-nos formular e responder a seguinte pergunta: se a capacidade de intervir (e de sustentar as referidas estruturas) do Estado é indissociável da acumulação de capital, o que acontece se o eixo da acumulação desloca-se (em volume e protagonismo) de maneira irreversível para a esfera do capital fictício?

2. “Desenvolvimento”: histórica e teoricamente indissociável da acumulação

Segundo o economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004), o principal interesse motivador da Economia do Desenvolvimento é a transformação econômica capitaneada por Estados. Sendo

assim, a história do século XX oferece uma série de casos de sucesso (e de fracasso) a servir de objeto para tal tipo de reflexão. A análise comparada das experiências concretas de “desenvolvimento” costuma revelar dois traços bastante salientes. Primeiramente, o conjunto de políticas pelo qual os Estados buscaram conduzir o processo de transformação econômica é absolutamente distinto daquilo preconizado pelo ideário político hoje dominante e suas diretrizes de interferência política na economia. Em segundo lugar, e como desdobramento do primeiro traço, não há registro histórico de trajetórias de “desenvolvimento” que tenham se apoiado nos assim chamados mecanismos automáticos do mercado.

De acordo com a categorização de Abramovitz (1986), seria possível identificar três tipos distintos de trajetórias de “desenvolvimento”: *forging ahead*, *catching up* e *falling behind*. No primeiro, que denota um movimento de lançar-se à frente, estariam aqueles países que assumiram posições centrais na hierarquia mundial em certos momentos críticos (e precoces) da história do mundo capitalista, alçando-se assim à condição de nações “desenvolvidas”. Os dois exemplos mais emblemáticos são o da Grã-Bretanha, o epicentro da primeira Revolução Industrial, que encerra o longo processo de gênese do modo de produção capitalista, e o dos Estados Unidos da América, que assumem proeminência e protagonismo inquestionáveis ao longo das três décadas

de conflito mundial que marcam a primeira metade do século XX.

O segundo tipo indica uma trajetória pela qual se alcança, a partir de uma posição subordinada, patamares de “desenvolvimento” compatíveis com os daqueles países já “desenvolvidos”. Estaria enquadrado nesse tipo de trajetória um seleto grupo de nações que empreenderam seus processos de transformação econômica e social na segunda metade do século XX, notadamente entre os anos 60 e os anos 80. Tratarei brevemente, mais adiante, como essas experiências de *catching up* costumam ser interpretadas na literatura de corte desenvolvimentista.

O terceiro tipo de trajetória aponta para processos nos quais nações encontram-se enclausuradas em posições hierárquicas subordinadas/subalternas, seja por terem sido malsucedidas em suas políticas de transformação estrutural, seja por jamais terem encontrado os meios (materiais, econômicos, institucionais etc.) para articular uma intervenção portadora de potencial transformador.

A esse respeito, Evans (1995) fornece um abrangente campo conceitual quanto ao que seriam, ou deveriam ser, tais meios. No plano de abstração mais elevado, as categorias decisivas de sua interpretação são a Autonomia do Estado e as relações Estado-sociedade. A autonomia, cujo pressuposto organizacional seria uma burocracia com traços próximos ao do tipo ideal weberiano,

conferiria ao Estado capacidade de atuar sobre as condições postas em prol de objetivos prévia e claramente delineados, sem estar sujeito à pressão de grupos de interesses ou, na pior das hipóteses, à captura do aparato burocrático por algum desses grupos. Já as relações Estado-sociedade conformariam o espaço de formação de uma agenda sobre a qual o Estado poderia atuar de forma mais ou menos autônoma. A esse par de noções centrais, Evans chama de Autonomia Enraizada [*Embedded Autonomy*].

Em outro nível de análise, mais concreto, o autor elenca quatro papéis básicos que o Estado poderia desempenhar, cuja combinação torna-se, a depender do âmbito da intervenção, mais ou menos conducente a processos considerados virtuosos (de “desenvolvimento”). No mais básico desses papéis, o de regulador [*custodian*], o Estado limita-se a traçar e regular os limites institucionais de funcionamento dos mercados e das relações dos agentes econômicos nacionais com os mercados externos. Segundo Evans, os Estados contemporâneos, informados pela doutrina neoliberal, circunscrevem-se a atuar como meros reguladores, ainda que nem mesmo esse papel os defensores mais empedernidos do Estado mínimo costumem reconhecer como legítimo.

O segundo papel, de demiurgo, refere-se à atuação do Estado como efetivo produtor, seja em setores em que a iniciativa privada demonstrasse inviável ou reticente, seja em casos em que

a iniciativa pública efetivamente concorre com a privada. Aqui, temos um tipo de atuação cuja presença é – se direcionada adequadamente a setores estratégicos – apontada por Evans (e outros autores) como crucial para processos bem-sucedidos de “desenvolvimento”.

Os dois últimos papéis, contudo, são vistos como os realmente fundamentais e indispensáveis (tanto teórica quanto historicamente) para uma trajetória de *catch up*. Atuando como parteiro [*midwifery*], o Estado seria capaz de identificar, nos movimentos mais estruturais da economia global (novas tecnologias, novos mercados, novas estruturas de mercado etc.), a emergência de janelas de oportunidade cujo aproveitamento exige sua iniciativa, no sentido mais estrito do termo. Em outras palavras, no papel de parteiro, o Estado toma para si a iniciativa de “trazer à vida” setores estratégicos em novos cenários econômicos que emergem no âmbito internacional. Quando atua como cultivador [*husbandry*], o Estado encarrega-se de estimular e “nutrir” estruturas já existentes capazes de fazer proveito de novas forças dinâmicas típicas de um episódio de janela de oportunidade.

Finalmente, há um nível da análise referente não às condições de ação e capacidades mais imediatas de um Estado, mas às restrições globais que são impostas à sua atuação. De certa forma, este elemento já estava indicado no parágrafo anterior, mas aqui ele se encontra ampliado de modo

a incorporar, além das oportunidades, as limitações impostas pelo ambiente externo; e além das oportunidades e limitações de ordem econômica, também aquelas de ordem geopolítica.

Palma (2004) afirma, por exemplo, que qualquer conjunto de políticas mobilizado a partir de um projeto de “desenvolvimento” não tem as suas possibilidades de sucesso determinadas apenas pela racionalidade e lógica internas de sua elaboração, ou pela intensidade do consenso que consegue articular, ou mesmo pelo rigor e precisão de sua implementação. A chance de sucesso, diz o autor, é determinada de maneira igualmente decisiva pela configuração do equilíbrio de forças (políticas, econômicas, militares etc.) no ambiente internacional. Neste mesmo sentido, Katzenstein (1990) sustenta a ideia de que, quando se trata de avaliar o papel do Estado em processos de “desenvolvimento”, o objeto da análise deve ser o tipo de estratégia nacional adotada para administrar tais interdependências e assimetrias internacionais, e não simplesmente uma força e disposição abstrata do Estado em conduzir a transformação.

Dito isso, fica evidente o quão anacrônica é a relativa pouca ênfase dada à geopolítica do pós-guerra (e especialmente à dos anos da Guerra Fria) como elemento explicativo indissociável do restrito número de experiências concretas de *catch up*. Os casos mais amplamente tratados pela literatura apontam como exemplos

representativos a acelerada recuperação da Alemanha (e da Europa ocidental, em geral) no pós-guerra, a extraordinária ascensão do Japão, especialmente a partir dos anos 50, e a expansão igualmente impressionante de Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, especialmente a partir dos anos 60.

Não é difícil perceber que o “desenvolvimento” econômico e social desses países figurava como estratégico em um contexto de política de contenção do avanço comunista, encampada especialmente pelos governos dos EUA ao longo do período. Concretamente, a Europa ocidental pôde reconstruir-se, sob os auspícios do Plano Marshall a partir de 1947, conformando uma barreira política e geográfica a oeste do bloco soviético. O leste asiático (principalmente o Japão), por seu turno, teve sua ascensão econômica amplamente impulsionada pela demanda industrial americana relacionada aos esforços de guerra na península da Coreia e no Vietnã, criando uma barreira a leste da União Soviética e da China.

Sem tais elementos, não se consegue compreender adequadamente, por exemplo, o que levou os EUA a abrirem seus mercados de forma praticamente unilateral a alguns países da Europa e do leste Asiático. Esse ponto é ilustrativo, pois costuma-se ressaltar com muito mais frequência (ou com muito mais ênfase) a outra ponta das relações internacionais da época, de uma espécie de rompimento unilateral com regimes comerciais

mais livres por parte dos Estados desenvolvimentistas. Como veremos adiante, é este tipo de leitura que está pressuposto em concepções que tomam o processo nacional de “desenvolvimento” como uma possibilidade permanentemente em aberto (ainda que sob condições cambiantes) na história interna do mundo capitalista².

E quais são as principais virtudes levantadas a respeito da atuação desses Estados? Em primeiro lugar, o assim chamado regime comercial não-neutro, indicando que esses países praticavam proteção a indústrias nascentes, eram razoavelmente livres quanto à importação de insumos (mas subsidiavam setores exportadores), buscavam ativamente coordenar investimentos complementares, regulavam pesadamente a entrada e saída dos mercados etc. Em segundo lugar, perseguiam a assimilação das melhores tecnologias por meio de um sistema educacional tornado uma das principais prioridades da política de Estado, de subsídios ao P&D privado, de P&D público, de licenciamento tecnológico para facilitar e estimular transbordamentos, entre outros. Terceiro, quanto à política industrial, praticavam a identificação de setores estratégicos e prioritários, criando mecanismos de acesso privilegiado a moeda estrangeira, crédito, regimes tributários, mecanismos de financiamento

² Que Rostow (1959) o fizesse, ainda na década de 1950, é passível de crítica, mas muito mais justificável do que concepções semelhantes veiculadas ainda hoje.

e colocando-os (os setores) sob forte supervisão (e, por vezes, controle) do Estado. Por último, a política externa, mantendo em geral os mercados internos de capital fechados, sendo pouco abertos ao investimento estrangeiro direto e mais abertos em relação ao comércio, tecnologia e dívida; enfim, uma política de abertura externa visivelmente discricionária.

O relatório do Banco Mundial (1993) intitulado *The East Asian Miracle* conclui que o elemento determinante no caso do leste asiático foi a capacidade daquelas nações de coordenar investimentos complementares, gerando aquilo que o economista estoniano Nurkse (1957) denominou *big push*, evitando assim a criação de desequilíbrios e gargalos estruturais no movimento de arranque de uma nação rumo ao “desenvolvimento”.

Outra forma de retratar o fenômeno, sem sair do registro desenvolvimentista, apoia-se, ao contrário, em noções de “desenvolvimento” desequilibrado, um movimento dinâmico, caracterizado por processos cumulativos, naquilo que Hirschman (1961) chama de conspiração multidimensional para o “desenvolvimento”. Noção que, poderíamos afirmar, é compatível com uma concepção de Sistemas Nacionais de Inovação, inspirada em List e nos neo-schumpeterianos, que traz³ como estrutura institucional básica precisamente algumas das alegadas virtudes, elencadas um pouco acima: um núcleo organizado em torno de um subsistema industrial, um subsistema

técnico-científico e um educacional, por um lado; e, adjuntamente, uma moldura jurídico-política, um subsistema financeiro desenvolvido e seguro e padrões de investimentos não condutores a gargalos estruturais irremediáveis.

Na América Latina, ao contrário, estiveram ausentes tanto as condições geopolíticas quanto as principais virtudes de um Estado desenvolvimentista apontadas por Chang, Evans e outros. No plano da ordem internacional, o posicionamento da América Latina no equilíbrio de forças do período do pós-guerra foi claramente pouco privilegiado, por tratar-se da zona de influência mais imediata do poder americano e, por isso, dispensar políticas de contenção do tipo que foram aplicadas na Europa e Ásia e que foram importantes engrenagens na modernização das nações afetadas.

Por outro lado, mesmo contando com “desvantagens comparativas” dessa natureza, o continente foi capaz de realizar excepcional processo de industrialização entre os anos 1950 e os anos 1980. O modelo predominante, em sintonia com a experiência asiática, foi o de industrialização por substituição de importações. Ao contrário do caso asiático, contudo, esse foi mais predominantemente orientado para os mercados internos, e não para a exportação.

³ Tanto no sentido descritivo quanto no normativo.

Em termos teóricos, é o estruturalismo latino-americano que, predominantemente, interpreta (justifica teoricamente) ou informa as iniciativas estatais no continente nesse período. Nele, vemos os principais elementos também afirmados no decorrer da experiência asiática. A indústria é entendida como a principal engrenagem do crescimento econômico e, por isso, a industrialização por substituição de importações é tomada como a estratégia adequada para dar impulso ao “desenvolvimento”. Além disso, a especialização na produção e exportação de commodities é vista, a partir das teorias da deterioração dos termos de troca, como uma das causas fundamentais do aprisionamento do continente em trajetórias de dependência ou de “desenvolvimento” dependente. Finalmente, concluía-se que apenas um Estado ativo, orientado por esse diagnóstico – e, poderíamos acrescentar, com os traços de autonomia e enraizamento discutidos por Evans –, seria capaz de romper com a reprodução viciosa de posições dependentes e subordinadas na ordem internacional.

Apesar dos notáveis resultados que antecederam a assim chamada década perdida, contudo, as transformações estruturais produziram novas exigências para o processo econômico que não evoluíram de forma sincronizada, gerando gargalos importantes de infraestrutura, investimentos, acesso a moeda estrangeira etc. Isso, por sua vez, associado às condições de abundante liquidez internacional nos anos seguintes ao

primeiro choque do petróleo, conduziu a processos de endividamento acelerados e, como ficou demonstrado ao fim da década, insustentáveis.

A mudança da política monetária americana em 1979 triplicou a taxa de juros ao longo dos três anos seguintes, lançando uma série de países latino-americanos à insolvência. O México foi o primeiro a quebrar, em 1982, mas depois vieram Argentina, Brasil, Chile e Venezuela, entre outros. As crises da dívida foram a porta de entrada para a imposição da agenda de reformas neoliberais nos países do continente, primeiro com o Plano Baker e depois, ao fim da década, com o Plano Brady.

No entanto, o que ocorre com a América Latina neste momento é apenas um exemplo do que normalmente se entende como a dissolução de um consenso articulado em torno de um conjunto de políticas orientadas para o “desenvolvimento” e a simultânea ascensão de um novo consenso orientado justamente, entre outras coisas, para o desmantelamento de todo o aparato de intervenção estatal erigido no pós-guerra. A Europa ocidental e as ex-repúblicas soviéticas, no início dos anos 1990, a Rússia, o leste e sudeste asiático, no final dessa mesma década, e novamente a América Latina, de meados dos 90 à virada da década, foram igualmente assediados pela nova agenda; em todos os casos, a porta de entrada da imposição de reformas foram crises financeiras mais ou menos súbitas e pronunciadas.

Mas será que a onda neoliberal que se espalhou pelo globo nos anos 1980 e 1990 deve ser explicada (como normalmente é feito) simplesmente em função da emergência de fragilidades no balanço de pagamentos americano, do fenômeno da estagflação e da erosão mais ou menos acelerada de um consenso em torno de certas diretrizes políticas para o “desenvolvimento”?⁴ Mais que isso, será que o impulso desenvolvimentista é uma alternativa ainda em aberto, dependendo sua reanimação tão somente de mais uma inflexão na ideologia hegemônica? É desse diagnóstico simplificador, e da tentativa de desmistificá-lo, que tratamos na sequência.

3. A esquerda e o Estado desenvolvimentista

Desde quando se pode reconhecer claramente uma efetiva agenda de políticas de Estado para o “desenvolvimento”, a esquerda (*lato sensu*) tem sido desafiada a posicionar-se e o tem feito de maneira relativamente variada. A questão sensível é que, ao realizar de maneira bem sucedida sua ascensão na hierarquia econômica internacional, os países que fizeram o *catch up* também se colocaram em condições de sustentar uma rede de proteção social, baseada fundamentalmente em educação, saúde e previdência universais⁵, o assim chamado Estado de bem-estar social.

Podemos identificar, grosso modo, três posicionamentos básicos no pensamento e na práxis da

esquerda. Parte reconheceu no Estado de bem-estar a face mais virtuosa do capitalismo (uma espécie de configuração do sistema capaz de superar ou amenizar, ao limite, suas próprias contradições) e o tomou como fim em si. Parte o tomou como uma espécie de estágio intermediário entre um capitalismo mais selvagem e anárquico e uma sociedade efetivamente emancipada; não exatamente como uma etapa necessária, mas como um estágio capaz de garantir uma “solução” imediata à urgência de uma série de carecimentos que não podiam esperar um futuro projetado. Por fim, uma pequena parcela do pensamento de esquerda ocupou-se de apontar o caráter conservador do ideário desenvolvimentista, procurando demonstrar como sua realização poderia apenas traduzir-se em aprofundamento das relações capitalistas de produção, e não exatamente como resistência à (ou subversão de) sua lógica.

O debate ocorre mais intensamente, de fato, entre o terceiro e primeiro grupos. Quanto ao primeiro, a crítica marxista é razoavelmente simples e direta, e muitos autores já se dedicaram a esse exercício. Em livro recente, por exemplo, Bonente (2016) demonstra extensiva e profundamente que o Estado desenvolvimentista não é uma arena de resistência às contradições e ao avanço da lógica do capital, mas, ao contrário, é a expressão de seu aprofundamento.

⁴ Para uma das melhores versões dessa tese, cf. Saad-Filho (2010).

⁵ Além de um aparato legal de proteção ao trabalhador.

A crítica dirigida ao segundo grupo, por outro lado, é em geral menos incisiva. Tal reticência é, contudo, facilmente compreendida. Como dirigir uma crítica negativa, a partir de uma perspectiva emancipatória, de um posicionamento que aponta para a urgência de garantir certos níveis de proteção social ou de, no pior cenário, resistir ao seu desmantelamento? A crítica a este tipo de esforço deve partir da investigação das condições de possibilidade de sua efetiva realização (ou seja, de que a resistência seja bem-sucedida).

A primeira coisa a sublinhar é que, não raro, os próprios pesquisadores que se ocupam, positiva e normativamente, do Estado desenvolvimentista (e, portanto, aquele capaz de sustentar um conjunto de instituições de bem-estar social) reconhecem abertamente que um dos pressupostos de uma intervenção bem-sucedida é algum tipo de engajamento do Estado no sentido de impulsionar a acumulação de capital. Este ponto já aparece de forma razoavelmente cristalina na discussão realizada por Evans e resumizada na seção anterior. Neste registro, cabe ao Estado atuar em duas pontas: de um lado, intervir estrategicamente no processo de acumulação de capital de modo a induzir transformações capazes de dinamizar a economia nacional e reposicioná-la na hierarquia econômica global; de outro, tributar adequadamente de modo a extrair receitas suficientes para tornar-se capaz de mobilizar os recursos necessários para criar e/ou sustentar o aparato de proteção social.

Raciocínio teórico à parte, essa é uma conclusão dificilmente contestável. No interior dos marcos de reprodução da sociedade capitalista, uma economia nacional débil é o pesadelo de qualquer Estado que pretenda sustentar instituições de bem-estar. Afirmar que o Estado deve impulsionar com sucesso a acumulação de capital para sustentar-se como Estado desenvolvimentista, ou já como um Estado de bem-estar social, não é suficiente, porém, para afirmar que ambas as formas tornaram-se inviáveis no capitalismo contemporâneo. É necessário demonstrar que a natureza da acumulação que viabilizou – por um breve período na história do capitalismo – os processos de “desenvolvimento” e a manutenção de amplas estruturas de bem-estar social transformou-se irreversivelmente.

4. Uma era que reclama explicação

Marx tratou extensivamente das condições de acumulação do capital ao longo dos três volumes de *O Capital*. No livro I, a análise centra-se nas condições de produção do mais-valor; no livro II, nas de realização do mais-valor produzido; e, no livro III, nos constrangimentos impostos à acumulação pela formação de uma taxa média de lucro e pela tendência à sua queda. O que importa ressaltar, aqui, é que, em todos esses momentos da reflexão marxiana, comparecem articuladas forças que tendem a deprimir a acumulação de capital e forças contra-arrestantes a essas tendências.

Um desses mecanismos de tendências e contra-tendências é crucial para a compreensão do tipo de interpretação que pretendo avançar. O impulso do capital a níveis cada vez mais elevados de produtividade (impulso este explicado pela lógica do mais-valor relativo) tem como um de seus desdobramentos centrais o crescimento da desproporção entre capital constante e capital variável. Em outros termos, é um impulso cuja sistemática efetivação tende a tornar o trabalho vivo crescentemente supérfluo, *em termos relativos*. Evidentemente, como, neste caso, a lógica que rege o metabolismo social é a da máxima expansão do valor e do mais-valor (e, portanto, do trabalho vivo objetivado), esta é uma tendência que, mesmo tendo origem na necessidade de máxima expansão do trabalho excedente, atua no sentido de arrefecer as forças da acumulação.

O próprio Marx aponta como o obstáculo à acumulação daí oriundo pode ser relativizado (contornado): a expansão do escopo de atuação do capital. Ou seja, mesmo tornando relativamente supérfluo aquilo que é a substância do valor (e a sua própria), o capital é capaz de recompor as condições de apropriação crescente de trabalho excedente expandindo-se extensivamente⁶: para novas áreas de produção, novos âmbitos da vida social, novas regiões geográficas etc. Em termos mais gerais, Marx (2017, p. 261) enuncia da seguinte forma a exigência imposta à reprodução ampliada do capital: “quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, uma quantidade

cada vez maior de capital é requerida para ocupar a mesma força de trabalho e, mais ainda, para ocupar uma força de trabalho crescente”.

Por outro lado, este mecanismo de compensação da força repulsora de trabalho vivo tende a esgotar-se à medida que são ocupados, explorados e exauridos novos espaços de valorização e, ainda, que os novos ramos de produção já entrem em cena com capacidade ou escala diminuta para absorver trabalho. Ademais, ao mesmo tempo em que tende a esgotar-se, tal mecanismo torna-se crescentemente necessário, à medida que a capacidade relativa do capital de empregar força de trabalho não apenas decresce, mas decresce *continuamente*.

De fato, Kurz (2014) sustenta que esse mecanismo de compensação teria se exaurido historicamente já na transição dos anos 60 para os 70 do século XX. Segundo o autor, a revolução da microeletrônica teria trazido em seu bojo a generalização da automação da produção, até então epifenômeno quase completamente circunscrito à indústria automotiva.

A partir disso, temos três resultados fundamentais: primeiro, a automação acelera/intensifica a força repulsiva de trabalho vivo; segundo, oportunidades de avançar e introduzir a lógica do capital a novas áreas tendem a escassear, à medida que o sistema amadurece; terceiro, mesmo

⁶ “A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção”, (MARX, 2017, p.284).

o capital nos novos ramos já surge com capacidade reduzida de absorver trabalho, por assumir formas materiais cada vez mais autônomas/automatizadas.

Isso defronta o capital com o seguinte desafio: se o mecanismo aludido deixa de operar, a necessidade decrescente, em termos relativos, de trabalho imediato pode apenas desdobrar-se em uma capacidade decrescente de absorver trabalho *em termos absolutos*. Tal resultado, por sua vez, apontaria para uma massa de mais-valor potencialmente em contração e, no limite, uma crise do valor⁷. Este desafio não pode ser respondido, contudo, com um retorno a formas de produzir mais dependentes do trabalho. Como a lógica do mais-valor relativo e a do mais-valor extra demonstram, operar abaixo de um determinado nível *já generalizado* de produtividade corresponde simplesmente a dispêndio supérfluo de capital. Deve também estar claro que a busca por formas de produzir ainda menos dependentes do trabalho ao mesmo tempo “resolve” e aprofunda o desafio⁸.

É preciso enfatizar nesse momento uma implicação nodal para o raciocínio a ser apresentado na sequência. Se o referido mecanismo deixa de funcionar como decorrência de uma elevação extraordinária do nível geral de produtividade e se, como acabamos de afirmar, uma reversão dessa produtividade não reestabelece as condições da acumulação, então deixa de ser uma alternativa

viável ao capital compensar a queda da taxa de lucro via expansão da massa apropriada de mais-valor. Deixa de ser uma alternativa não apenas de maneira momentânea (ou cíclica), mas de maneira irreversível. As revoluções industriais anteriores não trouxeram implicações tão decisivas quanto essa porque apenas essa trouxe, enfim, a possibilidade de generalização de processos produtivos automatizados (*i.e.*, processos que prescindem dramaticamente do trabalho vivo).

O problema, do ponto de vista da reprodução do capital, pode ser ainda enunciado em termos mais abstratos. Uma das contradições mais bem estabelecidas da dinâmica dessa sociedade é aquela entre o desenvolvimento absoluto das forças produtivas e a riqueza fundada no valor (no trabalho vivo, portanto). Não por acaso, a marcha da acumulação esbarra ciclicamente em obstáculos que, por um lado, resolvem-se em crises, e, por outro, não “resolvem” a contradição, mas a lançam a níveis mais elevados/agudos. Como afirma Marx (2017, p. 289), a “produção capitalista tende constantemente a superar esses limites que lhes são imanentes, porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável”. É bem estabelecida a tese de que as crises repõem as condições para um novo

⁷ Para uma demonstração detalhada deste ponto, cf. Sá Barreto & Ventura (2016).

⁸ Porque aumentam a fração do valor novo apropriada como mais-valor, mas, por outro lado, intensificam a repulsão do trabalho vivo.

ciclo de acumulação. O que normalmente não é enfatizado o suficiente é que não repõem necessariamente *as mesmas* condições, mas as que se tornaram viáveis e/ou necessárias a partir do esgotamento, parcial ou completo, das anteriores. Uma vez que admitimos isso, parece menos extravagante a admissão de que tal contradição, além de produzir movimentos cíclicos, eventualmente atinja um clímax, nos termos de Kurz⁹.

Sá Barreto e Ventura (2016) demonstram como essa ideia pode ser sustentada a partir de insights do próprio Marx, presentes nos *Grundrisse*. Mas encontramos um raciocínio igualmente fecundo no famoso capítulo 15 do livro III de O Capital. Discutindo os desdobramentos de uma superacumulação, Marx (2017, p. 291; ênfases adicionadas) introduz a noção de superprodução absoluta de capital:

Uma superprodução absoluta de capital teria lugar tão logo [...] o capital tivesse aumentado em relação à população trabalhadora numa proporção em que não se pudessem ampliar nem o tempo absoluto de trabalho fornecido por essa população nem o tempo relativo de mais-trabalho [...]; isto é, tão logo [...] o capital incrementado $C + \Delta C$ não produziria um lucro maior, mas apenas igual ou até mesmo menor que o lucro do capital C antes de seu incremento por meio de ΔC .

Claro, Marx está aqui simplesmente levando o conceito de superacumulação ao limite para torná-lo mais inteligível. Mas se a lógica está

correta, não é um grande salto imaginar que isso possa efetivamente ocorrer em algum estágio do desenvolvimento da sociedade capitalista. Ou seja, se ao longo das sucessivas crises, superações e elevações a níveis superiores da sua contradição fundamental, o sistema explicita crescentemente sua própria lógica (desenvolve-se), porque excluir *a priori* a possibilidade de que esse movimento conduza-o concretamente a tal limite, a tal superacumulação absoluta?

Nesse registro, como a produção do mais-valor é progressivamente paralisada pela incapacidade do capital de absorver trabalho vivo, a resposta é escapar para formas fictícias de valorização do capital. Segundo Kurz (2014, p. 281),

a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a lei da massa de lucro absoluta crescente se encontram situadas em planos lógicos diversos: a queda da taxa de lucro constitui uma lei interna à dinâmica capitalista, ao passo que o crescimento da massa de lucro absoluta não é uma lei interna absoluta do capital, mas uma lei no sentido de um imperativo “para” o capital “com base nos seus fundamentos”.

Em outros termos, quando emperra, estruturalmente, a acumulação via mais-valor produzido, desloca-se o eixo da acumulação para o futuro, para títulos de apropriação de mais-valor futuro (LOHOFF & TRENKLE, 2014). Estaria aí, segundo

⁹ “Uma contradição dinâmica não pode ficar ‘em processo’ para todo o sempre, antes tem de culminar ou passar pelo seu clímax” (KURZ, 2014, p. 235).

Kurz, a raiz da explicação para a hipertrofia da esfera financeira como esfera relativamente autônoma, assim como de sua penetração em graus crescentes de protagonismo nas atividades que se convencionou denominar produtivas. Mais que isso, se tal fuga é impulsionada pelo esgotamento irreversível do mecanismo que permite compensar a queda da taxa de lucro pela expansão de sua massa, então a hipertrofia e protagonismo da lógica financeira que a acompanha são também irreversíveis.

Nesse momento, portanto, importa compreender como tais desdobramentos estruturais relacionam-se com a interpretação que devemos fazer do desmantelamento (ainda em curso) dos Estados de bem-estar e da ascensão da agenda neoliberal na virada dos anos 1970 para os anos 1980.

4.1. Des-substancialização do dinheiro e a obsessão anti-inflacionária

É o próprio Kurz que, novamente, dá-nos uma boa chave de leitura. A crise do valor, aludida acima, que corresponde a uma erosão potencialmente irreversível da categoria que rege a lógica do sistema, não implica um desmoronamento imediato ou simultâneo das formas de circulação que dela emergem, mas conduz a uma crise do valor de troca.

Todas as tendências de descolamento entre o conteúdo de valor do dinheiro e a sua denominação de valor, já analisadas por Marx (2013), são aqui elevadas à “enésima” potência. Não mais

esse descolamento limita-se às peças singulares de dinheiro, não mais a uma moeda, mas à forma social dinheiro em um sentido global. A manifestação histórica desse esvaziamento da substância de valor do dinheiro teria sido, segundo Kurz, o abandono do padrão dólar-ouro em 1971, último reduto de conversibilidade (em âmbito global) entre o papel moeda e o ouro. O autor sublinha que, por isso,

[a] inflação desde o início do século XX [...] não pode ser comparada, porventura, às primitivas “degradações da moeda” levadas a cabo pelos príncipes dos primórdios da Modernidade ou à desvalorização das primeiras emissões de papel-moeda (ainda por parte de bancos particulares), tratando-se agora de uma desvalorização do dinheiro que atingia a reprodução global de uma sociedade toda ela permeada pelo capitalismo, de base industrial e no âmbito de uma expansão histórica geral do crédito. (KURZ, 2014, p. 301)

Colocado em termos concretos, implica dizer que é imperioso para o capital sustentar as formas de circulação, manter o “valor como valor”. Ou seja, no vocabulário corrente, trata-se da tarefa, delegada ao Estado, de proteger a qualquer custo o valor da moeda.

Por essa perspectiva, a obsessão anti-inflacionária, que varreu o mundo a partir dos anos 1980, não seria explicada *simplesmente* por uma inflexão na concepção política nos principais centros de poder da economia capitalista, disparada

por fenômenos mais ou menos persistentes de estagflação. Ao contrário, tanto a inflexão quanto o fenômeno deveriam ser explicados pela maneira como o sistema desenvolveu-se, por força de sua própria lógica, e pelas novas exigências para sua reprodução que daí emergiram.

Por um lado, a virtual paralisação da geração de mais-valor inviabiliza crescentemente as formas de acumulação até então dominantes; daí a estagnação. Por outro, essa mesma paralisação, combinada aos níveis elevadíssimos de produtividade, des-substancializa crescentemente o dinheiro, exigindo o rompimento do sistema monetário baseado no dinheiro mundial conversível; daí o dinheiro mundial inconversível e (suprimindo uma série de mediações) os processos inflacionários que assolaram vários países no período. Por último, os desafios de sustentar as formas de circulação tipicamente capitalista e de recompor as condições de acumulação são “assumidos” pelo Estado na forma das duas diretrizes básicas que caracterizam a agenda neoliberal: (i) a obsessão anti-inflacionária, expressão da necessidade de assegurar a função estrutural do dinheiro; e (ii) a imposição de processos de liberalização (comercial, de investimentos e, principalmente, do mercados de trabalho e financeiro), reflexo do imperativo de abrir ao capital qualquer espaço ainda viável de valorização (CARCANHOLO, 2017a). Tratamos desse segundo ponto na sequência.

4.2. A economia política do esbulho

Há uma série de processos característicos da doutrina neoliberal que podem ser abordados nesse ponto. Os processos de liberalização comercial e de investimento, de liberalização e desregulamentação financeira, de privatizações e de flexibilização do mercado de trabalho são certamente os mais representativos. Apontá-los como característicos da era neoliberal e demonstrar sua íntima conexão com a lógica do capital não é exatamente uma novidade. O ponto decisivo, contudo, é que, mais do que uma relação no plano lógico, há uma relação no plano histórico (no sentido dado pela epígrafe utilizada na abertura deste artigo). Tal sentido é o de que, no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, formas antes viáveis (ou até consagradas) de gerir as benesses e mazelas do sistema tornaram-se irremediavelmente inviáveis. Conforme indica o título da subseção, discutiremos todos eles em torno da ideia de uma economia política do esbulho. Vejamos porquê.

Primeiramente, a liberalização comercial. Discutindo as forças contra-arrestantes à lei da queda da taxa de lucro, Marx aponta como o comércio exterior converte-se de base em produto sempre ampliado das necessidades internas do modo capitalista de produção. Interessa-nos aqui a maneira como o mecanismo subjacente à operação dessa força compreende, em seu núcleo, a transferência sistemática de valor (capturada nas

reflexões de Marini (1991) e outros teóricos marxistas da dependência). Segundo Marx (2017, pp. 276-277):

Os capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada porque nesse caso, em primeiro lugar, compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes. Na medida em que aqui o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de maior peso específico, aumenta a taxa de lucro ao vender-se como qualitativamente superior o trabalho que não foi pago como tal. [...] É exatamente como o fabricante que, utilizando um novo invento antes que este se generalize, vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado. Ele realiza, assim, um lucro extra. [...] O país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e o capital em geral, seja embolsado por uma classe determinada.

Como alertado ainda na introdução deste trabalho, não irei tratar das formas pelas quais essa transferência se processa criando, reproduzindo e aprofundando relações de dependência entre nações. Neste ponto de nosso raciocínio, importa perceber que, em um cenário de erosão

estrutural e irreversível das condições de acumulação, é acrescentado um novo caráter ao papel sistêmico da transferência internacional de valor. Nesse contexto, não se trata mais simplesmente de sustentar posições dominantes na hierarquia internacional ou de garantir as melhores condições possíveis à reprodução ampliada do capital nacional. Trata-se da necessidade de abrir ao grande capital qualquer espaço disponível ainda não completamente explorado capaz de conferir algum dinamismo expansivo que não esteja ancorado exclusivamente no jogo especulativo da esfera financeira.

Em outros termos, o que está sendo afirmado é que, uma vez atingido o estágio de desenvolvimento atual, a pressão exercida pelas economias centrais por abertura comercial e abertura ao investimento estrangeiro direto nos países periféricos não deve ser interpretada como uma alternativa estratégica (entre outras) para o crescimento econômico que um dia foi. Ao contrário, no quadro de crise estrutural delineado aqui, configura-se como um dos últimos recursos disponíveis para buscar injetar sobrevida à sociabilidade do capital.

Em segundo lugar, a desregulamentação do mercado de trabalho. Novamente, encontramos um ponto de contato com a teoria marxista da dependência. A tese central de Marini (1991), no que diz respeito às implicações mais diretas das relações centro-periferia sobre a força de trabalho,

é que a sistemática transferência de mais-valor para os países centrais obriga os capitais atuantes nos países periféricos a superexplorar a força de trabalho como forma de compensação de perdas. A superexploração, segundo Carcanholo (2013, p. 200), é uma categoria específica do capitalismo dependente e “redonda em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor”. É perfeitamente consistente a demonstração de que os fluxos de transferência internacional de valor exacerbam ainda mais a necessidade de extrair o máximo possível de excedente da força de trabalho nos países dependentes. Essa é, de fato, uma especificidade da realidade dessas economias. Há, no entanto, dois pontos que podemos avançar, partindo dessa base: (i) que essa máxima extração de excedente não tem caráter de pagamento abaixo do valor da força de trabalho; e (ii) que essa exigência impõe-se de maneira generalizada (*i.e.*, não apenas ao contexto de dependência) no capitalismo contemporâneo.

Para isso, precisamos retomar a análise marxiana da determinação do valor da força de trabalho (MARX, 2013). Como toda mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Nesse caso, particularmente, a mercadoria possui uma existência biológica, no indivíduo, então sua produção traduz-se em sua reprodução e manutenção. Dado que a reprodução e manutenção

da força de trabalho exigem um conjunto de meios de subsistência (já falaremos sobre esse conjunto), o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da força de trabalho é uma miríade dos tempos de trabalho socialmente necessários à produção desses meios.

A próxima questão decisiva é: o que determina a composição deste conjunto de meios de subsistência? Marx (2013) aponta quatro determinantes: (i) os meios absolutamente necessários à manutenção física do trabalhador, como substrato ineliminável da subsistência; (ii) os meios necessários à manutenção de seus dependentes (substitutos potenciais), já que a força de trabalho existe imediatamente em um corpo que envelhece e morre, e precisa ser eventualmente substituído; (iii) formação técnica mínima, pois a complexificação dos processos de trabalho exige que a força de trabalho apresente-se com níveis de treinamento e formação determinados; e (iv) eventuais conquistas da classe trabalhadora em termos de fruição (como, por exemplo, lazer, cultura, formas de previdência, férias, décimo terceiro salário, padrões de consumo mais sofisticados etc.).

Qual a importância de reprisar esses detalhes, tratados por Marx? Enfatizar que, “diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador

num determinado país e num determinado período é algo dado” (ibidem, p. 246; ênfase adicionada).

Sendo assim, a noção de um pagamento sistemático da força de trabalho abaixo do seu valor é anacrônica. Isso porque o pagamento sistemático de um salário que dá acesso a um conjunto contraído de meios de subsistência redefine, para aquele “determinado país” e “aquele determinado período”, o que de fato é o conjunto de meios de subsistência. O que ocorre, então, é a redução do valor da força de trabalho, não pela redução do tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência, mas pela redução da própria escala e/ou variedade dos meios de subsistência. É uma extração ampliada de excedente na forma de mais-valor relativo, mas que assume expressão material não no barateamento do consumo da força de trabalho, mas no estreitamento qualitativo e/ou quantitativo desse consumo.

O próprio Marx (2017, p. 274) parece apoiar essa leitura quando discute brevemente a compressão do salário abaixo do valor da força de trabalho como força contra-arrestante à queda da taxa de lucro. Em um curtíssimo parágrafo, afirma categoricamente: “esse aspecto não guarda nenhuma relação com a análise geral do capital [e, no] entanto, é uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro”. Não tem relação com a análise geral porque a compressão generalizada reconfigura, eventualmente, o próprio valor da força de trabalho. E,

recolocando a questão nesses termos, é uma das causas mais importantes porque, ao reconfigurar tal valor, extrai mais excedente na forma de mais-valor relativo.

Não há aqui um preciosismo categorial estéril. O que procuro sublinhar é que é uma possibilidade sempre em aberto ao capital compensar o arrefecimento do ímpeto da acumulação pela expansão do mais-valor relativo e que tal expansão pode também ser obtida pelo ataque coordenado bem-sucedido a conquistas da classe trabalhadora que, em algum momento da história, fizeram parte de seu conjunto de meios de subsistência.

Da mesma forma que no raciocínio anterior, a respeito da liberalização comercial, acrescenta-se a isso o seguinte: no capitalismo contemporâneo, essa é mais do que uma simples alternativa. É mais também do que uma alternativa que atende a uma necessidade circunscrita à dinâmica da reprodução dos países dependentes. É uma das poucas opções disponíveis ao capital para garantir condições mínimas de acumulação no âmbito do capital realmente ativo. O ataque neoliberal às leis trabalhistas e outras tendências de precarização do trabalho operacionalizam essa necessidade.

Em terceiro lugar, a obstinação privatizadora. Não é raro encontrar em concepções críticas (marxistas ou não) à doutrina neoliberal a caracterização de seu ímpeto privatizador como uma espécie de estratégia de expropriação.

Admitindo por ora essa ideia, encontramos claramente em Marx ao menos três âmbitos distintos de processos de expropriação. Em um primeiro âmbito, a acumulação “primitiva”, caracterizada pela transformação da propriedade coletiva em propriedade privada, *i.e.*, expropriação da propriedade coletiva. Em um segundo âmbito, a própria acumulação e concentração de capital, a expropriação do mais-valor criado pelo trabalho vivo. Em um terceiro âmbito, a centralização de capital, expropriação de capital alheio que se manifesta (como veremos) com maior clareza e intensidade na esfera financeira e não tem como pressuposto incontornável a produção de mais-valor.

A descrição acima não representa um ordenamento cronológico. Os três âmbitos coexistem simultaneamente e fazem parte da natureza do modo de produção capitalista e alimentam a sua reprodução. Porém, conforme venho insistindo ao longo do texto, nossa quadra histórica apresenta especificidades que não são de ordem cíclica. São indicativos de uma fase do desenvolvimento que traz consigo novos limites e, principalmente, a dissolução de alternativas anteriormente existentes.

Dos três mecanismos de expropriação mencionados acima, o segundo deteriora-se e perde seu vigor dinâmico. Daqueles que restam, o terceiro nos dá a chave para compreender a importância da liberalização financeira, a ser discutida

abaixo. O primeiro nos dá a chave para entender que a importância estratégica da privatização na agenda neoliberal não é mero fruto de prostração ideológica (embora seja também, para diversos “luminares” da doutrina). Nesse caso, retorna-se à expropriação da propriedade coletiva. Não se trata mais, contudo, da apropriação, sob certa forma, das pré-condições para a acumulação de capital. Trata-se do esbulho da propriedade coletiva para dar sobrevida ao capital (em geral) incapaz de reconstituir em escala suficiente suas bases para a acumulação.

Em quarto lugar, a liberalização e desregulamentação financeira. Basicamente, referimo-nos à liberalização e desregulamentação dos fluxos internacionais de títulos de dívida de diversos tipos (sobre a produção, o lucro, os rendimentos do trabalho, o orçamento público etc.). Em diversos outros momentos na história houve hipertrofia da esfera financeira¹⁰. No entanto, conforme discutido no início desta seção, o que distingue o período atual é que a possibilidade de retorno, em um movimento cíclico, ao protagonismo dinâmico do capital realmente ativo (*i.e.*, aquele que efetivamente se ocupa de gerar mais-valor pela adequada exploração da força de trabalho) foi concretamente exaurida pelo avanço das forças produtivas.

¹⁰ Cf. Arrighi (1994).

Nesse ponto, é necessário acrescentar algo. Os três primeiros pontos trazidos acima são rotas de fuga do capital de sua crise estrutural de acumulação, mas que apresentam seus próprios limites. A expansão do capital na esfera financeira, ao contrário, não encontra limites da mesma natureza. Em comparação com os demais processos, ela carrega uma série de disfuncionalidades próprias, mas é virtualmente ilimitada. Não por acaso, em seu estágio atual de desenvolvimento, a sociedade capitalista experimenta um aprofundamento progressivo de financeirização.

Essa tese impõe, naturalmente, uma pergunta, já formulada pelo próprio Marx (2017, p. 481): “se não houvesse acumulação real, isto é, aumento da produção e dos meios de produção, de que serviria acumular títulos de dívida em forma-dinheiro sobre essa produção?”. Ele mesmo responde da seguinte forma:

O homem comum de negócios desconta suas letras para antecipar a forma-dinheiro de seu capital, mantendo, assim, em marcha o processo de reprodução; não para expandir o negócio ou obter capital extra, mas para compensar o crédito que dá por meio do crédito que recebe. [...] O especulador, no entanto, descontará suas letras especulativas para expandir seu negócio, para cobrir um negócio duvidoso com outro da mesma natureza, *não a fim de obter um lucro, mas de obter a posse de capital alheio.* (*ibidem*, p. 483; ênfase adicionada)

É necessário, portanto, compreender o mecanismo pelo qual se obtém posse do capital alheio e, depois, o que exatamente isso significa para a reprodução geral do sistema. Carcanholo e Sabadini (2009) oferecem-nos uma ilustração didática que fornece um bom primeiro passo para destrinçar esse mecanismo. Supõem que o proprietário *A* de um imóvel de valor \$400 consiga vendê-lo a um comprador *B* por um preço \$1000, possível em virtude de um ambiente de especulação imobiliária. O que ocorreu com a riqueza de ambos? Antes da transação, *A* possui \$1000 (o preço de venda do imóvel) e *B* possui \$1000 (o dinheiro vivo¹¹ a ser usado na compra). Após a transação, ambos são ainda detentores das mesmas somas, mas *A* trocou \$400 de riqueza efetiva mais \$600 de riqueza fictícia¹² por \$1000 em dinheiro, riqueza efetiva. *A* apropriou-se de \$1000 referentes a riqueza efetiva, tendo comparecido na troca apenas com \$400. Abstraindo-se das variações estritamente especulativas, houve transferência de riqueza. O que *A* ganhou é precisamente o mesmo que *B* perdeu. Mas não houve ainda, nessa ilustração, apropriação de capital alheio. O complemento para chegarmos desse mecanismo de transferência ao mecanismo de apropriação de

¹¹ Concretamente, seria mais preciso dizer “a soma de ativos”. No entanto, para os objetivos da ilustração, é crucial que *B* seja inicialmente detentor de riqueza efetiva.

¹² Carcanholo e Sabadini (2009, pp. 47-52) utilizam a categoria *lucro fictício*. Porém, como não há aqui espaço para sua apresentação rigorosa, manteremos apenas a noção mais direta de que a variação meramente especulativa do preço do imóvel constitui aumento da riqueza para o indivíduo *A*, porém de natureza fictícia.

capital alheio nos é oferecido de modo sintético por Marx (2017, p. 524), utilizando de maneira mais geral a categoria de capital fictício:

esse capital não existe duas vezes: a primeira, como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e a segunda, como capital realmente investido ou que tem de ser investido naquelas empresas. Ele só existe nesta última forma, e a ação não é mais que um título de propriedade que dá direito a participar *pro rata* no mais-valor que aquele capital vier a realizar. A pode vender esse título a B, e B, a C. Essas transações não alteram em nada a natureza do problema. Com isso, A ou B converteram seu título em capital, mas C converteu seu capital em mero título de propriedade sobre o mais-valor que se espera do capital acionário.

Evidentemente, C reteve com a transação exatamente a mesma soma que cedeu. Transformou, no entanto, uma soma de capital em uma soma de capital fictício, enquanto A e B fizeram a operação inversa. A e B apropriaram-se, portanto, do capital de C.

Duas observações devem ser feitas a partir desse raciocínio. Primeiramente, o indivíduo B pode realizar a expansão de seu patrimônio se entre a compra de A e a venda para C houver uma valorização especulativa do título. Essa expansão, que, para todos os efeitos, é valorização do capital de B, ocorre de maneira independente da criação de mais-valor no presente. Em outros termos, a operação que visa o ganho especulativo, *i.e.*, a

apropriação de capital alheio, *prescinde da criação já consumada de mais-valor*. Ela se alimenta da expansão do valor total da riqueza fictícia e das transferências de riqueza substantiva que tal expansão habilita.

Em segundo lugar, ainda que se constitua (diretamente ou mediada por camadas de inovações financeiras) como título de propriedade sobre mais-valor futuro, essa riqueza fictícia comanda remuneração no presente e faculta a seu detentor acesso à riqueza social substantiva no presente. Por isso, desde o ponto de vista do indivíduo e do ato isolado, ela é riqueza “tão real quanto qualquer outro capital”. Desde o ponto de vista da totalidade, contudo, por estar fundada em valorização especulativa, são “pura fumaça” (CARCANHOLO & SABADINI, 2009). Sendo assim, ela tem esse caráter de riqueza “provisoriamente” real para o indivíduo tão somente enquanto a “fumaça” não se dissipar ou enquanto ela não for materializada pelo indivíduo em riqueza efetiva.

Com frequência (e especialmente em momentos de grande instabilidade), fortunas inteiras são dissipadas¹³ repentinamente pelo mero movimento especulativo. Aplica-se aqui o que foi sustentado acima: para a totalidade, é simples contração de riqueza fictícia; para o indivíduo, isso pode representar uma ruína bastante real, material¹⁴. Por isso, enquanto a dinâmica do ganho

¹³ Decerto, fortunas inteiras também podem ser erigidas da mesma forma.

especulativo é avaliada como razoavelmente segura, não há tantos motivos para refugiar na materialidade a riqueza assim obtida. No entanto, quando a “fumaça” da riqueza fictícia ameaça dissipar-se, asseguram de fato o enriquecimento substantivo aqueles que ganham a corrida por materializar primeiro seus ganhos fictícios.

Essa é apenas uma forma, entre tantas outras possíveis, de ilustrar o quão fragilmente o sistema financeirizado encontra-se apoiado em expectativas, projeções, humores coletivos etc. Não surpreende, portanto, a obsessão teórica do ideário neoliberal em identificar como tarefa prioritária de política econômica a gestão diligente das expectativas “do mercado”. E, mais uma vez, o que está em jogo é a própria reprodução do sistema. Para a razão conservadora não há, de fato, alternativa. Esse imperativo manifesta-se com total evidência na dívida pública.

4.2.1. Adendo: a economia política da dívida pública e a obsessão pela austeridade

Caracterizando a dívida pública como uma forma de capital fictício, Marx (2017, p. 523; ênfase adicionada) afirma:

O próprio capital foi consumido, gasto pelo Estado. Ele deixou de existir. O que o credor do Estado possui é: 1) um título de dívida pública, digamos de £100; 2) o direito, que esse título de dívida lhe confere, de participar das receitas anuais do Estado, isto é, sobre o produto anual

dos impostos, em determinada soma – digamos, de £5 ou 5%; 3) a possibilidade de vender a outros, quando quiser, esse título de dívida de £100. [...] Não importa quantas vezes se possam repetir essas transações, o capital da dívida pública continua a ser puramente fictício, e a partir do momento em que os títulos da dívida deixam de ser vendáveis se desfaz a aparência ilusória desse capital.

Ora, para que o direito de participar das receitas anuais do Estado seja possível, as contas do Estado devem estar minimamente saneadas. E para que seja possível a venda desses títulos, sem perdas, a terceiros, é preciso haver uma expectativa razoavelmente generalizada de que (2) é executável.

Podemos avançar esse mesmo raciocínio trabalhando o trecho inicial do capítulo 26 do livro III de *O Capital*, em que Marx cita o *The Currency Theory Reviewed*. Ali aparecem duas ideias pertinentes à nossa discussão. A de que a dívida pública funciona como meio de absorção da riqueza excedente e a de que há um nível máximo para a dívida pública, para além do qual ela perde a sua eficácia de absorção. Se o argumento construído até aqui estiver correto, claro está que, estando a sociedade do capital em um estágio de superacumulação crônica¹⁵, a dívida pública torna-se um destino crescentemente desejável e atraente

¹⁴ “A queda da cotação desses títulos nos boletins da Bolsa não tem nenhuma relação com o capital real que representam, mas sim com a solvência de seus proprietários” (MARX, 2017, p. 550).

¹⁵ Cf. páginas 130 e 131 deste trabalho.

ao capital excedente incapaz de operar como capital realmente ativo. Por outro lado, como a dívida pública é um título de apropriação sobre o orçamento futuro, ela certamente perde a sua eficácia de absorção de capital excedente quando deixa de ser crível que aquele título converter-se-á de mera expectativa em efetiva apropriação. Daí a noção de um nível máximo, que, porém, não pode ser determinado precisamente.

Para os detentores dos títulos da dívida, no entanto, é fundamental que não se ultrapasse tal nível. De acordo com Marx (2017, p. 531):

A acumulação do capital da dívida pública revelou-se como sendo apenas um aumento na classe de credores do Estado, que detêm o privilégio de retirar antecipadamente para si certas somas sobre a massa dos impostos públicos. [...] Esses títulos de dívida, que são emitidos sobre o capital originalmente emprestado e gasto há muito tempo, essas duplicatas de papel de um capital já consumido, servem para seus possuidores como capital na medida em que são mercadorias que podem ser vendidas e, com isso, reconvertidas em capital.

Aqui temos uma indicação que nos habilita a compreender um dos traços mais representativos das políticas de austeridade do Estado neoliberal: a exclusão das despesas financeiras das políticas de corte de gastos. Se a própria natureza da dívida pública é revelada dessa forma, como direito a retirar antecipadamente uma fração da soma dos impostos recolhidos, fica claro que a

exclusão das despesas financeiras das políticas de austeridade nada mais representa do que uma manifestação direta (no plano da política econômica) da natureza da coisa. Isso não implica, evidentemente, uma aceitação passiva dessas políticas, mas um redirecionamento da crítica para *a sociedade que as exige*.

Além disso, há duas relações que podem ser traçadas com pontos anteriormente delineados. Em primeiro lugar, o sistema da dívida pública claramente funciona como um poderoso mecanismo de redistribuição, do conjunto da população para um limitado grupo de apropriadores antecipados. Mais que isso, na medida em que o capital fictício habilita o comando sobre a riqueza real, ele opera como uma imensa máquina de converter riqueza fictícia em riqueza efetiva, posto que os títulos são fictícios, mas o Estado os remunera (devolvendo o montante principal ao final de um período determinado) em dinheiro¹⁶.

A segunda relação diz respeito justamente ao dinheiro e remete-nos novamente, ao mesmo tempo, à obsessão anti-inflacionária neoliberal, à política de privatização e aos seus zelosos cuidados com os humores do mundo financeiro. De acordo com o que encontramos em Marx (*ibidem* p. 574; ênfases adicionadas), uma desvalorização

¹⁶ Nesse sentido, Marx (2017, p. 535) afirma que a “acumulação da fortuna dessa classe [de credores do Estado] pode ter lugar de maneira muito distinta da acumulação real, mas, em todo caso, demonstra que essa classe embolsa uma parcela considerável desta última”.

do dinheiro fiduciário¹⁷, no qual é denominada a remuneração desses e de outros títulos,

(para não falar em uma desmonetização, afinal apenas imaginária, desse dinheiro) faria estremer todas as relações existentes. Sacrifica-se, portanto, o valor das mercadorias para assegurar a existência imaginária e autônoma desse valor no dinheiro. Como valor monetário, ele só fica assegurado enquanto estiver assegurado o dinheiro. Por uns poucos milhões em dinheiro, é preciso sacrificar, portanto, muitos milhões de mercadorias, o que é inevitável na produção capitalista.

Ou seja, a proteção à relativa estabilidade e aos ganhos da esfera financeira é a proteção ao próprio sistema. Sendo a agenda neoliberal a expressão ideológica e política dessa necessidade de conservação, é a agenda adequada ao capitalismo no qual a esfera financeira assumiu definitivamente o protagonismo do metabolismo socioeconômico. Como diz Marx, nessa tarefa é preciso sacrificar muitas coisas, inclusive o patrimônio público, por exemplo.

A referência à noção de esbulho que fizemos no título desta seção não pretende nem dizer que se trata de um fenômeno novo (por exemplo, a acumulação por expropriação, em Harvey (2005)), nem aludir simplesmente a processos de expropriação análogos à acumulação “primitiva”,

como em Fontes (2010). Pretende indicar que o esbulho, embora sempre presente na história interna do capitalismo, não tem mais o caráter de acumulação “primitiva”. Ao contrário, é de fato uma disputa por um espólio que perdeu a capacidade de realizar sua própria lógica em âmbito global (*i.e.*, crescer) e deve agora realizá-la ao menos no âmbito do capital individual. Ao longo dessa subseção, nosso esforço foi, a rigor, o de demonstrar que os processos típicos de expropriação, imanentes à lógica do sistema, convertem-se em processos de esbulho em seu estágio atual de desenvolvimento. E que a doutrina neoliberal confere razão teórica e instrumentos práticos a esse momento.

5. Considerações finais: socialismo, barbárie ou tragédia normalizada

O cerne da crítica marxista ao(s) desenvolvimentismo(s), como vimos, consiste em apontar que esta agenda nada mais representa do que um ideal de desenvolvimento *capitalista*, sendo portanto reformista e, nesse sentido, meramente anti-hegemônica. A partir disso, conclui-se que a via do “desenvolvimento”, assim compreendida, não tem, e nem poderia ter, potencial antissistêmico, sendo, portanto,

¹⁷ Nesta passagem, Marx refere-se ao dinheiro creditício, mas substituir essa categoria pela de moeda fiduciária apenas reforça o argumento subjacente.

inconciliável com uma perspectiva efetivamente emancipatória, comunista.

Convergi-mos para essa interpretação, porém com um sutil (mas crucial) acréscimo. Se dois pressupostos do “desenvolvimento” – entendido difusamente como uma ascensão na hierarquia econômica mundial e a sustentação de uma malha institucional de proteção à população – são a acumulação de capital e o envolvimento estratégico do Estado nesse processo, então devemos concluir que a via desenvolvimentista esgotou-se, concreta e historicamente, por dois motivos: primeiro, o eixo da acumulação desloca-se de maneira irreversível para a esfera financeira e, segundo, o envolvimento do Estado compatível com essa nova realidade é o envolvimento de contornos neoliberais. Ou seja, o Estado desenvolvimentista não teria sido derrotado na arena política e substituído pelo Estado neoliberal; ao contrário, ele transmutou-se no Estado neoliberal, alterando seu envolvimento com o processo de acumulação porque mudaram as condições dominantes vigentes desse processo.

Para que não haja mal-entendidos, é preciso sublinhar que a luta de classes não está abstraída (ou excluída) do argumento, ainda que não esteja tratada explicitamente. Reconhecemos simplesmente que essa luta não ocorre em abstrato, ou no vácuo. É evidente que, no seio da luta de classes surgem frequentemente projeções de outros mundos possíveis (radicalmente

transformados ou apenas “corrigidos”, reformados) e os equilíbrios e desequilíbrios de forças que se estabelecem são determinantes fundamentais das mudanças (ou conservações) que realmente se efetivam. Mas a luta, a balança de forças e as eventuais mudanças não podem senão partir das, e operar sobre, as condições presentes. E a condição central das formas consagradas de resistência ao assédio neoliberal define: a acumulação de capital apoiada sobre a geração e apropriação de mais-valor.

Consequentemente, sequer se trata mais de criticar o ideal desenvolvimentista (ou uma adesão relutante e provisória a ele), revelando sua raiz na exploração da força de trabalho. Trata-se de dizer que aquilo que chamamos de crise do valor fecha definitivamente até mesmo essa possibilidade. Em outros termos, os determinantes econômicos não dizem *a priori* quem vai ganhar as disputas, ou o quão frequentemente. Mas nem todas as vitórias obtidas são portadoras de projetos executáveis (dentro dos limites que elas mesmas se impõem, *i.e.*, a sociedade capitalista). O que se está afirmando, então, é que, nessa quadra histórica, ao contrário de todas as demais, o rol das plataformas executáveis (efetiváveis) reduziu-se dramaticamente.

Nesse sentido, de modo sintético, a crítica marxista sempre enxergou na via desenvolvimentista um posicionamento “em cima do muro”, entre um liberalismo mais selvagem (de primazia quase absoluta do mercado) e aspirações de emancipação

humana sustentadas por ideais comunistas; ou seja, entre a perpetuação da realidade capitalista e um outro mundo possível. O reposicionamento da crítica aqui proposto aponta para um acréscimo importante: este muro não mais existe.

Em outros termos, à esquerda não restaria mais a alternativa de colocar-se simplesmente como oposição à ordem neoliberal, nem mesmo em um sentido provisório. Enquanto não houver clareza a respeito disso, a resistência ao neoliberalismo continuará testemunhando traições, rendições ou fracassos no campo que se reivindica progressista e, mais grave, supervalorizando a explicação para esses eventos apoiada em fatores subjetivos. O PT, no Brasil, e o SYRISA, na Grécia, talvez sejam exemplos mais presentes e dramáticos em nossa memória recente, mas não custa lembrar que Clinton e Blair, figuras de proa da onda neoliberal dos anos 90, são também oriundos da centro-esquerda.

Para o leitor, o tom de vários trechos do artigo pode deixar a impressão amarga de que convergimos à afirmação thatcherista de que “não há alternativa”. Curiosamente, faríamos apenas uma pequena correção: “não há alternativa, *no capitalismo*”. O absurdo mundo neoliberal não se configura como retrocesso, como o discurso político da esquerda veicula frequentemente. Trata-se, ao contrário, de uma fase mais desenvolvida da sociedade do capital; a rigor, o melhor que ela tem a oferecer. E talvez não haja crítica mais

inteligível e potente que essa a ser feita a essa sociedade.

Todo o raciocínio que se procurou estruturar nesse trabalho não indica, em nenhum momento, a inevitabilidade ou iminência de um colapso do capitalismo. É verdade que nossa tese central afirma uma erosão irremediável da lógica mais essencial do sistema: a expansão do capital no âmbito da totalidade. Mas o que mobiliza o agir individual que reproduz cegamente a realidade social? As implicações mais essenciais no plano da totalidade ou os resultados mais imediatos da aparência? E no mundo financeirizado, os indivíduos não logram êxito em expandir seu capital via mecanismos de transferência de riqueza? Não é essa a chave do que chamei de economia política do esbulho? Por isso, a erosão progressiva da essência do sistema não implica seu colapso imediato (ou sequer necessário), porque a esfera do capital fictício possibilita aos indivíduos reproduzir em seu agir a lógica do capital (ainda que esvaziada progressivamente de conteúdo). E ao fazê-lo, ao mesmo tempo reproduzem e tornam necessárias as principais diretrizes da política neoliberal.

Assim, uma possibilidade ao menos tão plausível quanto um eventual colapso é a normalização, por um tempo mais ou menos longo, da tragédia social produzida e operada pelo ideário neoliberal. Normalização porque se trata do último reduto de funcionamento, ainda que sob

uma dinâmica altamente disfuncional, do tipo de metabolismo social ao qual o capital deu origem.

Por essas razões, é urgente que a esquerda que rejeita a tragédia do mundo neoliberal reconheça-se explicitamente como antissistêmica e se mobilize em torno de uma pauta de ruptura com a ordem vigente, abandonando em definitivo o desperdício de força intelectual e de mobilização em torno de pautas que a evolução da sociedade do capital tornou impossíveis, a não ser fora de sua própria lógica.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVITZ, M. "Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind.", *The Journal Of Economic History*, Cambridge, v. 46, n. 2, pp. 385-406, jun. 1986.

AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRIGHI, G. *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. London:Verso, 1994.

BANCO MUNDIAL. *The East Asian miracle: economic growth and public policy*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

BIELSCHOWSKY, R. "Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha." In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BONENTE, B. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: Eduff, 2016.

CARCANHOLO, M. "O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência.", *Trab. Educ. Saúde*, v. 11, n. 1, pp. 191-205, jan/abr. 2013.

_____. *Dependencia, super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017a.

_____. "Marx(ism) and Public Debt: Thoughts on the Political Economy of Public Debt.", *Critique*, v. 45, n. 3, pp. 303-317, jul. 2017b.

CARCANHOLO, R.; & SABADINI, M. "Capital fictício e lucros fictícios.", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 24, pp. 41-65, junho 2009.

CHANG, H. *Rethinking Development Economics*. Londres: Anthem Press, 2004.

CORREA, H. F. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in) adequações do debate no marxismo*. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. "On the Road toward a More Adequate Understanding of the State." In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (Eds.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 347-366.

EVANS, P. *Embedded autonomy: States and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005

HIRSCHMAN, A. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KURZ, R. *Dinheiro sem valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.

LOHOFF, E. & TRENKLE, N. *La grand dévalorisation: pourquoi la spéculation et la dette de l'état ne sont pas les causes de la crise*. Rotterdam: Post éditions, 2014.

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. Mérida: Ediciones Era, 1ª reimpresión, 1991.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política, volume I* [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política, volume II* [1885]. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O capital: crítica da economia política, volume III* [1894]. São Paulo: Boitempo, 2017.

NURKSE, R. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PALMA, G. "Latin America during the second half of the twentieth century: From the "age of extremes" to the end of history uniformity." In: CHANG, H. (Ed.). *Rethinking Development Economics*. Londres: Anthem Press, 2004, pp. 126-151.

POSTONE, M. "Theorizing the Contemporary World: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey." In: ALBRITTON, R.; JESSOP, B. & WESTRA, R. (Eds.). *Political Economy and Global Capitalism: The 21st Century, Present and Future*. Londres: Anthem Press, 2010, pp. 7-23.

ROSTOW, W. "The Stages of Economic Growth", *The Economic History Review*, vol. 12, no. 1, pp. 1-16, 1959.

RUESCHEMEYER, D. & EVANS, P. "The State and Economic Transformation: Toward an Analysis of the Conditions Underlying Effective Intervention." In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (Eds.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 44-77.

SÁ BARRETO, E. & VENTURA, T. "Crise do valor: distintas interpretações e uma síntese possível.", *Verinotio*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, pp. 152-176, out. 2016.

SAAD-FILHO, A. "Monetary policy in the neo-liberal transition: a political economy critique of keynesianism, monetarism and inflation targeting." In: ALBRITTON, R.; JESSOP, B. & WESTRA, R. (Eds.). *Political Economy and Global Capitalism: The 21st Century, Present and Future*. Londres: Anthem Press, 2010, pp. 89-119.

ŽIŽEK, S. *Menos Que Nada: Hegel e A Sombra do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2013.

RESENHA

CHE GUEVARA E O DEBATE ECONÔMICO EM CUBA

De Luiz Bernardo Pericás

Recebido em 05/2019

Aprovado em 05/2019

Quando se fala em Ernesto Guevara, é muito comum pensarmos em revolução, guerrilha ou combate político. Relacionado muito mais à prática, existe um Che teórico que foi esquecido ao longo da história. Todavia, por se tratar de um marxista, desconectá-lo de sua produção teórica é retirar um aspecto relevante de sua vida e luta. Afinal, como apontam Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 535) na sua famosa tese sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”.

A obra do historiador brasileiro Luiz Bernardo Pericás (2018) intitulada *Che Guevara e o debate econômico em Cuba* faz o resgate dos textos econômicos do revolucionário argentino. Através deles, é possível entender como Che assumiu a tarefa de ser presidente do Banco Nacional e depois Ministro de Indústrias em Cuba após a Revolução e buscou implementar uma transição socialista saudável em um pequeno país latino-americano, que antes tinha uma economia quase completamente dependente dos Estados Unidos.

No primeiro capítulo, o autor apresenta os primeiros desafios que apareceram para Guevara ao assumir o Banco Nacional. Entendendo a necessidade de proteger a economia cubana, o argentino poderia intervir nas empresas para evitar descapitalização, sabotagens ou abusos. O Banco passou a supervisionar as atividades financeiras do Estado e controlar a política de divisas e créditos para o setor privado, visto que todos os bancos que atuavam em Cuba foram nacionalizados em 1960. Houve, por

EDSON MENDES NUNES JÚNIOR

Mestrando e graduado em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IBMR

exemplo, a retirada do país de instituições financeiras sediadas em Washington, como o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Pericás (*ibidem*) relembra como, pela prática de *dumping*, legitimada pela lei n. 480 e por políticas protecionistas, os Estados Unidos garantiam o controle comercial na América Latina e resguardavam setores internos.

A falta de economistas qualificados em universidades cubanas levou Che a buscar as ideias da CEPAL¹, como, por exemplo, as de Raúl Prebisch (1964), para superar a relação de dependência. No entanto, a forma pela qual o argentino aplicou a planificação econômica demonstrou uma disposição a compreender a realidade concreta cubana, nos marcos do pensamento leninista, para buscar a industrialização, a reforma agrária e sem visar um desenvolvimento “autônomo” e isolado.

No segundo capítulo, Pericás (2018) apresenta alguns princípios básicos da administração econômica proposta por Che: unidade na direção política e econômica; centralismo democrático; discussão coletiva; responsabilidade única; participação dos trabalhadores na planificação da direção; controle em instâncias inferiores e superiores. Dentre as táticas pragmáticas na economia do período pós-Revolução, estava o uso das empresas estadunidenses nacionalizadas para tornar a gestão mais eficiente.

A valorização dos recursos próprios, na busca por soberania, não poderia, todavia, ignorar a necessidade evidente de importação de matérias-primas. A falta de técnicos também dificultava o desenvolvimento da ilha, o que poderia ser superado pela parceria com países socialistas para suprir o corpo administrativo qualificado. Para além disso, a relação com a União Soviética, por exemplo, em investimentos de infraestrutura, como uma siderúrgica ou fábrica de limas, foi fundamental nas relações externas anti-imperialistas que Che buscava construir. No entanto, como ressalta Pericás (*ibidem*), estas relações demonstravam, ainda, uma dependência cada vez maior de Cuba em relação ao bloco socialista.

O terceiro capítulo, voltado para o debate econômico existente na União Soviética e na Europa Oriental, aponta para o receio de Che em importar práticas para a economia de pensamentos afastados da realidade cubana. Enquanto teóricos “reformistas” tentavam aplicar uma maior flexibilização do planejamento sem rejeitar o papel do Estado nesse processo, visando aumentar a produtividade e diversificar a produção, Guevara sentia-se receoso de que essas tentativas representassem um “retorno ao capitalismo”. Para ele, enquanto nos modelos socialistas, por um

¹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi criada em 1948 a pedido do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Sendo sediada em Santiago, no Chile, buscou contribuir teoricamente para o desenvolvimento econômico latino-americano. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

lado, o excesso de controle estatal poderia resultar em uma degeneração burocrática, o excesso de autonomia, por outro, poderia gerar o que ele chama de degeneração anarcossindicalista, em que a propriedade socialista da sociedade passa a ser concebida como uma propriedade grupal, voltada para os interesses de um pequeno grupo (GUEVARA, 1961/1987). A Iugoslávia, por exemplo, representava este último caso, onde Che percebe que ali se retornava à lei de oferta e procura para gerar competitividade. O argentino entendia que as dificuldades da economia planificada, em um mundo onde o Ocidente capitalista exercia maior produtividade que o bloco socialista, poderiam ser superadas sem voltar à teoria do mercado e à lei do valor.

Logo após, no quarto capítulo, Pericás (2018) aprofunda-se no debate de Che dentro do contexto cubano, em que ele se dedica a questões como a capacidade de compra da população em relação aos preços, entendendo que o papel do Ministério seria de enfatizar produtos essenciais. O argentino buscava, *grosso modo*, coincidir preço com valor através de maior centralização e desburocratização. Seu modelo, contudo, foi criticado por não superar problemas como a falta de quadros técnicos, a falta de eficiência do aparelho central ou a dificuldade no abastecimento de materiais. Algumas vantagens, porém, foram possíveis, como a possibilidade de melhoria no uso de recursos nacionais ou do aparelho industrial e o maior controle de investimentos.

Já no quinto capítulo, entra em discussão o papel dos sindicatos na transição socialista. Enquanto alguns pensadores propunham uma maior descentralização para dar mais poder aos sindicatos, e outros, por sua vez, entendiam que os sindicatos já não seriam mais necessários, Guevara concordava com as ideias de Lenin, para quem os sindicatos continuariam indispensáveis para evitar excessos da burocracia estatal. Ainda, o argentino entendia que a democracia nas fábricas como exercício da política operária seria possível através das “comissões de arbitragem trabalhista”, em que trabalhadores escolheriam seus próprios representantes.

A importância da conscientização para a transição socialista é apresentada no sexto capítulo através do conceito do “homem novo”. Por meio da leitura do chamado “jovem Marx”, Che compreendeu que a consciência do indivíduo que supera a competitividade, a alienação e o individualismo do *ethos* capitalista não deveria surgir antes ou depois da revolução, mas junto a esta, através de uma práxis emancipatória. Este ponto é importante para uma discussão sobre os sistemas de incentivos que formaram parte do debate em Cuba. Entendendo que dificilmente seria possível superar rapidamente a mentalidade capitalista, Che entendia que os incentivos econômicos ao trabalho ainda seriam necessários, mas que deveriam ser substituídos, aos poucos, por incentivos não-econômicos, através do reconhecimento da contribuição para

a sociedade, materializado, por exemplo, em títulos, medalhas, menções honrosas ou diplomas, criando um “espírito de grupo”. Esta educação socialista também era trabalho dos intelectuais do partido, que deveriam participar e incentivar o trabalho voluntário, dos quais o próprio Che participara, representando uma ligação concreta entre o labor intelectual e o material.

No sétimo capítulo, por fim, Pericás (*ibidem*) debate acerca da relação entre o pensamento guevarista e as diversas vertentes econômicas marxistas. Por algumas de suas fortes características, como o antidogmatismo, o antiburocratismo e o internacionalismo, Che dificilmente pode ser classificado como trotskysta, stalinista ou maoísta. Seu respeito à análise da realidade concreta cubana, tendo como paradigma a dinâmica imperialista que prejudicava Cuba, aproxima-o da tradição marxista-leninista, apesar de sua própria originalidade e evolução. As viagens como ministro, buscando apoios estratégicos para a ilha em outros países socialistas, parecem ter contribuído para sua visão ampla do papel de Cuba e da América Latina em uma perspectiva global de manutenção e avanço do socialismo em face aos desafios que a produtividade capitalista apresentava.

Como é possível perceber na obra de Luiz Bernardo Pericás (*ibidem*), é este respeito ao debate e à diversidade de opiniões, junto à preocupação com a aplicação prática de suas ideias e à

humildade em aprender com os erros, que inserem em Che certa singularidade como pensador econômico. Sem prender-se a especificidades de certas escolas ou tendências, o compromisso do revolucionário com o desenvolvimento saudável e anti-imperialista e sua iniciativa de tentar na prática uma economia que, ao mesmo tempo, era planejada, soberana e participativa, possibilitam reconhecê-lo como relevante para a economia política latino-americana.

Referências bibliográficas

GUEVARA, Che (1961). “Discussão coletiva: decisão e responsabilidades únicas.” In: GUEVARA, Che. *Textos econômicos para a transformação do socialismo*. São Paulo: Edições Populares, 1987, pp. 130-139.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:

<<http://revista.sep.org.br>>.

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano I, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTATET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque Étatet Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902
Portal: www.sep.org.br – Correio eletrônico: sep@sep.org.br
CGC 02. 040.272/0001-40

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em revista.sep.org.br ou enviar email para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXIV Encontro Nacional de Economia Política

O Brasil nas disputas geopolíticas e econômicas mundiais

Vitória, 4 a 7.junho.2019



APOIO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Departamento de Economia

